

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

JOÃO VICTOR SCHROEDER KUHN

Tradução e comentário da Introdução do Livro I da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo

Porto Alegre

2021

JOAO VICTOR SCHROEDER KUHN

Tradução e comentário da Introdução do Livro I da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em letras, com ênfase em Português/Grego

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Baracat Junior

Porto Alegre

2021

*Aos meus pais e minha irmã
Ao meu orientador
E a todo o pessoal*

τοῦ γὰρ πάθους ἐπιμένοντος ἐπεκτείνεται, αἶ αἶ αἶ, οἶ οἶ οἶ. ἐπὶ μὲν οὖν
θρήνου αἰαί, οἰοί. τοιοῦτον δέ ἐστι καὶ τὸ οἰμομοῖ (Ap. Disc., *De adverbio*,
127, 17 e s.)

RESUMO

O presente trabalho contém uma tradução da introdução (primeiros trinta e seis parágrafos) do Livro I da *Syntaxe* de Apolônio Díscolo, precedida de uma introdução que faz breve histórico da bibliografia a respeito do autor e de três capítulos de comentário. O primeiro capítulo explicita a metodologia de tradução seguida, com destaque para o tratamento que mereceram os termos técnicos; o segundo trata de dois termos importantes na obra, *taxis* e *thesis* – o primeiro dando conta de uma ideia de ordem ou ordenação no sistema gramatical, o segundo representando tanto a imposição de nomes quanto a situação em uma ordem - e explica as escolhas para eles; o terceiro avança uma proposta de leitura para o trecho traduzido, formulada como um conjunto de preceitos ou axiomas a que o gramático adere.

Palavras-chave: Apolônio Díscolo; sintaxe; gramática na antiguidade; gramática alexandrina;

ABSTRACT

This work contains a translation of the introduction (*i. e.* the initial thirty-six paragraphs) of Book I of the *Syntax* of Apollonius Dyscolus, preceded by an introduction which makes a brief historical report of the bibliography about the author and by three chapters of commentary. The first chapter explains the methodology of translation, with an emphasis on the approach to technical terms; the second one deals with two important terms in the work, *taxis* and *thesis* – the first conveying an idea of order or ordering in the grammatical system, the second meaning both the imposition of names and the position in an ordering - and explains the choices for them; the third chapter proposes a general reading for the translated excerpt, formulated as a set of precepts or axioms the grammarian adheres to.

Keywords: Apollonius Dyscolus; syntax; grammar in antiquity; alexandrine grammar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. MÉTODO DE TRADUÇÃO	13
2.1. Preceitos positivos	13
2.1.1. Preceito de independência em relação a outras traduções.	13
2.1.2. Preceito de preservação da possibilidade de contribuição inédita	14
2.1.3. Preceito de preservação das marcas estilísticas	18
2.2. Preceitos negativos	20
2.2.1. Preceito de não anacronismo	20
2.2.2. Preceito de não concessão à obscuridade	22
3. TAXIS E THESIS	24
3.1. Taxis	24
3.2. Thesis	38
4. AXIOMAS DA INTRODUÇÃO DA SINTAXE	44
4.1. Axiomas metodológicos	46
4.1.1. Axioma de correção terminológica	46
4.1.2. Axioma de isomorfismo entre modificação diacrônica e relação sincrônica	46
4.1.3. Axioma de isomorfismo entre os níveis de análise	47
4.1.4. Axioma de cognoscibilidade da forma inteiramente racional	48
4.2. Axiomas do sistema gramatical como um todo	50
4.2.1. Axioma da ordenação dos elementos	50
4.2.2. Axioma da hierarquia dos elementos	50
4.2.3. Axioma de inderivabilidade e admissibilidade de categorias novas	51
4.2.4. Axioma de correção e linearidade	53
4.3. Axiomas do sistema das categorias sintáticas	57
4.3.1. Axioma de isomorfismo entre sistema e oração	58
4.3.2. Definição de operações de adjunção e substituição	58
4.3.3. Axioma de primazia do nome	60
4.3.4. Axioma de dupla nivelção	62
4.3.5. Axioma de não-atomicidade das categorias	63
5. ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ	65
6. SINTAXE	73
7. CONCLUSÃO	95
8. REFERÊNCIAS	97

1. INTRODUÇÃO

Apolônio Díscolo foi um gramático alexandrino ativo na primeira metade do século II d.C. Atribui-se a ele uma extensa produção - mais de vinte livros sobre os mais variados tópicos gramaticais - da qual chegaram aos dias de hoje, quase integralmente, três tratados específicos (*Sobre as conjunções*, *Sobre os advérbios* e *Sobre os pronomes*) e um tratado geral sobre sintaxe (a que me refiro como *Sintaxe*). Apesar de ser uma fração proporcionalmente pequena da produção total, é ainda assim um legado relativamente extenso no contexto da técnica e da teorização gramatical da antiguidade (comparado, por exemplo, a autores estoicos como Crisipo e Crates de Malos, ou aos grandes nomes da tradição filológica alexandrina, como Aristarco, de cujos trabalhos chegaram a nós apenas fragmentos¹). Estima-se ainda ser uma seleção qualificada, intencionalmente selecionada pelos copistas como representativa do conjunto completo (LANGE, 1852, pp. 42 e 43), de modo que, por exemplo, a parte final que falta na *Sintaxe* esteja faltando exatamente por já estar mais detalhadamente contemplada no tratado *Sobre os advérbios*.

Mas o sucesso “filológico” não é a única razão de seus escritos continuarem a merecer interesse. Há ao lado dele um impacto “genético” na produção gramatical da posteridade. De fato, é lugar comum reconhecer-se a técnica gramatical greco-romana² como tributária primeira da tradição que se manteve ao longo da idade média e da modernidade e, com mais ou menos defeitos de prescritivismo e vacuidade metodológica, chega até os dias de hoje. Dessa técnica, conhecida pela posteridade especialmente em língua latina, talvez o maior representante de todos seja Prisciano (século VI d.C.)³, que é, por sua vez, tradutor confesso de Apolônio Díscolo⁴. Some-se a isso a sombra incontestável que o autor da *Sintaxe* projeta sobre a gramática bizantina⁵, especialmente por intermédio do próprio Prisciano, e chega-se a quanto a história da gramática lhe deve.

¹ Um bom quadro do quanto se perdeu de material no universo da gramática alexandrina encontra-se em Valente (VALENTE, 2015, *passim*).

² Cite-se, representativamente, FARACO, 2008, pp. 16 a 18, como testemunha desse reconhecimento.

³ Taylor (TAYLOR, 1995, p. 89) cita a existência de mais de 1000 manuscritos contendo as *Institutiones Grammaticae* de Prisciano.

⁴ No início do livro 17 das *Institutiones Grammaticae* (ed. Krehl, v. 2, p. 3): “Visto que nos livros anteriormente expostos, a respeito das partes da oração, seguimos na maior parte dos casos a autoridade de Apolônio [...]” (tradução minha, no original “quoniam in ante expositis libris de partibus orationis in plerisque Apolonii auctoritatem sumus secuti [...]”). A dívida é historicamente reconhecida.

⁵ Menciona-se aqui o tratado *Sobre a sintaxe* de Máximo Planudes (c. 1260 - c. 1305), alguns de cujos trechos são traduções de Prisciano e, por via de consequência intimamente próximos da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo (ROBINS, 1993, p. 210). Tenha-se, ainda, em mente que o conhecimento do latim era tão pouco corrente entre os estudiosos bizantinos quanto o do grego era entre os estudiosos da Europa ocidental (ROBINS, 1993, p. 202), com

Entra-se, é certo, no terreno da especulação, mas não é de todo implausível concluir que o volume de transmissão, tanto no sentido filológico, da transmissão textual, quanto em sentido teórico, da incorporação ou mesmo reprodução em teorias posteriores, seja motivado, e não puramente acidental⁶ no caso de Apolônio. Acredito estar aí um sintoma de sua autoridade, que por sua vez pode, pelo menos como hipótese de trabalho, ser referida a uma qualidade e profundidade de suas teorias. Trata-se de um gramático excepcional. Na avaliação de Ineke Sluiter, “[...] o melhor dos gramáticos antigos” (SLUITER, 1990, p. 140).

Mas se o tratamento dado pelos copistas e compiladores anônimos é extraordinário e indicia qualidades também extraordinárias no material, a recepção em tempos recentes tem sido mais tímida. O século XIX viu surgir uma edição séria dos textos de Apolônio por Immanuel Bekker, que serve de base para alguma literatura secundária. O próprio Lange, com seu já citado *System der Syntax des Apollonios Dyskolos*, é provavelmente o maior expoente desse primeiro movimento interpretativo moderno, mas há alguns outros nomes, como o de Egger⁷ e o de Frohne⁸, que conjuntamente obtêm a instauração de uma discussão sobre Apolônio nesse século. Em 1877, ainda com base na edição de Bekker, é publicada a tradução de Alexander Buttmann para o alemão, primeira tradução de um texto de Apolônio para uma língua moderna de que encontrei notícia.

A publicação da edição da *Syntaxe* de Gustav Uhlig, em 1910, marca o que pode ser considerada uma segunda fase nos estudos modernos de Apolônio. É essa edição que vai sustentar a discussão da literatura secundária ao longo do século XX, e que vai dar origem a pelo menos duas traduções da obra. Chama atenção o pouco volume de material produzido entre o ano de 1910 e a década de 60. Que tenha chegado ao meu conhecimento, apenas um trabalho por Andreas Thierfelder⁹ em 1935 foi publicado nesse longo intervalo tratando especificamente da obra apoloniana. Não tive ocasião de ler o próprio trabalho, mas pelas menções que dele são feitas por Sluiter¹⁰ pode-se extrair um tom bastante crítico da argumentação e de alguns resultados obtidos por Apolônio.

o que é de se imaginar que alguma tradição de investigações sintáticas no final ou no ponto alto da qual se situa Máximo Planudes tivesse Apolônio como fonte quase incontornável.

⁶ A hipótese do sucesso acidental não é inteiramente impossível quando se trata de obras da antiguidade. Basta citar as peças *Helena* e *Hércules* de Eurípides, que sobreviveram pela circunstância fortuita de ter restado a parte de um manuscrito medieval, organizado alfabeticamente, que as continha (ver, VIVANTE, 2014, p. 4 e RILEY, 2014, p.1)

⁷ EGGER, Emile. *Apollonius Dyscole: essai sur l'histoire des theories grammaticales dans l'antiquité*. Paris: Auguste Durand, 1854.

⁸ FROHNE, Wilhelm. *Observationes in Apollonii Dyscoli syntaxin*. Bonn: Formis Caroli Georgi, 1844.

⁹ THIERFELDER, Andreas. *Beiträge zur Kritik und Erklärung des Apollomus Dyscolus*. Leipzig: S. Hirzel Verlag, 1935.

¹⁰ SLUITER, 1990, p. 132, por exemplo

Acredito que esse silêncio de algumas décadas pode ser atribuído largamente a uma concepção de história da linguística que confiava fortemente na datação tradicional da *Techne* de Dionísio da Trácia e que, por conta disso, entendia que Apolônio era atestado de uma introdução quase colateral da sintaxe na gramática técnica. Ilustrativo dessas duas posições relacionadas é o texto *Greek Pioneers in Philology and Grammar*, de P. B. R. Forbes, publicado em 1933. Ao mesmo tempo em que dedica um resumo sólido ao tratado de Dionísio (FORBES, 1933, pp. 111-2), resume a menção a Apolônio a uma única frase, que lhe atribui a fundação da Sintaxe no contexto da gramática técnica, mas que ressalva não ter sido a identificação de funções sintáticas - o que para ele, Forbes, seria imprescindível para uma teoria sobre sintaxe - o ponto forte dos alexandrinos (*id.*, *ibid.*)

A situação se altera após a década de 1950, a partir de quando passam a ser desafiadas a datação de uma parte significativa da *Techne* de Dionísio da Trácia e a importância histórica da disputa entre analogistas e anomalistas (SCHENKEVELD; BARNES, 1999, p. 179, nota 10). Nesse mesmo ambiente evidencia-se maior ênfase à obra de Apolônio Díscolo, e novamente começam a ser publicados textos como o de Hahn¹¹, tratando dos modos verbais ou o de Camerer¹², que aborda o tratamento por Apolônio da partícula ἄν.

Quanto às traduções, demora ainda até a década de 1980 para começarem a aparecer. A primeira de que tenho conhecimento, mas que não pude consultar diretamente, é a de Householder, publicada em 1981¹³, cento e quatro anos após a tradução de Buttmann. Depois desse intervalo de mais de um século, demora apenas seis anos para aparecer uma terceira tradução moderna, de Vicente Beccares Botas¹⁴ para o espanhol, publicada em 1987. Foi também na mesma década que surgiu um dos principais marcos da literatura secundária sobre Apolônio, a obra *Ancient Philosophy and Grammar*, de David Blank¹⁵, publicada em 1982.

No início da década de 90 está como baliza importante a tese de doutorado de Ineke Sluiter, *Ancient Grammar in Context*¹⁶. A mesma década também vê surgir o que talvez seja o marco de uma terceira fase, com a publicação de uma nova edição do texto da *Sintaxe*,

¹¹ HAHN, E. Adelaide. Apollonius Dyscolus on mood. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 82, 1951, pp. 29-48.

¹² CAMERER, Ruth. Die Behandlung der Partikel an in den Schriften des Apollonios Dyskolos. In: *Hermes*, vol. 93, no. 2, 1965, pp. 168-204.

¹³ HOUSEHOLDER, Fred. *The syntax of Apollonius Dyscolus*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.

¹⁴ BOTAS, 1987.

¹⁵ BLANK, 1982.

¹⁶ SLUITER, 1990

acompanhada de tradução, por Jean Lallot¹⁷, a qual também não pude acessar diretamente. Seguem-se a ela uma tradução da *Sintaxe* para o polonês, por M. A. Bednarski¹⁸; a primeira tradução para uma língua moderna do tratado sobre as conjunções, para o francês, por Catherine Dalimier, em 2001¹⁹; a primeira tradução²⁰ do tratado sobre os pronomes, para o alemão, por Philip Brandenburg, em 2005²¹. Ainda mais recentemente, há a tradução do primeiro livro da *Sintaxe* para o italiano, por Manuela Callipo, publicada em 2017²².

Naturalmente que em torno dessas traduções de anos recentes, e em interação com elas, também aparecem novos impulsos na literatura secundária. Cito especialmente um trabalho continuado de comentário por Jean Lallot, que aqui represento com texto seu de 2015 publicado no *Brill's companion to ancient greek scholarship*²³ e também um esforço reiterado de Anneli Luhtala, aqui lida no trabalho sobre imposição dos nomes que publica no livro *Ancient scholarship and grammar: archetypes, concepts and contexts*, editado por Franco Montanari e Antonios Rengakos²⁴.

O escorço histórico da bibliografia secundária e das traduções²⁵ apresentado acima concentrou-se em trabalhos que lidassem exclusiva ou pelo menos substancialmente com a obra de Apolônio Díscolo. Não pretende ser exaustivo, mas confia em ser representativo o suficiente para sustentar o ponto a que quero chegar: que, embora haja uma história e uma tradição de tradução e comentários sobre Apolônio Díscolo, ainda se trata de um autor pouco estudado, sobretudo em relação aos já abordados volume e significado de sua produção.

Este trabalho tem, portanto, pretensão de reforçar a tendência dos anos recentes de começar a dedicar ao autor o olhar que ele merece. Também pretende dar início a uma primeira, até onde sei, tradução de Apolônio para o português. Embora haja na nossa língua alguma

¹⁷ LALLOT, Jean. *Apollonius Dyscole, De la construction. Texte grec accompagne de notes critiques, introduction, traduction, notes exegetiques et index*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.

¹⁸ Não consegui lidar com o material em polonês para referenciar diretamente a edição de Bednarski. Tive conhecimento de sua existência no site <<http://schmidhauser.us/apollonius/bibliography/translations/>>, acesso em 07/05/2021.

¹⁹ DALIMIER, Catherine. *Apollonius Dyscole. Traité des conjonctions*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2001.

²⁰ Publicada. O mesmo site citado na nota 18 também dá conta de existir uma tradução deste tratado para o francês por Sylvain Brocquet, mas não consegui encontrá-la.

²¹ BRANDENBURG, Philip. *Apollonios Dyskolas. Über das Pronomen. Einführung, Text, Übersetzung und Erläuterungen*. München und Leipzig: Saur Verlag, 2005.

²² CALLIPO, Manuela. *Verso la frase ben costruita. Il primo libro della «Sintassi» di Apollonio Discolo. Testo greco a fronte*. Roma: Bonanno, 2017.

²³ LALLOT, 2015.

²⁴ LUHTALA, 2011.

²⁵ Foi base importante para esse resumo o já citado site pessoal de Andreas Schmidhauser, <<http://schmidhauser.us/apollonius/>> onde além de relações de bibliografia e traduções, também encontram-se acessíveis as principais edições dos textos de Apolônio.

literatura secundária - como a tese de doutorado de Fábio da Silva Fortes, concentrada na sintaxe de Prisciano, mas com um olhar para Apolônio como fonte do gramático latino²⁶, ou o texto *A sintaxe de Apolônio Díscolo*, de Maria Helena de Moura Neves, que dá um bom resumo da obra, mas não traduz mais que alguns poucos termos principais²⁷ - ainda não houve o tipo de atenção detida ao texto pressuposta na tarefa de traduzir.

Estará organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo exponho um método de tradução que foi construído e organizado à medida que eu me deparava com os não poucos problemas do texto. No segundo, proponho uma discussão aprofundada de dois termos importantes para o trecho traduzido. No terceiro e último capítulo do comentário virá uma tentativa de interpretação mais abrangente do sistema desenhado na introdução da *Sintaxe*. Segue-se a esses três capítulos o texto grego dos 36 primeiros parágrafos da obra, na edição de Uhlig, e, por fim, minha tradução dessa passagem.

A ideia, todavia, não será esgotar o espaço de interpretação e discussão científica que um autor pouco estudado e ainda não traduzido permite. O escopo do trabalho, e meu próprio preparo, desabonam uma esperança como essa. Muito antes, será iniciar a conversa, dar passos incipientes que sabidamente arriscam pecar em sua extensão, em seu direcionamento ou mesmo em seu ponto de partida. Se nada puder se ganhar desse avanço em si mesmo, pelo menos algo acredito que se tirará de corrigi-lo.

Quanto às especificidades técnicas, optei por traduzir sempre da edição de Uhlig, cujo texto também trago no corpo do trabalho, como já disse. Faço alguns poucos apontamentos baseados na edição de Bekker. Esta última edição também foi utilizada para localizar citações de texto original no curso do comentário, em vista da maior facilidade de se encontrá-la gratuitamente na internet com a paginação. A edição de Uhlig, além de estar parcialmente reproduzida aqui, também pode ser encontrada na já citada página pessoal de Andreas Schmidhauser.

Quanto a traduções, orientaram-me muito frequentemente e muito profundamente as soluções dadas nas traduções de Vicente Bécades Botas e de Alexander Buttmann. Outras traduções, como as de Householder e de Lallot, infelizmente não estiveram ao meu alcance, mas também sou forçado a imaginar ter tirado algo delas por intermédio da literatura secundária

²⁶ FORTES, Fábio da Silva. *Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo = Graeco-roman syntax : Priscian of Cesarea and Apollonius Dyscolus in the history of ancient grammatical thought*. 2012. 406 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270893>>. Acesso em: 08/05/2021.

²⁷ Neves, Maria Helena de Moura. *A Sintaxe De Apolonio Díscolo*. In: *Classica. Revista Brasileira De Estudos Clássicos*. Suplemento 2 (1993).

que com elas dialoga. Dessa mesma literatura secundária também obtive algumas ideias tradutórias, particularmente do texto de Blank (BLANK, 1982) e de Sluiter (SLUITER, 1990). As citações de textos em língua estrangeira que aparecem em português no corpo principal são traduções minhas e estarão acompanhadas invariavelmente do texto original em nota de rodapé.

2. MÉTODO DE TRADUÇÃO

O comentário que aqui se inicia terá triplo escopo: (a) formular certos problemas de tradução identificados nos primeiros trinta e seis parágrafos da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo; (b) argumentar em torno de potenciais soluções para os ditos problemas; (c) com base nos ditos problemas, apontar caminhos proveitosos de interpretação da *Sintaxe* e da obra de Apolônio como um todo, tanto na direção de lê-lo à luz de visões modernas de estudo da estrutura das línguas naturais, quanto na direção de situá-lo historicamente no contexto em que atuou. Sabido, então, que o ponto de partida (“a”) é a prática de tradução, e não qualquer prática, mas uma em torno da qual e com base na qual seja possível argumentar decisivamente (“b”) (ou tão decisivamente quanto baste para algum avanço de leitura (“c”)), importa que neste primeiro passo se estructurem as linhas gerais da metodologia que informou a tradução.

O desenho da metodologia de tradução que segui pode ser discriminado em cinco preceitos, três positivos, indicativos do que quero que a tradução tenha feito, e dois negativos, indicativos do que quero que a tradução tenha evitado fazer. Falo em “querer” pois entendo, de um lado, que será o intérprete da tradução a dizer se, globalmente ou em contextos específicos, o preceito esteve preservado, e, de outro lado, que eventuais inobservâncias não comprometerão a vigência geral dos preceitos. É claro que a categorização como “positivo” ou “negativo” tem algo de arbitrário: toda afirmação de escolha é uma negação de não escolha. Mas acredito que o esclarecimento que essa divisão traz justifica sua quase vacuidade para o sentido dos preceitos.

2.1. Preceitos positivos

2.1.1. Preceito de independência em relação a outras traduções.

O primeiro preceito positivo da tradução é o de independência em relação a outras traduções. Ao longo do trabalho com o texto da *Sintaxe*, apoiei-me frequentemente na tradução alemã de Alexander Buttmann, publicada em 1877, e na tradução espanhola, feita por Vicente Béccares Botas e publicada em 1987. Uma dimensão óbvia, quase trivial, do preceito de independência foi então evitar comprar acriticamente as soluções dadas por esses dois tradutores.

Mas há uma segunda dimensão que se relaciona em particular com o trabalho de Apolônio, devido à circunstância histórica de sua teoria ter sido incorporada, frequentemente de maneira direta, por meio de tradução para o latim, à doutrina de Prisciano, que, ela própria, veio a ser intimamente lida pela tradição gramatical da Europa Ocidental e, conseqüentemente, a desaguar no que hoje se denomina Gramática Tradicional. O resultado é que há material

terminológico e conceitual apoloniano traduzido (em sentido estrito) na terminologia gramatical tradicional. Ao preceito de independência será dada abrangência suficiente para implicar liberdade de fugir da tradição quando parecer que as traduções por ela adotadas nesse tipo de caso não condigam com as opções que considero melhores de acordo com os demais preceitos.

2.1.2. Preceito de preservação da possibilidade de contribuição inédita

O segundo preceito positivo é o da preservação da possibilidade de contribuição inédita. Consiste em traduzir e ler a *Sintaxe* de maneira a conceber que ali possa haver soluções ou problemas para a estruturação da linguagem natural ainda não considerados, ou indevidamente descartados, pela linguística moderna. Essa intenção busca inspiração no trabalho que tem sido levado a efeito por nomes como John Corcoran com a lógica aristotélica, trabalho que mobiliza aparato moderno para interpretar textos antigos, não no sentido de anacronicamente supor que “gênios” da antiguidade pudessem ter intuído exatamente as mesmas conclusões que se alcançam vinte séculos depois, mas sim no sentido de, cedendo à inevitável temporalidade de qualquer leitura, explicitar quais as intersecções possíveis e as necessárias disjunções intransponíveis entre o que se faz hoje sob o título de “lógica” (ou “linguística”) e o que então era feito. Isso tudo, repita-se, não com vistas a lisonjear um ou outro percebido progresso, mas sim de modo a preservar a possibilidade de que alguma ideia que valha a pena ventilar tenha ficado “pelo caminho”. Nas palavras do mesmo Corcoran, trata-se de

“[...] uma possibilidade crucial e potencialmente valiosa: a saber, que os antigos tinham ideias, talvez até mesmo teorias razoavelmente bem desenvolvidas, que são substancialmente melhores que nossas próprias visões sobre os mesmos tópicos” (CORCORAN, 1974, p. 186)²⁸

Esclareça-se desde já, contudo, que esse preceito não autorizará imputação ao texto grego de terminologia ou conceituação inteiramente estranha: a intenção de pôr um autor em contato com teorias posteriores que compartilham com ele dados de metodologia ou objeto não implica necessidade de patrolar as marcas de seu estilo e as limitações ou méritos de seu instrumental para transfigurá-lo em um anódino exemplar daquelas teorias. Pelo contrário, a tradução só significará algum avanço de leitura se criar vias de contato ao mesmo tempo em que observa as sempre importantes barreiras que nos separam de alguém que escreve em outra época e em outro lugar.

²⁸ No original: “[...] one crucial and potentially valuable possibility: namely, that the ancients had insights, perhaps even fairly well developed theories, which are substantially better than our own views on the same topics”.

Este segundo preceito positivo, sendo um dos que considero principais na maneira como traduzi, também é provavelmente o mais rico em consequências. Os impactos que ele traz são de duas ordens: (1) repercussões teóricas sobre a maneira como lerei e comentarei o texto de Apolônio daqui para a frente; (2) repercussões práticas sobre a tradução, isto é, o que o preceito importa em termos de escolhas impostas, recomendadas ou excluídas.

Os reflexos da primeira ordem serão naturalmente menos materiais que os da segunda. Há porém duas concretizações que entendo ser importante embasar e referir ao preceito de contribuição teórica, expostas com a concisão recomendada pela talvez heterotopia de infiltrar pontos da metodologia deste comentário no que se anunciou como exposição de metodologia de tradução. A primeira é o recurso a teorias contemporâneas sobre sintaxe, seja para traçar paralelos conceituais, seja até para fazer aproximações estilísticas. A segunda, que se perceberá especialmente na terceira parte do trabalho, é o emprego de certas metáforas ou analogias para escolha e explicação dos termos em que serão postas certas características do sistema da *Sintaxe*. Essas concretizações se aproximam e em muitos casos certamente se confundem.

Quanto à segunda ordem de impactos, a das escolhas tradutórias decorrentes da preservação da possibilidade de contribuição inédita, tem a maior parte de seus elementos concentrados em uma espécie de corolário de *rigor terminológico presumido*. É claro, antes de tudo, que o preceito ora em apreço pode ser formulado como indagando se e como o sistema da *Sintaxe* se aproxima ou se afasta de teorias posteriores a ela própria. Também é claro que isso significará que todo influxo sobre o texto, por meio da tradução, de aparato terminológico extraído de outras teorias significará uma interferência no mínimo potencial sobre a resposta que o leitor formulará para essa indagação. Aí se inclui o influxo de terminologia da gramática tradicional.

É bastante evidente, mas ainda assim valioso formular que não se trata, na *Sintaxe*, da construção de um sistema formal em sentido moderno (cf. LALLOT, 2015, p. 890), ausentes dela quaisquer ferramentas de explicitação como árvores, regras de reescrita ou cálculos de derivação sintática. O que há, e aí está marca comum à gramática tradicional, é prosa terminologicamente carregada.

Os termos, portanto, são a ferramenta praticamente exclusiva de explicitação que se pode encontrar na “metassintaxe” da *Sintaxe*, por “metassintaxe” compreendida a gama de recursos utilizados para encapsulamento de conceitos e expressão (ou, no caso da *Sintaxe*, obtenção, como ficará estabelecido em outra parte com base em um princípio de correção da terminologia) de conclusões teóricas - o que numa teoria moderna poderia incluir as acima elencadas ferramentas de explicitação. Essa quase exclusividade é reforçada pelo fato de que

frequentemente não são dadas definições expressas nem mesmo dos termos centrais²⁹. Com o que a introdução de termos próprios de outras teorias não apenas significará **uma** intervenção entre outras, mas **a** intervenção possível sobre o texto de Apolônio. Por transposição, a forma de não intervir, e conseqüentemente de preservar alguma contribuição inédita, será pelo respeito à terminologia original.

Uma saída para garantir esse respeito é pela conservação dos originais ao lado de certos termos importantes, solução que é antes paratextual que tradutória. No entanto, optar por ela como a única medida seria indesejável, tanto pela grande quantidade de termos que figuram em praticamente todos os pontos da discussão, quanto por uma como que indecidibilidade da terminologia, que importa ser frequentemente difícil ou impossível dizer se uma palavra é ou não empregada como termo. E mesmo estabelecido que uma dada palavra é empregada assim, ainda resta a questão de quanto rigor há no uso de cada um dos decididos termos.

É indiscutivelmente temerário supor que toda a terminologia de Apolônio seja rígida em todos os contextos. Mas, ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer a possibilidade de deficiências no uso, a segura pretensão de cientificidade, o débito à escola estoica, reconhecida por sua preocupação com o vocabulário técnico (cf. SLUITER, 1990, p. 13), e acima de tudo a incorporação na teoria de um critério ou princípio de correção terminológica recomendam sempre se conservar simultaneamente a possibilidade oposta de emprego rigoroso. Sluiter alude ao uso do termo ἔγκλισις no tratado *Sobre os advérbios* quando diz:

Como ocorria com mais *termini technici*, o uso de Apolônio flutua, os diferentes significados ocorrendo lado a lado. Além disso, é fácil ver quão próximas umas das outras as diferentes nuances podem ficar.³⁰ (SLUITER, 1990, p. 86)

Mas mesmo no trecho curto que traduzi e que comento com destaque fica evidente que algo parecido ocorre com muitos outros termos técnicos empregados por Apolônio: se é frequente que seja possível, recomendável ou mesmo necessário destacar dois ou mais conceitos para um único termo, com igual frequência é possível, recomendável ou necessário reconhecer esses conceitos como aproximáveis em algum grau, quando não mesmo potencialmente identificáveis. Deixo de consolidar essa evidência por enquanto, porque conto com fazê-lo na segunda parte do trabalho, quando discutir detidamente dois dos mais importantes termos da introdução da *Sintaxe*.

²⁹ Presumo que essa não formulação das definições centrais ao mesmo tempo é explicada e ajuda a explicar o gênero da *Sintaxe*. Sobre essa problemática poderia ser consultado o texto de Stefano Valente, *Typology of Grammatical Treatises* (VALENTE, 2015, pp. 600 a 621) ou a posição de Sluiter a respeito (SLUITER, 1990, pp. 59 e 60). Não creio que se possa afirmá-la como marca do autor, pensando no cuidado que em outras obras ele dispensa a justificar e a trabalhar a partir de definições (cf. SLUITER, 1990, pp. 70 a 105).

³⁰ No original: “As was the case with more *termini technici*, Apollonius’ usage fluctuates, the different meanings occurring side by side. Moreover, it is easy to see how close to each other the different nuances may come”.

Por outro lado, mas ainda na mesma lógica de situar o uso da terminologia em um eixo que vai do completo relaxamento ao completo rigor, pode-se considerar a direção inversa da relação termo-conceito, olhando para os casos em que parece haver mais de um termo referido a uma só noção. O rigor, nessa hipótese, consistiria em esse par ou esse conjunto de termos na verdade denotar nuances de sentido, ao passo que o relaxamento seria a plena identidade de sentido.

Enfim, ao lado da resposta paratextual de menção dos originais, a segunda forma de respeito à terminologia será um como que subprograma de tradução, corolário do princípio de preservação da possibilidade de contribuição inédita, consistente em enviesar as escolhas na direção do rigor da terminologia. É o que referi acima como *rigor terminológico presumido*. Visa-se, com ele, a não apagar para o leitor sem acesso ao grego possíveis discussões que possam se basear na terminologia, as quais serão tanto mais importantes quanto se considere - como anteriormente colocado - essa como a única ferramenta de explicitação à disposição do sistema de Apolônio.

O possível pecado da alternativa adotada é dar tratamento de termo a palavras que na verdade não o são, o que deve trazer como impactos algum artificialismo e alguma obscuridade ou truncamento no curso da leitura; de outro lado, a se optar por enviesar as escolhas na direção da má-consolidação da terminologia, o impacto seria a supressão de discussões interessantes para a crítica da *Sintaxe*, a maior dificuldade para recuperação de ligações da teoria de Apolônio com outras teorias antigas (e mesmo com teorias modernas) e, portanto, um embotamento da percepção de ineditismos e avanços.

Para encerrar o ponto e já arriscando demasia, trago uma derradeira ilustração. Seja um texto moderno de sintaxe como:

Uma **gramática categorial** é, basicamente, uma **gramática** de **base lexicalista** que funciona da seguinte maneira: às **expressões** da **língua** são atribuídas **categorias**, que podem ser **funtoras** ou **argumentais**. Da mesma forma, **categorias semânticas** são atribuídas de forma que para cada **operação sintática**, uma **operação semântica** ocorra. As **expressões**, então, **combinam-se** umas com as outras dependendo das **categorias** que possuem, e dependendo de algumas **regras combinatórias** simples. (GONÇALVES, 2004, p. 103)

Os destaques são meus. Imaginemos alguém sem acesso a outros textos de gramática categorial que fosse traduzir o texto de Gonçalves e tomasse a mesma postura tradutória que foi adotada aqui, de presunção de rigor no uso da terminologia. Seria razoável que esse imaginário tradutor vacilasse sobre a carga conceitual de palavras como “atribuir”, “ocorrer”, “depende” ou “simples”, e que portanto chegasse a um trecho quase inteiramente composto de palavras conceitualmente carregadas, que lembraria bastante na proporção de vocabulário técnico certos exemplares de Apolônio como o que trarei abaixo. Para além disso, feito tal

enquadramento, a mesma presunção ditaria que essas mesmas palavras, algumas das quais como falantes nativos de português sabemos ou supomos não estarem empregadas rigorosamente no trecho, fossem respeitadas e preservadas inclusive em contextos nos quais gerassem estranheza na língua de chegada. O resultado para a tradução seria, é claro, artificialismo e conturbação do estilo.

Mas, de outro lado, um tradutor que optasse pela alternativa de imaginar relaxamento poderia passar por cima de palavras que integram e desempenham papel relevante no desenvolvimento histórico e no atual estágio da gramática categorial, como “expressão” ou “combinar-se”. Evitaria, assim, a estranheza, mas apagaria fatos da teoria que se propôs a traduzir. Como entendo que a posição intermediária seja redutível a um impossível “gabarito” da tradução, escolhi pender no primeiro sentido.

2.1.3. Preceito de preservação das marcas estilísticas

A extensamente comentada presunção de rigor terá implicações para e receberá influência do desenho do terceiro e último preceito positivo que apresento à discussão. Trata-se de uma intenção de preservação das marcas estilísticas e teóricas da *Sintaxe*, mesmo quando em certos casos prejudiquem a formação de um discurso científico perfeitamente coerente em português. Esse preceito é trazido por último pois está em aberta colisão com um dos dois preceitos negativos de que falarei. Aparentemente trivial, há razões históricas que tornam esse princípio digno de nota no caso de Apolônio, bem como repercussões palpáveis na tradução que corroboram o mérito de discorrer a seu respeito.

Para apoiar o destaque histórico que considero importante, trago a contribuição de Walter Lapini, no texto *Philological Observations and Approaches to Language in the Philosophical Context*. Ao tratar de visões de alguns dos sofistas sobre linguagem, o autor traça uma classificação de dois estilos inaugurados por esses pensadores e reiteradamente recuperados tanto na própria sofística quanto por autores posteriores a ela. Opõem-se a chamada “*Kunstprosa*” de Górgias e um tipo de correção (ὀρθότης) intelectualista advogado por Pródico (LAPINI, 2015, p. 1016); a primeira teria como representantes, entre outros, oradores como Lísias e Isócrates; a segunda estaria representada pelo sofista Antifonte, pelo Anônimo de Jâmblico e pelo historiador Tucídides. Minha proposta é que, mesmo que por vias tortuosas, essa segunda corrente também tenha vindo a desaguar na prosa de Apolônio.

Que o estilo apoloniano participe dos predicados - atribuídos à correção de Pródico - de dureza, esterilidade e, em muitos casos, explicitude quase pedante (LAPINI, *ibid.*) seria possível buscar evidenciar com o próprio epíteto que se lhe atribui, Díscolo, o grego

“δύσκολος” significando *misanthropo*, *duro*, *desagradável*³¹. Mas não creio que seja indispensável voltar à discussão, biográfica, em última análise, em torno das origens do apelido; para os fins introdutórios desta exposição, basta que se cite um trecho em que essa característica aparece particularmente evidente (e na tradução do qual entendo ter conseguido preservá-la):

Com efeito, já a **matéria** (ὄλη) indivisível dos **elementos** (στοιχείων), dita primeira, prefigurou-o muito anteriormente: não calhou de formar os **encadeamentos** (ἐπιπλοκή) por acaso, mas em uma **coordenação sintática** (σύνταξις) **de acordo com o necessário** (τὸ δέον), de onde provavelmente se origina a **denominação “elementos”**. A **sílaba**, em nível superior, **modela-se** (ἀναδέχονται) pelo mesmo, visto que, **satisfeitas** suas **coordenações sintáticas de acordo com o necessário**, perfaz a **palavra** (λέξις). E é claro, por consequência, que também as **palavras, partes** (μέρος) da **oração completa de acordo com a sintaxe, modelam-se** pelo que é **correlativo** na **sintaxe**: pois o **concebível** (νοητόν) **subsistente** (παρυφιστάμενον) junto e a partir de cada palavra é como que **elemento** da **oração**, e como os **elementos perfazem** as **sílabas de acordo com os encadeamentos**, também a **sintaxe dos concebíveis irá perfazer** como que **sílabas** pelo **encadeamento** das **palavras**. Ainda, da mesma forma que das **sílabas** se forma a **palavra**, assim, da **correlatividade** dos **concebíveis**, a **oração completa**³²

Os destaques, é claro, não constam do texto: acrescentei-os agora para marcar termos conceitualmente carregados do trecho, cuja elucidação contribui para a compreensão do sistema da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo. Chama atenção, além da quantidade de itens destacados³³ em um trecho razoavelmente pequeno, a repetição de termos, que obtém para o argumento alto rigor dedutivo, informado pelo método da analogia que é o centro de gravidade do fazer gramatical apoloniano. Recupere-se a quase total ausência na *Sintaxe* de definições expressas, que fixem ou estabilizem o alcance e a incidência das expressões, e chega-se à inacessibilidade do texto, auxiliada, de resto, por ocasionais tortuosidades argumentativas e estruturas liberais do raciocínio.

Convém, por fim, retomar a ideia de presunção de rigor no uso da terminologia e mostrar como ela está ligada também com o preceito de marcação estilística. Como anunciado, há relação de mútua influência ou implicação entre uma e outra. Em um sentido dessa dupla via de influência, a presunção potencialmente exagera a direção que a marcação determina, de prosa conturbada; no outro sentido, a preservação de estilo, por já implicar artificialismo e

³¹ Para a densidade de estilo como potencial origem do apelido de Apolônio, consulte-se BLANK, 1982, p. 6.

³² Livro 1, parágrafo 2. na Edição de Bekker, p. 3, l. 8 até p.4, l. 12. No original: “Ἡδη γὰρ καὶ ἡ πρώτη ῥηθεῖσα ἀμερῆς ὄλη τῶν στοιχείων τοῦτο πολὺ πρότερον κατεπηγγεῖλατο, οὐχ ὡς ἔτυχεν ἐπιπλοκάς ποιησαμένη τῶν στοιχείων, ἀλλ’ ἐν τῇ κατὰ τὸ δέον συντάξει, ἐξ ἧς σχεδὸν καὶ τὴν ὀνομασίαν εἴληχεν. ἢ τε ἐπαναβεβηκυῖα συλλαβὴ ταῦτὸν ἀνεδέξατο, εἶγε αἱ ἐκ τούτων συντάξεις ἀναπληρούμεναι κατὰ τὸ δέον ἀποτελοῦσι τὴν λέξιν. καὶ σαφές ὅτι ἀκόλουθόν ἐστι τὸ καὶ τὰς λέξεις, μέρος οὖσας τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου, τὸ κατάλληλον τῆς συντάξεως ἀναδέξασθαι· τὸ γὰρ ἐξ ἐκάστης λέξεως παρυφιστάμενον νοητὸν τρόπον τινὰ στοιχείον ἐστι τοῦ λόγου, καὶ ὡς τὰ στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινὰ συλλαβὰς ἀποτελεῖ διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων. καὶ ἐτι ὄν τρόπον ἐκ τῶν συλλαβῶν ἢ λέξεις, οὕτως ἐκ τῆς καταλληλότητος τῶν νοητῶν ὁ αὐτοτελής λόγος.

³³ Alguns dos quais, como “encadeamento” e “correlatividade” são termos compostos que encerram na verdade dois itens de cargas conceituais mais ou menos independentes.

obscuridade como predicados confessos do texto original, colaborará para absorver esses mesmos efeitos quando decorrentes de exagero na presunção.

2.2. Preceitos negativos

2.2.1. Preceito de não anacronismo

O rol dos preceitos negativos da tradução - aqueles que deverão informar caminhos a serem evitados - abre-se com um preceito de não-anacronismo. Algo dele já esteve posto quando se falou do segundo e do terceiro preceitos positivos: em um, quando o que se preconizou foi possibilitar, nunca impor, comparações com teorias modernas que compartilhem seus objetos com a *Sintaxe*; em outro, quando se advogou uma conservação da identidade estilística, que sempre será incontornavelmente produto de seu tempo. Neste ponto, porém, ele é formulado com destaque, não só para recuperar e encapsular seus já abordados impactos, mas também para que haja ocasião de formular outro seu acarretamento central: a incorporação no texto dos influxos teóricos de correntes filosóficas e gramaticais anteriores a Apolônio.

Jogam no campo do primeiro preceito negativo uma série de sistemas mais ou menos elaborados de teorização sobre língua e linguagem, fixados, refutados e modificados ao longo de uma história que, no século II d.C., abarcava pelo menos seiscentos anos de documentação e diálogo científico e filosófico ininterruptos³⁴. A coesão desse desenvolvimento leva a que não seja implausível esperar ver um pouco de cada escola nas teses avançadas pelo sintaticista alexandrino. Ainda uma vez recorro à feição introdutória da presente discussão para justificar menção a apenas duas interfaces, que considero estarem entre as mais decisivas e que, correspondentemente, mais diretamente informaram o método de tradução: (1) a interface com outros campos da ciência gramatical, conforme se encontravam na época em que Apolônio escrevia; (2) a interface com a filosofia estoica.

O primeiro influxo fica bastante claro no início da obra, quando o autor prova analogicamente o caráter ordenado da “sintaxe dos concebíveis” (“σύνταξις τῶν νοητῶν”) a partir da correspondente situação relativamente à disposição das letras em sílabas. Essa proximidade teórica entre os diferentes níveis da estrutura linguística é correlacionada a uma proximidade teórica entre diversos campos do que então constituía a ciência gramatical, particularmente entre a sintaxe e a ortografia. O resultado na *Sintaxe* é algo como um método

³⁴ Cite-se a obra *A vertente grega da gramática tradicional*, de Maria Helena de Moura Neves (NEVES, 1987, *passim*) como um bom percurso por toda essa série de textos e posicionamentos que informam os de Apolônio. Embora de fato a ciência gramatical antiga chame a atenção por descontinuidades no material (SLUITER, 1990, p. 39), acredito que, pelo menos pelo empréstimo de uma parte do sistema estoico, Apolônio incontornavelmente se inscreva no diálogo a que aludi.

comum, um sistema gramatical único estruturado em níveis que devem ser modelados e consequentemente explicados em um só quadro³⁵, cujas especificidades eximo-me de desenredar agora. De imediatamente pertinente, essa conexão traz impactos na escolha da terminologia: será frequente, e deverá ser observado na tradução, o compartilhamento de termos entre as disciplinas gramaticais. Assim, apenas a título exemplificativo, aparecerão formulações como “também pleonasma de letras”³⁶ e “dizemos haver letras protáticas tanto entre as consoantes quanto entre as vogais”³⁷.

O segundo influxo, da filosofia estoica, aparecerá de maneira mais sutil na introdução do primeiro livro, que escolhi traduzir. Há, com efeito, trechos em que Apolônio alude expressamente aos pensadores estoicos (“οἱ ἀπὸ τῆς στοᾶς”), como o parágrafo 111 do livro I³⁸, mas nenhum deles se inclui na seção preambular traduzida. Nesta, a manifestação da interface estoica se dará nas escolhas terminológicas e, segundo creio, implicitamente em alguns pontos da argumentação. O parágrafo 16 é uma passagem em que tais escolhas revelam-se determinantes. Pouco extenso e muito significativo, cito-o integralmente:

É igualmente forçoso que ao verbo anteponha-se (πρόκειμαι) o nome, visto que dispor (διατίθημι) e ser disposto são propriamente corpóreos (σώματος ἴδιον), e sobre os corpos recai a colocação dos nomes, inclusive sobre aqueles a partir dos quais se estabelece a particularidade do verbo, refiro-me à atividade e à passividade³⁹

O argumento inteiro parece-me incontornavelmente estoico, e busquei traduzi-lo como tal. Seu resultado para o contexto maior da elaboração introdutória é colocar o nome antes do verbo na ordenação (τάξις) das partes da sentença. Furto-me aqui de destrinchar como é

³⁵ Dando início ao anunciado trabalho de contato com teorias mais recentes, pode-se pensar no resultado dessa postura teórica como algo análogo ao modelo proposto por Chomsky em *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 2015), com o componente morfo-fonológico interagindo de perto com os dados dos dois componentes sintáticos (regras de estrutura frasal e transformações). Embora seja possível encontrar no modelo de Apolônio certos conceitos que remetam ligeiramente a noções como a de *transformação* e de *estrutura profunda* (pense-se, respectivamente, na incidência das *modificações* (πάθαι), levando das *formas teóricas* (τὸ ἐξῆς) para as formas atestadas no uso poético ou comum, e na própria postulação dessas formas, consideradas mais racionais mas não prescritas como variantes exemplares) é preciso no entanto que nos resguardemos de imaginar um Apolônio transformacionista: há cruciais distinções ontológicas e formais que apartam os aqui ligeiramente associados aparatos conceituais.

³⁶ Livro I, parágrafo 4; na Ed. Bekker, p. 4, l. 21 e 22. No original: “Καὶ πλεονάζει στοιχείον”.

³⁷ Livro I, parágrafo 9; na Ed. Bekker, p. 7, l. 5 e 6. No original: “Φαμὲν προτακτικὰ στοιχεῖα ἔν τε συμφώνοις ἔν τε φωνήεσιν”. “Pré-ordenativo” traduz “προτακτικός”. É termo opaco relativamente à ortografia, mas que se explica pela preservação do estatuto terminológico das palavras componentes nos termos compostos. Nesse, como em alguns outros casos, não houve preocupação em manter como tais certos elementos de terminologia gramatical que entram no português praticamente inalterados relativamente às formas gregas. Assim, no segundo exemplo, teria sido possível traduzir “προτακτικός” por “protáticos”, respeitando a continuidade do termo. A preferência, porém, foi por prestigiar a consistência da terminologia, atendendo a outras cargas conceituais atreladas a “προ-” e, especialmente, a “τακτικός”. Esse gesto tradutório “iconoclasta” em relação à tradição gramatical justifica-se pelo primeiro preceito positivo antes enunciado, de independência relativamente a outras traduções.

³⁸ Ed. Bekker, p. 68, l. 17 e 18.

³⁹ Ed. Bekker, p. 12, l. 13 a 18. No original “Καὶ τοῦ ῥήματος δὲ ἀναγκαίως πρόκειται τὸ ὄνομα, ἐπεὶ τὸ διατιθέναι καὶ τὸ διατίθεσθαι σώματος ἴδιον, τοῖς δὲ σώμασιν ἐπίκειται ἡ θέσις τῶν ὀνομάτων, ἐξ ὧν ἡ ιδιότης τοῦ ῥήματος, λέγω τὴν ἐνέργειαν καὶ τὸ πάθος”.

alcançado esse resultado, o que ao mesmo tempo possibilitaria e exigiria desenredar melhor os contatos com o estoicismo aí contidos, e também remeteria para pontos outros da teoria de Apolônio que os contemplados no trecho da *Sintaxe* traduzido. Em vez disso, detenho-me em destacar quanto pesam a característica de ser corpo (σῶμα) e o relacionamento entre ela e o agir ou sofrer ação. Esse peso privilegiado é compartilhado com a metafísica estoica, como coloca Brunschwig: “a característica mais proeminente da ‘onto-logia’ estoica é que, stricto sensu, ela se limita a corpos: ela reconhece somente corpos (sômata) como entes genuinamente existentes (onta)” (BRUNSCHWIG, 2003, p. 210)⁴⁰.

Quando se faz o reconhecimento da filiação estoica de Apolônio, é necessário, ao lado disso, consignar que ela não exclui a independência dele como gramático técnico. A presunção é sempre de que os termos compartilhados sejam apenas pontos de partida, sem que os importes incluídos no sistema estoico pertençam necessariamente ao sistema da *Sintaxe* (SLUITER, 1990, p. 40). Decorrências conceituais mais profundas - com cuja postulação confesso ter sido generoso na leitura que origina minha tradução e que, por exemplo, considero estarem em jogo no citado parágrafo 16 - terão de ser provadas em cada caso.

2.2.2. Preceito de não concessão à obscuridade

Já ficaram elencados três preceitos positivos - independência em relação a outras traduções, preservação da possibilidade de contribuição inédita e preservação de marcas de estilo - e um preceito negativo - situação da obra no contexto histórico (negação de anacronismo) pelo reconhecimento de filiações teóricas. Resta um segundo preceito negativo, que será o último a ser examinado. Trata-se de um preceito de não concessão à obscuridade e obliquidade dos argumentos ou da terminologia de Apolônio.

O segundo preceito negativo é praticamente redutível aos limites que se traçam para os três preceitos positivos. A tradução do estilo, por vezes obscuro, estará limitada pela busca de um texto minimamente fluente, o que em alguns casos se dará pela escolha de termos correntes em teorias modernas ou pela dependência de escolhas feitas em outras traduções (considerada a Gramática Tradicional como tradução nos setores da terminologia em que ela de fato traduz a teorização greco-latina).

A intenção é natural, quase redundante, pensando-se em algumas vocações que espero que minha tradução cumpra: (1) forma de recrutar novos interessados para a leitura da teoria de Apolônio Díscolo e da gramática alexandrina como um todo (2) fonte, para os estudiosos do

⁴⁰ No original “The most prominent feature of the Stoic ‘onto-logy’ is that, stricto sensu, it is limited to bodies: it recognizes only bodies (sômata) as genuinely existent beings (onta)”.

Grego Antigo, de acesso às ideias de um provável falante nativo sobre a língua, dispensada necessidade de se familiarizar com a terminologia e as influências imbricadas no texto original (3) recurso para o estudo da história da linguística, na tentativa de engrossar os capítulos de gramática greco-latina nos grandes panoramas históricos da disciplina.

Talvez o exemplo mais patente de concessão a esse último preceito seja a escolha das traduções dos nomes das “partes da oração” (μέρη τοῦ λόγου); em especial na tradução de “πρόθεσις” e “ἐπίρρημα”, as opções respectivas “preposição” e “advérbio” desbancaram por um critério de fluência as alternativas “pré-colocação” e “sobre-verbo”, demasiadamente opacas, segundo creio, sobretudo para fazer as vezes dos termos frequentes e centrais para argumentação da introdução da *Sintaxe* que são os nomes das classes de palavras. Exceção parcial foi o caso de “σύνδεσμος”, quanto ao qual preferi “conectivo” a “conjunção”, para destacar intersecção de terminologia entre a *Sintaxe* e a tradição da lógica, especialmente da lógica estoica.

Também incidiu o princípio de fluência mínima na escolha por “oração”. Haveria causas, tanto internas à teoria quanto provenientes do método de tradução, para cogitar alternativas como “sentença” ou, ainda mais radicalmente, “estrutura racional”. Porém, fazer Apolônio explicar a organização da “oração” em lugar de colocá-lo a discutir “estruturas racionais” me pareceu uma maneira melhor de introduzi-lo na discussão sobre sintaxe em língua portuguesa. Talvez em um momento futuro, em que ele esteja melhor acomodado nessa discussão, seja possível voltar a essas opções deixadas pelo caminho.

3. TAXIS E THESIS

Esta segunda parte do trabalho tem por objeto discutir dois termos estruturantes da teoria de Apolônio, conforme introduzida nos primeiros 36 parágrafos do livro I da *Sintaxe*, e que causam problemas na exata medida dessa importância estrutural. São os termos “τάξις” (*táxis*) e “θέσις” (*thésis*). A longa exposição sobre motivos e vantagens do corolário de *rigor terminológico presumido*, na primeira parte do trabalho, terá por certo dado bastante sustentação a dedicar uma fração inteira ao olhar detido para certos termos. Quanto a por que esses dois termos e não outros, conto com que a discussão mesma contenha o necessário embasamento. Passo, assim, diretamente a elaborar sobre quais as escolhas que fiz para eles e quais os motivos para tais escolhas.

3.1. *Taxis*

O termo “τάξις” foi escolhido como primeiro para esta investigação pois figura já no título da obra, que é também o nome dado ao seu assunto. *Sintaxe* é palavra de origem grega, tradução de “σύνταξις” (*súntaxis*), que é, por sua vez, um composto resultante do prefixo “σύν-” (*sún-*) e de “τάξις”. Em linguagem corrente, “τάξις” tem ideia de *organização*, por vezes com a especificação *organização linear*. É usado nesse sentido, por exemplo, por Heródoto, para referir-se à disposição dos navios em um confronto militar, no Livro 8, capítulo 86 das *Histórias*⁴¹. O termo também é adotado por Platão, já com especialização de sentido, no diálogo *Timeu*⁴², para falar da ordem do universo, em oposição ao caos original (nesse sentido, por exemplo, 30a).

Na *Sintaxe* de Apolônio Díscolo, “τάξις” conserva a ideia básica de ordem. No Livro I, parágrafo 13, é dito que as letras do alfabeto estão organizadas em uma *τάξις*, e, a partir disso, estabelece-se logo em seguida haver *τάξις* para a totalidade das categorias gramaticais. Citam-se no trecho, além das partes da sentença, que ocuparão propriamente a quase totalidade da seção introdutória, os casos nominais, os tempos verbais e os gêneros gramaticais. A ordenação, portanto, figura como fator de união na estrutura linguística; é um dos predicados que, ao mesmo tempo, comprova e decorre da analogia completa entre os diferentes níveis.

Mas, longe de ser simplesmente uma disposição linear, sem qualquer aporte teórico adicional, a *τάξις*, pelo menos no contexto inicial que traduzi, é a relação sistemática entre

⁴¹ Consulto a edição com tradução de A. D. Godley, disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0016.tlg001.perseus-grc1:1.1.0>, acesso em 02/05/2020

⁴² Texto da edição de Burnet, disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.01.0179%3atext%3dTim>, acesso em 02/05/2020

categorias por excelência. Afasta-se com isso esperar ver na fixação ordenatória de Apolônio meramente a intenção do gramático de organizar didaticamente suas obras. Em razão e de acordo com a ordenação, uns elementos põem-se anteriormente a outros, de tal maneira que os anteriores emprestem traços de forma e função aos posteriores, que, por sua vez, implicam necessariamente aqueles em sua caracterização e, por consequência, em sua denominação.

Metodologicamente, pode-se enxergar o conceito de *τάξις* como desempenhando na *Sintaxe* uma função análoga ao que faz a tese dos epiciclos na astronomia de Ptolomeu⁴³ (100-170 a.D.). Aqui, como na obra do astrônomo, trata-se de um postulado racionalista, quase um axioma, ao qual o cientista busca remeter os dados observados. O princípio é extraído geralmente de uma assim dita “razão comum”, mas frequentemente é ele próprio referido à base empírica que procurará explicar. Uma vez erigido à sua posição teórica, passa a ser fonte - mais que isso, fonte praticamente única - para a explicação da realidade e, em muitos casos, para a compreensão de entes não imediatamente acessíveis pela experiência⁴⁴.

De fato, tanto a ordenação estrita das categorias gramaticais quanto a tese dos epiciclos, baseada na assunção de que os movimentos cósmicos são todos círculos perfeitos, cederam ao peso de evidências contrárias e foram, por isso, descartadas pela ciência moderna. Isso, juntamente do alcance e da consistência com que os princípios são aplicados nas respectivas obras, faz com que os empreendimentos científicos de Apolônio e Ptolomeu pareçam-nos hoje artificiais e destacados da realidade⁴⁵. Tal artificialidade, no entanto, não pode ocultar o rigor e a seriedade que ambos emprestaram aos seus trabalhos, e o intérprete que queira atender à significação de um e de outro na história da ciência (e das ciências particulares pelas quais transitaram) precisa estar pronto para perdoar o que a olhos modernos figura como carência em relação aos dados.

Cesso a digressão a respeito da relação entre Apolônio e Ptolomeu e entre suas respectivas teorias, por se tratar de assunto rico, que não há como esperar abarcar satisfatoriamente nesta discussão. Creio que a ligeira alusão terá sido bastante para explicar, de

⁴³ A analogia com a obra do Astrônomo não é inexplicada. Contemporâneos e habitantes da mesma cidade, é bastante provável que Apolônio e Ptolomeu tenham tido contato. Não há aqui espaço para tratar mais aprofundadamente das aproximações possíveis; pode-se consultar a respeito BLANK, 1982, pp. 11 a 19, onde também se estabelece vínculo com a metodologia do médico Galeno (129-200/216 a.D.). Apenas como curiosidade, registre-se que o nome original do principal escrito astronômico de Ptolomeu era *Μαθηματικὴ Σύνταξις* (*mathematikê súntaxis*, em latim *Syntaxis Mathematica*).

⁴⁴ Sobre o funcionamento dos princípios nas ciências racionalistas do século II, cita-se novamente a monografia de David Blank (BLANK, 1982, pp. 11 e 12)

⁴⁵ Falando da teoria de Ptolomeu, Brehme (BREHME, 1976, p. 506) relata que certos astrônomos chegam ao ponto de tratá-la como uma estagnação na corrente da ciência.

um lado, porque o termo “τάξις” figura tão proeminentemente na *Sintaxe* e, de outro, porque o escolhi como um dos dois que isolo neste capítulo.

Voltando à discussão dos problemas de tradução e recuperando o que coloquei no início da seção, a primeira aparição de “τάξις” refere-se à ordem das letras do alfabeto. “Ordem”, portanto, seria uma escolha evidente. Parece-me, no entanto, que com ela se perde uma dimensão-chave do sistema da *Sintaxe*, que chamarei aqui de *relacionalidade*.

No primeiro parágrafo de sua obra⁴⁶, Apolônio estabelece como predicado definidor da oração “completa” (αὐτοτελής) a *καταλληλότης*. Esse termo⁴⁷ é um nome abstrato formado a partir de “κατάλληλος”, adjetivo de amplo curso na crítica literária e na literatura gramatical da antiguidade que é usado para denotar correção no uso de acidentes gramaticais (por exemplo, fenômenos de concordância), ou em sentido mais geral para significar uso apropriado de palavras ou construções em um contexto. A forma nominal “καταλληλότης” parece ser inovação de Apolônio (ou de alguma de suas fontes que não chegou até nós) e, respeitando-se a aplicação do adjetivo de que se origina, poderia ser traduzida como “adequação”, “correção” ou “congruência”. Considerada a filiação racionalista e o papel das regras no método e no sistema, poderia ser escolhido algo como “regularidade”⁴⁸.

Há porém um aspecto do termo que creio se perder em todas essas escolhas. Morfologicamente, “κατάλληλος” decompõe-se em “κατά”, preposição que nesse composto parece ter sentido de *de acordo com* ou *relativamente a* e “ἄλλήλων”, redobro do pronome indefinido “ἄλλος”, com sentido de *um e outro*. Não considero que seja uma posição interpretativa correta atribuir ao acaso o fato de ambos os elementos da composição serem palavras gramaticais, de carga semântica ou descritiva relativamente fraca. Acredito, pelo contrário, que isso ecoa o fato de a “καταλληλότης” ser acima de tudo uma noção formal e abstrata, ou abstrata por ser puramente formal.

Existe tradicionalmente uma percepção de Apolônio como um gramático que se afasta da vertente técnica por cair próximo demais da filosofia, proximidade que talvez se revele especialmente em uma vocação de semanticista⁴⁹. Ilustrativamente trago a percepção de Maria Helena de Moura Neves, que o coloca como um autor que se afasta do “exame do aspecto exterior” (NEVES, 1987, p. 117). Ineke Sluiter também ecoa essa tendência ao dizer que

⁴⁶ Ed. Bekker, p. 1, l. 5

⁴⁷ Para maiores detalhes e fontes textuais, consulte-se BLANK, 1982, pp. 55 a 57.

⁴⁸ Opção do já citado Blank (BLANK, 1982, p. 30)

⁴⁹ A filosofia, e mais especialmente a filosofia estoica, é uma fonte suficiente e provável para toda a teorização sintática. Sobre a maneira como os estoicos propuseram uma arregimentação sintática como preliminar para a construção de seu sistema lógico, cita-se BOBZIEN, 2003, p. 88.

“[...] na visão de Apolônio, essa assim chamada teoria ‘sintática’ provavelmente não diferiria em qualquer sentido fundamental de uma teoria semântica, a sintaxe nada mais sendo que a representação exterior de significados combinados” (SLUITER, 1990, p. 41)⁵⁰

Mas a mesma autora também aponta uma direção para conciliar esse consenso, ao qual não tenho intenção de me opor, com o formalismo abstrato que aventei. Ao tratar da compatibilidade entre significados como requisito para a perfectibilização de uma oração, coloca que, em princípio, a marcação relevante é a das acidências⁵¹ gramaticais (gênero, caso, número, pessoa, tempo e modo), ao passo que o valor lexical só é considerado na medida em que se relacione com os significados expressos pelas acidências (SLUITER, 1990, pp. 50 e 51). Exemplo dessa segunda forma de incompatibilidade seria, em português, uma frase como “o escritor almoçou amanhã”.

“Formalismo”, então, refere-se à centralidade que as marcas morfológicas têm para o modelo; “abstrato”, ao fato de significados que não coincidam com os dessas marcas serem, em princípio, abstraídos. Daí chega-se à antes referida *relacionalidade* pela via de se considerar que esses significados inerentes às acidências gramaticais são exatamente aqueles que implicam e revelam relações entre as partes da oração, seja pelo estabelecimento de concordância propriamente dita, seja pela identidade de significado.

São, pois, as *relações* entre concebíveis (νοητά)⁵² a ocupar Apolônio. Quero estabelecer na sequência um lema: que a ideia de relação pode ser elegantemente incluída na tradução de “καταλληλότης”, passando, então, a gozar de presença textual significativa; e um resultado final para a escolha de “τάξις”: que embora não seja cabível traduzir esse termo diretamente como “relação”, é possível partir da escolha “ordem” e ajustá-la de maneira a ecoar a *relacionalidade*. Antes disso, porém, é preciso fazer uma breve digressão para justificar porque considero interessante falar em “relação” e não em alternativas mais ou menos próximas como “combinação”, “interação” ou “ligação”.

⁵⁰ No original, “[...] to Apollonius' mind, this so-called "syntactical" theory would probably not differ in any fundamental sense from a semantic theory, syntax being nothing more than the exterior representation of combined meanings”.

⁵¹ “Acidências” traduz o termo “παρεπόμενα”. Prefiro essa tradução a “acidentes” pois há contextos em que figuram como termos o particípio “συμβεβηκός” e outras formas conjugadas do verbo “συμβαίνω”, que na lógica tradicionalmente aludem aos predicados acidentais.

⁵² “Concebível” é termo que figura pouco no restante da discussão de Apolônio. A palavra que aparece mais frequentemente para tratar do sentido é “έννοια”, que traduzo como conceito. Me parece razoável propor analogia entre a relação que liga os νοητά às έννοιαι e aquela que, na teoria estoica, liga o dizível (λεκτόν) ao dito (λεγόμενον); da razoabilidade não é possível passar, por não haver grande demora de Apolônio sobre os aspectos metafísicos de sua teoria.

Dito sumariamente, quero “relação” para possibilitar estabelecer ligação com a ideia moderna de *relação* que se utiliza na lógica formal. Ressalte-se, porém, que o recurso a uma noção, e conseqüentemente a um termo, emprestado da lógica formal não importa querer ver em Apolônio alguém que pudesse conceber a formalização da lógica estoica com métodos e objetos algébricos. Na lógica estoica, e, por conseguinte, nos escritos de Apolônio, seria francamente irrazoável buscar alguma ligação entre as estruturas abordadas pela lógica (e pela sintaxe, dentro dela⁵³) e as estruturas em que então se concentrava a matemática. Seria mesmo irrazoável buscar a relação hoje íntima entre lógica e matemática como alguma “tradução” da relação que então, no século II d.C., se colocava entre a sintaxe e o restante das preocupações da lógica estoica. O que se faz, e isso vejo como possível, é apenas buscar a noção moderna como bom auxílio na leitura da *Sintaxe*, como boa representação estrutural de uma ideia que opera nas explicações de Apolônio⁵⁴. Isso, de resto, encontra justificativa no princípio tradutório de preservação de contribuição inédita, enunciado na primeira parte do trabalho.

Mas se alego que a *relação*, como modernamente compreendida, pode ser um caminho proveitoso para leitura da *Sintaxe*, é preciso que eu explicito essas compreensões modernas que podem orientar a leitura, o que também ajudará no estabelecimento dos enunciados que propus acima. Serão três compreensões que considero importantes para a presente discussão. As duas primeiras situam-se em uma oposição “metafísica”. De um lado (1) a *relação-predicado*, vínculo entre dois objetos A e B que estabelece para eles, respectivamente, os predicados “estar relacionado com B” e “estar relacionado com A”. Nesse sentido, pode ser verdadeira ou falsa a proposição que expressa que dois ou mais objetos estejam ligados por essa relação. De outro lado, (2) a *relação-objeto*, sentido em que se poderia dizer que uma dada relação liga os argumentos por ela relacionados. Nesse sentido, menos comum, é que se diria que é verdadeiro ou falso que uma relação compreende ou se aplica a um certo número de pares ou n-uplas⁵⁵.

⁵³ É notório o peso da língua ou da linguagem sobre a lógica estoica, ao ponto de Crisipo descrever o papel da dialética como o estudo dos significantes e dos significados (cf. SCHENKEVELD; BARNES, 1999, p. 193). Na trajetória da literatura secundária, já chancelava esse peso da gramática no sistema do estoicismo a avaliação de Schmidt (SCHMIDT, 1839, p. 8-9), e a validade da inserção da sintaxe no esquema amplo da lógica é referendada por Blank (BLANK, 1982, p. 34).

⁵⁴ E que, de resto, poderia ter sido extraída da ontologia estoica, que encarava os dizíveis como condições objetivas para a ligação (ou *relação*) entre um predicado e aquilo de que ele se predica, e que tinha a distinção entre “disposições” e “disposições relativamente a outra coisa” como uma de suas definições mais importantes. A respeito, consulte-se BRUNSCHWIG, 2003, p. 219 e pp. 227 a 232.

⁵⁵ Incidentalmente, há caminhos para postular uma distinção parecida com essa poderia ser albergada em uma metafísica estoica ou, no mínimo, estoicizante como considero que seja a empregada por Apolônio para fundamentar sua teoria gramatical. Os dois sentidos de relação remeteriam, em um sistema como esse, a dois entes distintos: o primeiro (relação-predicado) incorpóreo, por ser condição de ligação entre dois corpos; o segundo (relação-objeto), corpóreo por contaminação. Consulte-se, novamente, o capítulo de Brunschwig (BRUNSCHWIG, 2003, p. 219). Opto por não me demorar aqui sobre a contraparte matemática dessa distinção, pois creio que ela não seja indispensável para a compreensão do problema. Em poucas palavras, acredito que ela esteja, por exemplo,

O terceiro sentido, por fim, vincula-se a um certo “construtivismo” evidenciado⁵⁶ em Apolônio: como os itens posteriores na *τάξις* pressupõem funcional e formalmente os itens anteriores, daí a se aplicar ao sistema um processo de construção, lógico ou histórico, em que os mesmos elementos anteriores são conceitualmente manejados para dar origem aos elementos posteriores, é um passo bastante simples. Com o termo “relação”, em particular, esse sentido não parece muito natural, possivelmente em razão da coexistência, em português, de “relacionamento”. Mas tomar termos próximos, como “vinculação” ou “ligação”, que podem ter sentido de “ato ou efeito de vincular” ou “ato ou efeito de ligar”, evidencia a proximidade dessa noção construtivista com as duas expostas no parágrafo anterior.

Voltando à ideia de que a *καταλληλότης*, pela própria construção morfológica do termo, denota a abstração de todo significado que não implique *relação* entre os constituintes da frase, revela-se o sentido (2) de “relação” como proveitoso para refletir tal denotação. De fato, nesse sentido opera-se uma abstração dos significados dos termos relacionados, que passam a apenas interessar na medida em que seus nomes constem juntos em algum dos pares ou n-uplas incluídos na relação. Assim também, tudo indica que a correlatividade interessa-se apenas por que as partes incluídas em uma oração traduzam, com suas formas, as relações necessárias. Demoro-me para aprofundar essa analogia.

Seja uma relação $R = \{(a, b), (a, c), (b, c)\}$. Para fins de se dizer que uma certa relação S é igual a R , basta, no sentido (2), que os exatos mesmos pares sejam elementos de S , o que garantirá uma igualdade indiferente a quais outros pares de quais outras relações possam ter a , b , ou c como seus elementos. De maneira análoga, a *καταλληλότης* de uma oração não se interessa por quais outras relações as partes dessa oração estabelecem em razão de seu significado lexical, relaxadamente compreendido o sentido como um certo conjunto de relações. Só o que entra na sua conta é o conjunto das relações que as partes estabelecem entre si e, mais especificamente, como esse conjunto de relações replica ou não o modelo da construção necessária. Novamente citando Sluiter: “essa *καταλληλότης* ou analogia semantossintática é idealmente representada por uma oração cuja construção seja inteiramente clara,

por trás da diferença estabelecida por Quine (QUINE, 1969, pp. 21 a 28 e pp. 58 a 65) entre a teoria virtual das relações, definida inteiramente em termos do primeiro tipo, e a teoria real, definida com a consideração dos objetos envolvidos no segundo tipo como conjuntos de pares ordenados.

⁵⁶ Tampouco para uma discussão detida do “construtivismo” da *Sintaxe* há espaço aqui; refiro apenas um exemplo de realização textual desse traço metodológico: no Livro I, parágrafo 19 (Ed. Bekker, p. 13 l. 25), é dito que os pronomes “foram concebidos” para concordar com a primeira e a segunda pessoas verbais. “Foram concebidos” traduz *προσεπενοεῖτο*, um imperfeito que concorda com a afirmação, na mesma frase, de que os verbos “ocorriam” (*ἦν* [...] *καταγινόμενα*) naquelas pessoas. O tempo imperfeito, mesmo se lido em um sentido incoativo que é possível no grego antigo, dá aqui forte sugestão de uma progressiva constituição diacrônica do sistema das categorias.

porque todos os seus elementos estejam postos nos lugares apropriados”⁵⁷ (SLUITER, 1990, p. 61). Tal modelo é ele próprio apenas relevante na medida em que explicita como as relações devem se estabelecer e como, por consequência, as acidências ou os significados acidentais (gênero, caso, número, pessoa, tempo e modo) devem estar referidos uns aos outros.

A tradução escolhida para *καταλληλότης* foi “correlatividade”. Com ela obtém-se o propósito de em algum ponto da terminologia fazer figurar do termo “relação”, mesmo que derivado. O sufixo “-dade” parece-me dar boa conta de traduzir o gesto inovador de Apolônio de se dedicar não a uma ou outra oração *κατάλληλος* (“correlativa”), mas à propriedade abstrata que caracteriza necessária e suficientemente essas orações. Por fim, o prefixo “co-”, além de tornar mais acessível o uso no contexto ao evitar o inteiramente opaco “relatividade”, colabora para destacar a dimensão de simetria a que a ênfase nas marcas formais obriga (a concordância, pelo menos na superfície, é uma relação de equivalência).

Estabelecido, então, que o termo “relação”, pelo menos em um dos sentidos que me interessam, pode ser satisfatoriamente incluído na tradução de *καταλληλότης*. A isso dei mais acima o nome de lema, o que se deveu ao sustento que tal inclusão dá para o resultado final desejado, a saber, que não só é possível continuar e reforçar a presença da *relacionalidade* por meio da escolha para “τάξις”, mas que também é possível contemplar com ela os dois sentidos de *relação* que não orientaram “correlatividade”.

O ponto que iniciou toda essa discussão foi a insuficiência da escolha mais imediata para “τάξις”, “ordem”. O que passo a sustentar é como a alternativa pela qual optei, “ordenação”, cumpre melhor que “ordem” as funções que a marcação da *relacionalidade* prescreve. Faço isso recorrendo a trechos do texto traduzido.

O primeiro está no Livro I, parágrafo 19: “os verbos, no entanto, constroem-se nas três pessoas, e devido a isso concebeu-se o pronome nas pessoas assim ditas definidas, satisfazendo (*ἀνταναπληρώω*) tanto a colocação do nome quanto a *τάξις* do verbo”⁵⁸. Para *τάξις* nesse contexto há uma ambiguidade cuja solução não acredito caber ao tradutor. De um lado, pode-se entender que o pronome complementa a posição do verbo na ordem ou ordenação das partes. Nessa interpretação posicional, *τάξις* parece estar pelo primeiro ou pelo terceiro sentido de “relação”: pelo primeiro, porque a posição do verbo no sistema seria função de todos os predicados relacionais a ele aplicáveis (predicados do tipo “vem após o nome”, “vem antes do

⁵⁷ No original “this *καταλληλότης* or semanto-syntactical analogy is ideally represented by a sentence whose construction is entirely perspicuous because all its elements are put in their proper place”

⁵⁸ Ed. Bekker, p. 13, l.25-28 e p. 14, l.1 e 2. No original, ἦν δὲ τὰ ῥήματα ἐν τρισὶν προσώποις καταγινόμενα, καὶ διὰ τοῦτο προσεπενοεῖτο ἡ ἀντωνυμία ἐν προσώποις <ὠρισμένοις> καταγινόμενη, ἀνταναπληροῦσα καὶ τὴν θέσιν τοῦ ὀνόματος καὶ τὴν τάξιν τοῦ ῥήματος.

pronome”, etc.); pelo terceiro, porque utilizar “ordem/ordenação” por “posição na ordem/ordenação” parece ser imediato o suficiente se o primeiro par for entendido no sentido de *efeito de ordenar*. Para garantir esses sentidos, então, “ordenação” apresenta-se como a melhor opção, em vista de “ordem” não contemplar imediatamente o caminho causativo que pode levar, pelo sentido 3, à referida compreensão posicional do trecho⁵⁹.

Mas em outra leitura da passagem é possível compreender que o pronome complementa⁶⁰ fatos da sub-ordenação⁶¹ dos acidentes verbais (na qual naturalmente está compreendida uma *τάξις* das pessoas). Assim, “*τάξις* do verbo” poderia aqui querer dizer *τάξις definida pelo verbo, τάξις que tem o verbo como denominador comum*. Nessa interpretação, “*τάξις*” é ligado ao sentido 2, de relação como conjunto ou universo dos entes relacionados, o qual é melhor evidenciado por “ordenação” que por “ordem”, se por nenhum outro motivo no mínimo porque o primeiro dos dois termos é menos usual e, portanto, invoca melhor o pouco uso do correspondente sentido de “relação”⁶².

O segundo trecho analisado é retirado do mesmo parágrafo 19⁶³: “E, se tudo isso é verdade, é evidente que a *τάξις* dos verbos subsiste anteriormente aos pronomes que foram concebidos por causa dela”. A passagem citada, talvez mais que qualquer outra em todo texto, convoca o sentido 2 de “relação”. E isso por duas razões: a primeira, o verbo que é predicado de *τάξις*; a segunda, o fato de se falar em *τάξις* “dos verbos”, no plural, e não “do verbo”, no singular, como consta no outro trecho aqui analisado.

⁵⁹ Basta pensar na diferença de sentido entre uma frase como “passei o dia inteiro ocupado com a ordenação do arquivo”, que pode implicar outra como “passei o dia inteiro ocupado ordenando o arquivo”, e “passei o dia inteiro ocupado com a ordem do arquivo”, que, assim como está, dificilmente teria a mesma implicatura.

⁶⁰ Tenho utilizado “complementar” para explicar duas leituras possíveis do trecho, embora na tradução conste “satisfazendo” para “*ἀνταναπληροῦσα*”. A escolha de “satisfazer” é duplamente motivada: não só respeita a consistência terminológica ao recuperar a mesma tradução dada a “*ἀναπληρώω*” no parágrafo 2 (Ed. Bekker, p. 1, 15), mas também busca preservar uma ambiguidade que considero importante em torno do termo “colocação”, tradução de “*θέσιν*”. Como ponto negativo dessa escolha cria-se um ônus interpretativo, ou um direcionamento interpretativo, no sentido de ser forçoso subentender que toda categoria ou sistema de categorias cria certas condições que podem ou não ser satisfeitas, tornando ou não correlativa a sentença em que essas categorias ocorram. De qualquer forma, o modelo oferecido por essa interpretação parece dar boa conta do tipo de fenômeno de concordância de pessoa que sustenta a afirmação de Apolônio.

⁶¹ Que Apolônio conceba o sistema gramatical como consistente de diversas ordenações e sub-ordenações em diversos níveis extrai-se suficientemente do parágrafo 13 do livro I.

⁶² Soma-se a circunstância de “ordenação” ter sentido técnico de “relação de ordem”, “relação reflexiva/irreflexiva, transitiva e antissimétrica”; reafirmo: não espero, nem é necessário, que o leitor da minha tradução a leia com terminologia matemática em mente, mas professo ter preservado alguma possibilidade dessa aproximação, mesmo que metaforicamente. A analogia relação (em sentido moderno) : ordenação (em sentido moderno) :: καταλληλότης : τάξις não me parece de modo algum despropositada, e mantê-la pode ser trazido como mais um argumento a favor de “ordenação”.

⁶³ Ed. Bekker, p. 14, l. 11-14. No original: καὶ εἰ τοῦτο ἀληθές, προφανές ὅτι προϋποστίθεται ἢ τῶν ῥημάτων τάξις τῶν δι' αὐτὰ ἐπινοηθεῖσων ἀντωνυμιῶν.

O caso de “τάξις” na frase - nominativo - firma inegavelmente que ela desempenha função de sujeito. O verbo é “προϋφίστημι”, analisável como “προ-ὑφ-ἴστημι”; o primeiro prefixo é análogo à preposição “πρό” que, regendo genitivo (caso em que aparece o sintagma “os pronomes que foram concebidos [...]”), tem sentido de *anteriormente a*; o segundo prefixo tem sentido de *abaixo de* ou *sob*; “ἴστημι” significa *colocar* ou *fazer ficar* (*colocar-se* ou *estar*, na voz média). Preferi manter os dois últimos elementos unidos no termo composto “subsistente”, que traduz “ὑφίστημι” não só aqui, mas também no parágrafo 2, onde consta⁶⁴: “pois o concebível subsistente junto e a partir de cada palavra é como que elemento da sentença”. A palavra “concebível”, tradução de “νοητὸν”, é ela própria origem de outros problemas, mas o que acredito ser incontornável é seu reconhecimento como ente individualizável⁶⁵: “subsistir” é verbo semanticamente forte da metafísica estoica que denota a existência de entes ideais ou abstratos (GRAESER, 1971, p. 303). De novo, se não é razoável imaginar Apolônio como um estoico incondicional, tampouco é razoável presumir de pronto que nada da carga dos termos estoicos relevantes resista à importação para a *Sintaxe*.

Voltando ao texto, à τάξις do verbo é dado esse mesmo tipo razoavelmente forte de existência ou inclusão no universo, que, além da já citada possibilidade de individualização, aponta também para a possibilidade de quantificar em sentido lógico. Os dois predicados (individualizabilidade e quantificabilidade), por sua vez, conduzem ao sentido 2 de “relação” como melhor auxiliar para a interpretação nesse caso.

O direcionamento vinculante para o sentido 2 é apoiado pelo fato de o trecho falar em “[...] τάξις dos verbos [...]” e não “[...] τάξις do verbo [...]”. Entendo estar presente aí uma sinédoque (“verbos” como instâncias pelo “verbo” como categoria), que me parece ser mais imediata se lermos aí o já referido sentido de “τάξις definida pelo verbo” ou “τάξις que tem o verbo como operador comum” e, com ele, novamente o sentido 2 de “relação”, correspondentemente de “ordenação”.

A se afastar o peso que atribuí ao termo “προϋφίστημι” e ao adjunto no plural, pode-se defender uma leitura que marque o aspecto construtivista do sistema, enxergando aí mais uma vez “τάξις” como *efeito de ordenar*, e, a partir daí, como *posição na ordem*. Registro essa

⁶⁴ Ed. Bekker, p. 2, l. 5. No original: τὸ γὰρ ἐξ ἐκάστης λέξεως παρυφιστάμενον νοητὸν τρόπον τινὰ στοιχεῖόν ἐστι τοῦ λόγου.

⁶⁵ Na terminologia estoica, quer como “algo”, se considerarmos que o νοητὸν participa do significado, quer como “quase algo” se postularmos para eles, como creio ser possível, estatuto relacional objetivamente condicionante do significado. Para uma discussão da diferença entre “algo” e “quase-algo” na metafísica estoica, voltada para os universais mas possivelmente aplicável em alguma medida ao tratamento do νοητὸν, consulte-se BRUNSCHWIG, 2003, pp. 220 a 227.

possibilidade, embora acredite que a outra seja preferível, e recupero que, por motivos já expressos, “ordenação” lhe atenderá melhor que “ordem”.

Acredito que a apreciação detida dos dois exemplos terá sido suficiente para justificar a escolha de “ordenação” como tradução para “τάξις”. Resta, para concluir o exame desse termo, contemplar como essa escolha impacta a tradução do importante composto “σύνταξις”. Como o corpo das alusões neste mesmo comentário tem comprovado, para a escolha do título do trabalho preferi preservar o termo original, *Sintaxe*. Funcionalmente essa opção atende à intenção de situar o trabalho como capítulo importante da história da linguística, sugerindo pelo título a ligação - que se sustenta no corpo do texto - entre o que então era chamado “σύνταξις” e o que hoje se faz cientificamente sob o nome de “sintaxe”.

Para além do título, no entanto, a tradução “sintaxe” nem sempre é sustentável. Isso porque “σύνταξις” ocorre na *Sintaxe* com dois sentidos diversos, para cujo esclarecimento valho-me de uma teoria linguística contemporânea, a Sintaxe de Teoria de Modelos (em inglês *Model-theoretical Syntax*). Novamente, como no caso da aplicação de estruturas matemáticas e lógicas à discussão de *relação*, não se professa que o tipo de conclusão teórica pressuposta pelas estruturas invocadas esteja refletido de qualquer maneira no pensamento de Apolônio, ou que essas conclusões teóricas em qualquer medida sejam algo como transposições para o pensamento de hoje da forma como se pensava gramática no século II. Trata-se somente de representação estrutural e auxílio interpretativo⁶⁶.

A Sintaxe de Teoria de Modelos estrutura-se pela enunciação de restrições sobre a estrutura das frases. Nas palavras de Pullum,

essas restrições podem ser mais precisamente enunciadas como fórmulas de uma lógica; uma gramática pode ser definida como um conjunto finito dessas fórmulas; estruturas de frases podem ser tomadas como modelos para a interpretação daquela lógica; e gramaticalidade pode ser reconstruída como satisfação das restrições na gramática, no sentido modelo-teórico⁶⁷(PULLUM, 2019, p. 209)⁶⁸

⁶⁶ Nessa reiteração da ressalva, acrescenta-se aos já trazidos o argumento de Egli (Egli, 1986, p.281) de que empregar sistemas modernos para interpretar textos técnicos antigos é forma válida de respeitar, ao mesmo tempo, a historicidade do texto lido ou traduzido e a potencialidade de esse texto conter contribuições que possam ultrapassar ou fornecer alternativas para as conclusões das ciências de hoje. Os dois respeitos serão tanto maiores quanto mais sofisticados forem os sistemas empregados.

⁶⁷ No original “such constraints can be stated more precisely as formulae of a logic; a grammar can be defined as a finite set of such formulae; structures of sentences can be taken to be the models for the interpretation of that logic; and grammaticality can be reconstructed as satisfaction of the constraints in the grammar, in the model-theoretic sense”.

⁶⁸ Cabe aqui breve esclarecimento de algumas noções manejadas. Em lógica, para uma fórmula cujo valor dependa das variáveis p_1, p_2, \dots, p_n , chama-se “interpretação” uma atribuição de valores (geralmente “verdadeiro” e “falso”, ou 0 e 1) às variáveis p_1, p_2, \dots, p_n ; chama-se “modelo” a interpretação que torne a fórmula verdadeira. As duas

Os dois sentidos de “σύνταξις” apoiados por essa teoria serão então os seguintes: (1) o corpo das regras da gramática, dos enunciados gerais que precisam ser observados pela estrutura de qualquer sentença, o que, nos termos modernos de que me valho, corresponderia aproximadamente ao que é trazido como “gramática” na citação acima; (2) a unidade sentencial estruturada, isto é, a instância estrutural enquanto interpretação (em sentido formal) da gramática. Também aqui será a menção e análise de exemplos que, segundo creio, demonstrará que, embora “sintaxe” cumpra as funções associadas ao sentido (1), aquelas ligadas ao sentido (2) demandam outra tradução.

No parágrafo 14, após dizer que a ordenação das partes da sentença é imitação (μίμημα) da oração completa, Apolônio acrescenta que “isso, em todo caso, pode ser fundamentado com uma σύνταξις que contenha todas as partes”⁶⁹ e, logo em seguida, traz a frase “ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν”⁷⁰ (*o mesmo homem tendo resvalado hoje caiu*) como fundamentação. “Σύνταξις”, nesse contexto, claramente se refere a um certo conjunto observável de palavras estruturadas - ordenadas - de uma ou outra forma e que podem ou não constituir uma oração (λόγος), conforme observem ou não as regras do sistema gramatical - dentre as quais se inclui a regra que é matéria particular do parágrafo 14: conter as “partes da oração mais essenciais” (“τὰ ἐμψυχότατα μέρη τοῦ λόγου”), a saber, o nome e o verbo⁷¹.

Na estruturação da Sintaxe de Teoria de Modelos, “σύνταξις” pode ser lido nesse parágrafo como referindo-se a uma interpretação das proposições do sistema gramatical (portanto a uma estrutura efetiva); essa σύνταξις torna-se também λόγος quando for um modelo dessas proposições. Para essa leitura, a opção “sintaxe”, de resto defensável pela conveniência funcional de posicionar bem o texto na história da linguística e da gramática, parece não funcionar nesse específico contexto: a primeira referência da expressão “uma sintaxe que contenha todas as partes da sentença” acredito que não seja o sentido (2) de “σύνταξις”, como precisa ser no trecho em apreço, mas o sentido (1), de um sistema de regras.

noções podem ser generalizadas para se falar em interpretações e modelos de teorias ou sistemas, vistos como conjuntos de fórmulas.

⁶⁹ Ed. Bekker, p. 11, l. 9-11. No original: παρὸν γοῦν πιστώσασθαι ἐκ συντάξεως οἷον περιεχοῦσης τὰ μέρη τοῦ λόγου.

⁷⁰ Ed. Bekker, p. 11, l. 14 e 15.

⁷¹ Para além do parágrafo 14, a demonstração de essencialidade dessas duas partes seria, na leitura de Lange (LANGE, 1852, p. 10), objeto maior de toda introdução (*i. e.*, dos 36 parágrafos iniciais do livro I). Além do argumento pela construção da σύνταξις, que já tivemos ocasião de analisar, ajudam a sustentar essa regra: (a) que a divisão das letras em vogais e consoantes ocasiona, analogicamente, que as partes da sentença também se classifiquem em essenciais ou autossuficientes e inessenciais ou dependentes (analogia sustentada no parágrafo 12; Ed. Bekker, p. 9, l.1 até p. 10, l.9); (b) que as duas partes, mas não outras, quando desconhecida alguma de suas acidências, permitem a formulação de interrogação a seu respeito, por interrogativo nominal ou adverbial, conforme o caso (parágrafo 30; ed. Bekker, p. 19, l.1 a 5).

O segundo exemplo analisado impõe ainda mais enfaticamente a duplicidade de traduções. Consta do parágrafo 26: “É nesse ponto, então, que a preposição figura na ordenação das partes: seja quando ocorre em composição, seja quando ocorre em aposição, prepõe-se às partes referidas acima de modo que apesar de ser posterior (μεταγενής) a elas quanto ao seu surgimento (φύσις), é anterior (ἀρκτική) na συντάξει”⁷². A especificidade da preposição no sistema da *Sintaxe*, de seguir-se ao nome e ao verbo na ordenação sistemática, mas se antepor a eles nas orações, força uma diferenciação nítida desses dois níveis para ser adequadamente tratada. Aqui, novamente, creio que a opção “sintaxe”, remetendo mais de perto ao sistema que à realização interpretante do sistema, trabalhe contra essa necessária diferenciação, instaurando ambiguidade - no melhor dos casos - ou franca contradição, no caso de uma leitura que se fixe no sentido (1).

Em ambos os exemplos, a impropriedade de “sintaxe” foi referida a uma percebida maior imediatez do sentido (1), relativamente ao sentido (2). Essa maior imediatez creio que tenha dupla motivação: de um lado, ao contrário de σύνταξις em grego, “sintaxe” em português não é uma palavra composta de maneira transparente; é percebida como um único morfema lexical e, mais que isso, como vocábulo de uso especializado afeito ao âmbito particular da gramática (quando muito da linguística) onde, mesmo aí, dificilmente é lida no sentido (2). De outro lado, há a razão contextual de o título da obra (*Sintaxe*) ser ele próprio uma ocorrência de σύνταξις em que “sintaxe” no sentido estreito de *sistema de regras* é a leitura ideal, de modo a opor ônus aumentado a qualquer tentativa que se faça, no corpo do texto, de violar ou relativizar essa leitura.

Entendo que esteja demonstrado, então, que “sintaxe” será inadequado para “σύνταξις” nos contextos em que precisar ser desafiado o sentido em que o termo ocorre no título, que parece ser também o mais natural para “sintaxe” em português. Mas disso não sai a resposta para a tradução; sai um vazio que pode ser preenchido por outros princípios que competem com a vantagem histórica de “sintaxe”, e que concretamente opto por render ao corolário de presunção de rigor terminológico, ele mesmo orientado ao princípio de preservação de contribuição inédita, ambos já extensamente analisados.

⁷² Ed. Bekker, p. 17, linhas 24 a 28. No original: ἔνθα γοῦν καὶ τῆς τάξεως ἔτυχεν, εἶγε ὅτε μὲν κατὰ σύνθεσιν, ὅτε δὲ κατὰ παράθεσιν προτίθεται τῶν κατελεγμένων μορίων, ὥστε μεταγενεστέρα μὲν ἐστὶ τῇ φύσει, τῇ δὲ συντάξει ἀρκτική. É preciso ressaltar que, na edição de Bekker, em lugar de “συντάξει” consta “τάξει”; isso, se de um lado é referendado por “τάξις” poder referir-se também à ordenação concreta das palavras de uma dada σύνταξις, por outro é desabonado por constarem duas ocorrências de τάξις em sentido diverso na mesma frase, levando, numa leitura superficial, a uma contradição: a preposição figura posteriormente na “ordenação”, mas é anterior na “ordenação”; é evidente que uma leitura atenta resolverá a contrariedade, que é só aparente, mas não há como contornar um estranhamento imediato.

Para “σύνταξις” será importante uma consequência da presunção relativamente às preposições e prefixos⁷³. A linguagem técnica da *Sintaxe* é rica em termos compostos, nos quais a recorrência dos elementos parece apontar para uma carga conceitual não apenas para os radicais, mas também para os prefixos empregados na composição. A se arriscar uma generalização, essa carga dos prefixos parece ligar-se a uma espécie de *formalização posicional*, um posicionamento significativo dos objetos, o que se traduz quer no posicionamento das palavras na frase, quer em algum posicionamento abstrato no próprio sistema.

Um exemplo é a preposição ou prefixo “κατά”, que é recorrentemente empregada para denotar caracterização, especialmente pela observância de regras. No denso parágrafo 2, por exemplo, fala-se em a sintaxe ser “κατὰ τὸ δέον” (“de acordo com o necessário”), e mesmo em a sentença completa ser “κατὰ σύνταξιν” (“de acordo com a sintaxe” ou “caracterizada pela sintaxe”). Generalizações como essas, que parecem ter sobrevivido mesmo na gramática tradicional - nos termos da série “adjetivo”, “adjunto” e “advérbio”, por exemplo, que traduzem termos compostos com “ἐπί” em grego - são também aplicáveis à preposição ou morfema *σύν*. Além da própria “σύνταξις”, figura em “συμπλοκή” (*coordenação de orações por conjunção aditiva*), “σύνδεσμος” (*conectivo ou conjunção*), “συλλαβή” (*sílaba*), “συγκλείεται” (*ser conclusa*; no contexto em que aparece refere-se especialmente a uma *σύνταξις* constituir uma oração completa), entre outros.

A presunção de rigor terminológico, voltando ao problema de traduzir “σύνταξις”, demandaria então que se observasse o fato de esse termo ser composição de dois outros: “σύν”, que - novamente assumindo o risco da generalização - aparenta expressar acompanhamento numa ordem linear, especialmente para encapsulamento em uma unidade de mesmo nível (pense-se, por exemplo, na oposição entre “σύνθεσις”, *composição*, e “παράθεσις”, *aposição, acompanhamento na frase*); “τάξις”, traduzido por “ordenação” e cuja importância já ficou aqui evidenciada. A saída praticamente dedutível termina por ser, com tudo isso, “coordenação”⁷⁴.

“Coordenação”, é preciso conceder, é termo opaco para o fim em que o estou empregando, de conjunto de palavras que preenchem certas regras da sintaxe, mas não necessariamente todas. Na terminologia da gramática tradicional, expressa especialmente um

⁷³ No grego antigo, é bastante comum - quase universal - que preposições possam figurar na frase tanto como palavras independentes quanto como prefixos. É a isso que Apolônio se refere quando, no trecho antes transcrito, fala em as preposições poderem se antepor tanto em composição (prefixo) quanto em aposição (preposição).

⁷⁴ Que Apolônio perceba e dê importância à conexão morfológica entre “σύνταξις” e “τάξις” - e que ambos, assim conexos, se situem em um quadro teórico geral que privilegia a ideia de ordem no sistema da língua - é dado como certo por Lallot (LALLOT, 2015, p. 855); o mesmo autor também comenta, em nota, que *coordinatio* poderia ter sido a tradução adotada por Prisciano para “σύνταξις”, em lugar de *constructio* (*id.*, *ibid.*).

expediente de formação de período composto em que nenhuma das orações é constituinte da outra⁷⁵. De modo que poderiam estar associadas à alternativa as mesmas dificuldades e ambiguidades que levaram a rejeitar “sintaxe”. Escolher “coordenação” dependerá, assim, de que se sopesem as carências dessa escolha tanto com os benefícios trazidos pelo respeito à formalização posicional, com o que o termo será justificado relativamente à leitura do texto, quanto com as carências de “sintaxe”, com o que o termo será justificado relativamente à alternativa posta sob análise.

Trata-se, portanto, de hierarquização entre três argumentos. Os pesos respectivos das vantagens da formalização posicional, como consequência da presunção de rigor na terminologia, e das possíveis desvantagens de “sintaxe” acredito que já estejam colocados. Resta buscar aliviar as falhas de “coordenação”. Em primeiro lugar, não parece tão difundida a utilização de “coordenação”, simplesmente, para aludir quer ao processo de coordenação em si, quer ao período composto resultante desse processo. Apenas como amostra, cite-se Antenor Nascentes, que no “Método de Análise Lógica” fala em “período composto por coordenação”, e “conjunções coordenativas”, mas não utiliza simplesmente “coordenação” para se referir ao processo pelo qual se forma esse tipo de frase (NASCENTES, 1944, pp. 39 e 40). É verdade, porém, que há quem faça esse uso do termo, como Evanildo Bechara, que na “Moderna Gramática Portuguesa”, o emprega em frases como “trata-se de exemplos de coordenação no nível da oração [...]” (BECHARA, 2009, p. 477). Mesmo esse segundo autor, no entanto, não parece jamais usar “coordenação” para se referir ao período resultante do processo de coordenação.

Um segundo ponto, no entanto, parece ser mais decisivo, e é que, no sentido de *processo de formar períodos compostos de maneira tal que um não seja componente do outro*, a coordenação no máximo figurará como ente individualizado, *a coordenação*, em oposição à *subordinação*. Uma locução quantificada, do tipo em que “σύνταξις” geralmente figura quando tem sentido próximo a *frase*, como “uma coordenação”, ou “todas as coordenações”, ou “qualquer coordenação”, apontaria, segundo me parece, para o sentido de *período composto por coordenação*, e esse segundo sentido - como disse - não é comum nos usos de “coordenação” que encontrei na Gramática Tradicional. “Sintaxe”, novamente, é diverso nesse quesito, pois mesmo quando quantificado aparenta poder reter o sentido de sistema de regras: “uma sintaxe mais elegante”, “toda sintaxe pressupõe uma semântica”, etc.

⁷⁵ Esse mesmo expediente seria chamado “συνπλοκή” na terminologia de Apolônio, cf. parágrafo 12 (Ed. Bekker, p. 9, l. 24).

A terceira e última ressalva associa-se à escolha de “ordenação” para “τάξις”. Por conduzir, pela via da formalização posicional e da consistência terminológica, a “coordenação” para “σύνταξις”, creio que também oponha exceção ou defesa às objeções, na medida em que, ocorrendo reiteradamente com sentido especializado, pode colaborar para a abstração de “coordenação”, ou seja, para a percepção de que, na *Sintaxe*, esse termo não deve invocar os sentidos que correntemente se associam a ele em outros contextos. Esse é mais um argumento que não poderia ser aduzido a favor de “sintaxe”: não há outro termo que, por relacionamento de forma, sugira a leitura em qualquer sentido diverso dos usuais.

A relação das carências de “coordenação” feita acima ignorou a maior delas, que é o fato de esse termo não poder fluentemente remeter ao significado de *sistema de regras*, para o qual “sintaxe”, repita-se, funciona bem. Essa é uma carência que não acredito poder transpor, de modo que será forçoso violar, nessa escolha, a tradução “bijetora” (um para um) dos termos, isto é, será forçoso adotar duas traduções para o termo único “σύνταξις”. O quadro resultante é que, nos casos em que “σύνταξις” for mais adequadamente compreendido como *sistema*, mantém-se “sintaxe” (o que inclui o título da obra). Nos casos em que a compreensão recomendada for *unidade que interpreta o sistema*, a opção será por “coordenação”. Há, no entanto, mais um passo que pode ser dado na direção de resguardar alguma relação entre as duas alternativas: em lugar de usar apenas “coordenação”, será empregada a perífrase “coordenação sintática”.

3.2. Thesis

Outro termo que cria problemas de tradução na *Sintaxe* é “θέσις”. Formado a partir do verbo “τίθημι” (*colocar, pôr*) pelos mesmos expedientes morfológicos que levam a “τάξις” a partir de “τάσσω” (*arranjar, organizar*), em usos correntes teria sentido próximo de *ato ou efeito de colocar ou posicionar*. Na *Sintaxe*, no entanto, é parte da terminologia usada para falar da organização e da construção do sistema das categorias sintáticas.

A primeira dificuldade associada a “θέσις” liga-se a uma ambiguidade em seu uso, já percebida por Lange (LANGE, 1852, p. 10, nota 6). São dois os sentidos em que o termo figura: no primeiro (1), refere-se ao ato ou efeito de dar nomes, de nomear; no segundo (2), à localização (determinada relacionalmente) na *σύνταξις* (quer na “sintaxe”, quer na “coordenação sintática”, valendo-me das traduções que justifiquei acima). No tratamento de Lange, a sugestão é que os contextos permitiriam decisão quanto à leitura de “θέσις” a ser adotada em cada caso. Acredito, porém, que há certos pontos em que Apolônio emprega a ambiguidade a favor da construção da teoria, de maneira que, ao lado da identidade

terminológica possa haver proximidade conceitual entre (1) e (2) conforme usados na *Sintaxe*. A comprovação, ou, pelo menos, a sustentação dessa conjectura, depende de que se leiam cuidadosamente alguns dos contextos em que o termo aparece.

O primeiro de tais contextos será o início do parágrafo 18⁷⁶, onde consta: “portanto, a *θέσις* do nome prevaleceu também no sentido de todas as partes da oração chamarem-se “ὀνόματα” (nomes), dado ele subsistir anteriormente às demais partes”. É notável que aqui não conste a fórmula usual quando Apolônio argumenta com base na terminologia, “θέσις τοῦ ὀνόματος”, com “θέσις” qualificado por um genitivo, caso que marca o tradicionalmente chamado adjunto restritivo; em vez disso, fala-se em “ἡ ἀπ' αὐτοῦ θέσις”. “Ἀπό” é preposição grega que significa *de, saindo de* ou *proveniente de*, mas que também é usada para construir o agente da passiva. Uma tradução que quisesse contemplar a presença dessa preposição, mesmo sob pena de demasiada literalidade, poderia chegar a alternativas como “a *θέσις* a partir do nome” ou mesmo “a *θέσις* pelo nome”. O que a locução dá a entender, conjuntamente com o que é o ponto central do parágrafo - a saber, que palavras de quaisquer classes podem ser genericamente denominadas, em grego, “nomes” - é que o nome é origem, seja como agente estritamente, seja em qualquer outro sentido autorizado por “ἀπό”, de uma “θέσις” subjacente a qualquer palavra da língua.

O sentido (1) parece dar conta de refletir essa conclusão: é plausível supor que o que as palavras comumente fazem, para Apolônio, é dar nome às coisas e, com isso, colocá-las na linguagem⁷⁷. Mas isso não quer dizer que a leitura (2) não se preste igualmente bem à interpretação do parágrafo em comento. De fato, tomando-se em conta o sistema enquanto ordenação relacionalmente estruturada, é também bastante plausível que a primeira posição na ordem implicará e será implicada pela precedência causal que tem a nomeação relativamente à linguagem: o primeiro será o que figura, como nomeação, em todos os seguintes, e aquele que figura em todos os seguintes deverá ser o primeiro. De modo que se poderia substituir por equivalência aquele que ocupa a primeira posição pela própria posição. A diferença entre as leituras apoiadas em (1) e (2) é, na verdade, bastante sutil: pela primeira delas, alude-se ao efeito da precedência do nome, que é um reflexo relacional sobre todas as demais partes; pela segunda, alude-se à própria relação, definida em grande parte⁷⁸ por esse reflexo relacional que

⁷⁶ Ed. Bekker, p. 12, l. 23-25. No original: “κατεκράτησεν οὖν καὶ ἡ ἀπ' αὐτοῦ θέσις τὸ πάντα τὰ τοῦ λόγου μέρη καλεῖσθαι ὀνόματα”.

⁷⁷ Mais profundamente analisada, tal leitura poderia inclusive levar a um terceiro sentido de “θέσις”: não a colocação do nome sobre as coisas, mas a colocação das coisas na linguagem por meio do nome.

⁷⁸ Tão grande parte que pode mesmo ser exclusiva, dependendo de quanta força se atribua ao argumento do parágrafo 16 da obra pela primazia do nome sobre o verbo.

é a função denominativa comum. Eis, portanto, um exemplo em que a ambiguidade de “θέσις” pode ter sido intencionalmente abraçada por Apolônio, como reflexo dessa sutileza⁷⁹.

Um segundo exemplo bastará para indutivamente estar assentada a validade de algo como uma ambiguidade aceita. Para ele, retorna-se a um dos já citados trechos do parágrafo 19, retomado aqui por conveniência: “os verbos, no entanto, constroem-se nas três pessoas, e devido a isso concebeu-se o pronome nas pessoas assim ditas definidas, satisfazendo tanto a θέσις do nome quanto a ordenação do verbo”⁸⁰. Pelo sentido (1), o que está dito é que os pronomes⁸¹ satisfazem o termo pelo qual são designados, na medida em que, de fato, colocam-se em substituição ao nome e completam funcionalmente a sintaxe.

Pelo sentido (2), toma-se em consideração a situação do nome na ordenação das partes. Para essa interpretação é necessário complexificar a leitura de “ἀνταναπληροῦσα”, traduzido como “satisfazendo”: a posição do nome, primeira em toda ordenação, terá de ser compreendida como função insatisfeita, e a “concepção” das demais partes satisfará essa função, na medida em que o resultado da entrada dessas partes na ordenação remeterá sempre ao campo do que pode ser dito. Exemplificativamente, para tornar mais concreta a reflexão, a entrada do verbo satisfaz a primeira θέσις do nome, porque é possível nomear ações e sofrimento de ações⁸²; a entrada do pronome, na sequência, satisfaz a θέσις do nome, porque a substância pode ser trazida à linguagem pela nomeação, mas é mais imediatamente trazida pelo pronome, que é ainda por cima capaz de expressar as pessoas definidas implicadas na terminação verbal⁸³. Ao que tudo indica, o ganho na expansão do sistema gramatical pelo acréscimo das partes subsequentes ao nome não é na extensão do que pode ser dito, mas na definição formal do que pode ser dito⁸⁴.

⁷⁹ Ponha-se que não é necessário postular que Apolônio tenha chegado ou mesmo tenha podido, com o aparato filosófico e científico de que dispunha, chegar à distinção aqui feita. Se concluirmos que há suficientes casos em que a ambiguidade de “θέσις” é favorável à interpretação cuidada do sistema, poderá muito bem ser o caso que não se trate de ambiguidade, mas sim de um único conceito por trás dos dois usos aparentemente diversos do termo. Nesse caso a sutileza não estará no próprio conceito, por força, mas poderá ser remetida à interação do conceito com o contexto. Pessoalmente, no entanto, continuo a acreditar em um Apolônio capaz de abrigar delimitações como a que aqui se fez.

⁸⁰ Ed. Bekker, p. 13, l.25-28 e p. 14, l.1 e 2. No original, ἦν δὲ τὰ ῥήματα ἐν τρισὶν προσώποις καταγινόμενα, καὶ διὰ τοῦτο προσεπενοεῖτο ἡ ἀντωνυμία ἐν προσώποις <ὀρισμένοις> καταγινομένη, ἀνταναπληροῦσα καὶ τὴν θέσιν τοῦ ὀνόματος καὶ τὴν τάξιν τοῦ ῥήματος.

⁸¹ Em grego ἀντωνυμῖαι, composto da preposição ἀντί- (*em lugar de, em substituição a*) mais -ὄνομα (*nome*).

⁸² É a leitura que atribuo ao parágrafo 16 da obra (Ed. Bekker, p. 12, l. 13-18).

⁸³ É essa a tese inteira do comentado parágrafo 19 (Ed. Bekker, p.13, l.11 a p.14, l.14).

⁸⁴ Para cada uma das partes é possível encontrar uma função que é materialmente preexistente, mas formalmente inovadora. Assim, além do verbo e do pronome, o particípio entra para expressão, com acidentes nominais, da função verbal já relacionada; o artigo, para expressão anafórica, destaque de que um certo nome é anteriormente definido; quanto à preposição, sua função não fica inteiramente clara, visto ser a definição dada no parágrafo 26 (Ed. Bekker, p.17, l.18 até p.18,l.5) puramente posicional, mas o argumento do parágrafo 27 (Ed. Bekker, p.18, l.6-11) sugere que se relacione sintaticamente à θέσις nominal analogamente a como o advérbio se relaciona com

Fica claro que o importe interpretativo necessário para entender “θέσις” no trecho como *posição na ordenação das partes* será muito maior que o exigido para ler-se o termo como *denominação*, simplesmente. Essa leitura, no entanto, segue sendo interessante pelo contraste que, adotada ela, se constrói no trecho entre a *θέσις*, característica do nome, e a *τάξις* enquanto complexo relacional instaurado pela entrada do verbo, tanto no nível da estrutura das categorias como um todo (sistema), quanto no nível da estrutura de uma unidade - coordenação sintática - particular (interpretação do sistema). De modo que, novamente, há uma ambiguidade interessante que merece ser preservada.

A solução tradutória que encontrei para preservar a dupla⁸⁵ leitura de “θέσις” foi traduzir o termo como “colocação”. De um lado, parece bastante natural falar em “colocar nomes”, com o que uma locução como “colocação do nome” poderia remeter facilmente ao “ato de colocar nomes” ou mesmo ao “resultado do ato de colocar nomes”, que parece ser o sentido demandado pelo método construtivista, e pela conseqüente estrutura construída, da *Sintaxe*. De outro, a escolha funciona igualmente para remeter à ideia de posição em uma ordem. Em que pese algum artificialismo em certos contextos, a escolha será uniformemente adotada sempre que “θέσις” for utilizado no original, o que preserva a possibilidade de que os sentidos (1) e (2) sejam na verdade duas faces de um mesmo conceito, e não dois conceitos unidos por um único termo.

Como não poderia deixar de ser, essa escolha causa ecos no restante do sistema terminológico - presumidamente rigoroso - de Apolônio. “θέσις”, como termo rico em relações, figura em uma série importante de termos derivados. Sob probabilidade majoritária de não exaurir as ocorrências, citam-se, com os respectivos sentidos aproximados: “πρόθεσις” (*preposição*), “σύνθεσις” (*composição*), “παράθεσις” (*justaposição*), “ἐπίθεσις” (*posição ou função de adjetivo ou adjunto*) e “διάθεσις” (*diátese*, mas também *transitividade*)⁸⁶.

O tratamento desses derivados torna-se problemático na medida em que a escolha “colocação”, recomendável para “θέσις”, resulta em artificialismo demasiado se mantida na junção com os prefixos, mais ou menos carregados conceitualmente. Assim, apenas exemplificativamente, resultariam problemas como “pré-colocação” em lugar do fluente “preposição” para “πρόθεσις”, “con-colocação” em lugar de “composição” para “σύνθεσις”, etc. A solução encontrada foi buscar composição do conflito entre preservação da consistência

o verbo; o advérbio funciona como sobreposição sintática do verbo, isto é, replica no nível das coordenações sintáticas o que o adjetivo faz internamente à parte nominal da sentença; a conjunção, por fim, põe-se “sobre” (ἐπί) as demais partes, operando sobre a σύνταξις como unidade e articulando o discurso.

⁸⁵ Ou tripla, se contarmos o sentido possível de *introdução na linguagem por meio do nome*.

⁸⁶ Sobre o papel-chave da transitividade na definição da *διάθεσις*, e o papel-chave dela na sintaxe alexandrina, consulte-se Lallot (LALLOT, 2015, pp. 874 a 876).

terminológica e produção de um texto claro e minimamente fluente, sem ceder inteiramente a um ou outro lado.

Dada como ponto de partida a escolha firme de “preposição”, nota-se que derivados de “-posição” figuram bastante transparentes no discurso gramatical, como atestam as palavras usadas acima para exposição dos conceitos envolvidos nos derivados de “θέσις”. Acrescente-se a isso que “posição” é uma boa alternativa a “colocação” para capturar o sentido (2) de “θέσις”. Assim, o interesse da consistência terminológica cede à clareza quando, para o mesmo termo “θέσις” passa-se a adotar escolha disjunta: “colocação” quando simples, “-posição” nos derivados.

Por outro lado, a clareza cede à consistência quando se tornam derivações de “-posição” constantes, mesmo nos casos em que disso resultar termo opaco em português. Com o que, por exemplo, serão aceitos “sobreposição” e “sobrepositivo” para “ἐπίθεσις” e “ἐπιθετικός”⁸⁷, respectivamente, em lugar de alternativas mais diretas que associassem esses termos aos conceitos de *adjetivo* e *adjunto*^{88 89}.

Falar em aceitação de escolhas derivadas opacas leva a que se comente uma possível alternativa à série baseada em “-posição”: a adoção de uma série baseada em “-tese”, que resultaria em se adotarem termos de origem grega que refletissem etimologicamente o constante do texto original. Para “ἐπίθεσις”, nesse caso, seria adotado “epítese”, para “σύνθεσις”, síntese, e assim para os demais derivados. A escolha tem o mérito inegável de traduzir a intersecção existente entre a terminologia da *Sintaxe* e a terminologia da ortografia: os referidos correspondentes etimológicos podem ser empregados, em português como no grego, para se referir a acréscimo, exclusão, alteração e outras operações envolvendo letras ou fonemas. Porém, entendo que a opacidade de “tese” é suficiente para apagar sua ligação com “colocação”, ligação que não é inteiramente afastada com os derivados de “posição”. Por isso, considero que os benefícios apontados não compensam a perda de transparência.

⁸⁷ Por exemplo na abertura do parágrafo 27: “uma vez que o advérbio é funcionalmente sobreposição sintática do verbo [...]” (Ed. Bekker p. 18, l.6 e 7). No original: “κάπειδὴ τὸ ἐπίρρημα δυνάμει ἐστὶ ῥήματος ἐπιθετικῆς σύνταξις [...]”.

⁸⁸ A tradição gramatical alexandrina não isolou os adjetivos enquanto classe de palavras diversa dos substantivos. Reuniam-se todos sob a denominação de “nomes”. Incide isso como atenuante à adoção de um termo opaco relativamente à expressão dessa noção. O mesmo dado também colabora para escolher-se “nome” para “ὄνομα”, em lugar de “substantivo”.

⁸⁹ Há ainda a potencial atenuante de que não é necessário ver o termo como inteiramente opaco. A ideia de *sobreposição* não parece ser inteiramente alheia à semântica dos adjetivos, ou, pelo menos, a uma face do significado adjetival: ao dizer “Sócrates branco”, não é falso colocar, empregando terminologia compatível com a *Sintaxe*, que concebemos uma substância em que se *sobrepõem* a qualidade individual de Sócrates e a qualidade comum de branco. Não me demoro sobre essa possibilidade, no entanto, porque não considero indispensável apostar nela. Mesmo com a leitura opaca, há outros motivos suficientes para preferir “sobreposição”.

Em síntese, ficaram fundamentadamente adotadas nesta segunda parte as traduções “ordenação”, para “τόξις” e “colocação”, para “θέσις”. Em ambos os casos, porém, dados da teoria sintática, tanto do método quanto da estrutura elucidada por esse método, obrigaram ao abandono ou à relativização do primado de rigor terminológico presumido que, a princípio, devia ser preservado incondicionalmente. Para o derivado “σύνταξις” restaram escolhidos, a depender do contexto, “coordenação”, que atende ao referido primado, e “sintaxe”, que o viola, tomada a escolha de “ordenação” como baliza. Já para os derivados de “θέσις”, como “ἐπίθεσις” e “σύνθεσις”, foram escolhidos derivados de “posição” que, tanto quanto possível, respeitassem uma tradução constante dos prefixos empregados na composição, muitas vezes eles próprios terminologicamente carregados.

4. AXIOMAS DA INTRODUÇÃO DA SINTAXE

As duas primeiras partes deste comentário já deram conta, uma, de delinear um método de tradução possível para a *Sintaxe* e, outra, de mostrar o tipo de problema que esse método encontra quando aplicado ao quadro terminológico da obra. Esta terceira se autorizará assumir postura interpretativa ampla. Como já antecipei em outras passagens, farei uso frequente de conceitos modernos, de um lado porque são conceitos de que gosto e que me ajudaram pessoalmente a construir e formular algumas conclusões sobre o texto, de outro porque sigo achando que podem acrescentar algo a uma discussão contemporânea de Apolônio. Onde o leitor entender que o texto, seja o original grego, seja a tradução, repudie tais conceitos, pode lê-los como estritamente metafóricos. De minha parte sigo sustentando que a comparação tem algo de substantivo a nos dizer.

Como seção introdutória, de conteúdo metodológico ou metateórico, os trinta e seis primeiros parágrafos do Livro I da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo são densos naquilo que chamarei aqui “axiomas”. De maneira direta, trata-se de certas verdades que são assumidas na argumentação e que em geral não são formuladas expressamente de antemão. Escolho, porém, denominá-las por esse termo conflagrado, “axiomas”, com intenção de aproveitar este tratamento para discutir algumas questões que giram em torno dessa palavra e que são pertinentes para a compreensão do sistema gramatical de Apolônio.

Abro a discussão estabelecendo de pronto que a obra de Apolônio não propõe ser um sistema formal em qualquer sentido que se aproxime da noção contemporânea de “sistema formal” (nesse sentido, LALLOT, 2015, p. 890), o que já tive ocasião de destacar. Em outro ponto chamei atenção para certas características formalistas e mesmo formalizantes da gramática apoloniana, mas é preciso que se reforce que essas características dizem mais respeito ao objeto fundante e resultante da teorização que à metodologia ou a algum metassistema que sustente as conclusões sobre aquele objeto.

De modo que não será todo o conteúdo de um *axioma*, no sentido moderno, que integrará o conteúdo dessas verdades que chamo “axiomas”. E, no entanto, se for considerado o curso que a palavra grega “ἀξίωμα” tinha na antiguidade, emerge que a denominação é ainda assim adequada para falar do que proponho abordar aqui. Entre os estoicos, fonte indispensável para a gramática de Apolônio, o termo “ἀξίωμα” denotava as *proposições* em geral, aqueles *dizíveis* capazes de assumir valor de verdadeiro ou falso (BOBZIEN, 2003, p. 85); Aristóteles, por sua vez, utiliza-o de maneira aparentemente intercambiável com outros que significam *noção comum* ou *opinião comum* (RODIN, 2014, p. 21). Essa versão aristotélica é particularmente interessante. O mesmo Rodin postula que é ela que opera nos Elementos de

Euclides (*id. ibid.*), normalmente lidos como o que na antiguidade mais se aproxima de um sistema formal como os de hoje⁹⁰. E, segundo creio, é ela que nos serve para falar de “axiomas” na *Sintaxe*.

A presença dessa categoria de elementos na teoria de Apolônio é contextualmente plausível por três motivos. O primeiro é a já referida filiação do gramático a um fazer científico racionalista, em que as verdades intuitivamente aceitas desempenham papel de destaque - o embasamento novamente é o texto de D. L. Blank (BLANK, 1982, pp. 11 a 19). O segundo é a epistemologia estoica, que também enfatiza a construção da ciência sobre opiniões comuns (SCHMIDT, 1839, p.13); sendo Apolônio leitor da gramática estoica, é plausível que aspectos dessa epistemologia tenham chegado a ele de modo mais ou menos direto. Em terceiro lugar, ao lado das duas justificativas histórico-contextuais, pode-se aduzir a justificção interna de considerar o objetivo do gramático. Nas palavras de Ineke Sluiter

Tampouco pode Apolônio ser considerado um filólogo cujas investigações gramaticais sirvam apenas para resolver problemas de literatura. O propósito de seu trabalho é não apenas proporcionar um instrumento para o estudo dos poetas, especialmente Homero, embora isso seja importante. Sua ambição é oferecer um quadro para a solução também daqueles problemas que surgem do uso cotidiano, com a formulação de uma teoria geral da regularidade gramatical (SLUITER, 1990, p. 40)⁹¹

Pode-se esperar que uma teorização nesses termos almeje à construção de um sistema de validade geral; que não se atenha, em outras palavras, à formulação de soluções *ad hoc*. Ou, antes, que não queira se ater. Assim como Sluiter fala em “propósito” e “ambição”, também aqui me debruçarei sobre o programa da *Sintaxe* conforme enunciado nos já referidos 36 parágrafos iniciais. Se esse programa é de fato levado a efeito no restante da obra é questão importante, mas que não estou em situação de decidir.

Os “axiomas” que identifiquei têm as seguintes características: a) são verdades aceitas como ponto de partida para a construção da teoria, tidas como intuitivamente alcançáveis e que, possivelmente por serem tidas como principiológicas, b) não são enunciadas por Apolônio, nem explicitamente nominadas, quer como ἀξιώματα, quer com qualquer outro nome. Se é preciso referi-las a algum termo grego, provavelmente entrem na ideia geral de *razão* (λόγος) como regente das regras gramaticais.

⁹⁰ Leitura que Rodin desafia, propondo que o sistema euclidiano não seja um sistema puro de verdades, mas antes um sistema em que as **construções** geométricas, a partir dos *postulados*, importam pelo menos tanto quanto a derivação de teoremas a partir dos axiomas por meio da dedução (RODIN, 2014, pp. 15 a 35)

⁹¹ No original: “nor can Apollonius be considered a philologist whose grammatical inquiries serve only to solve literary problems. The purpose of his work is not only to provide an instrument for the study of the poets, especially Homer, although this is important. His ambition is to provide a framework for the solution of those problems as well which arise out of everyday usage, by giving a general theory of grammatical regularity”.

4.1. Axiomas metodológicos

4.1.1. Axioma de correção terminológica

Divido esses princípios em três conjuntos. O primeiro conjunto é de princípios metodológicos ou metateóricos: trata-se de verdades assumidas por Apolônio como fundantes da forma de descobrir fatos e regras do sistema gramatical - o que não impede que se atrelem de perto a esse sistema e que determinem sensivelmente a conformação dele enquanto objeto da teoria. São em número de quatro. O primeiro é um axioma de correção terminológica, que acarreta que os termos pelos quais os entes da gramática são designados sejam tidos por invariavelmente corretos, por invariavelmente espelhando verdades sobre o ente nomeado. Esse princípio, aplicado nos parágrafos 2, 7, 9, 18, 22 e 26, é talvez o que se manifesta mais frequentemente na introdução. Nele pode ser vista uma especialização da crença na correção dos nomes, ideia que integra o conhecido debate filosófico entre φύσις (*natureza*) e νόμος (*convenção*) como fundantes da relação entre língua e mundo⁹². A postura de Apolônio nessa área soa muito próxima daquela que se lê para os estoicos (cf. SLUITER, 1990, pp. 18 a 21), com um estado original de ordem racional, e, portanto, de nomes corretamente postos, que ao longo do tempo sofre sucessivas *modificações* (πάθαι), as quais são, elas próprias, sistematizáveis. Trago como instância de aplicação do axioma de correção terminológica trecho do parágrafo 22, onde Apolônio o utiliza para justificar a colocação do participípio na ordenação das partes:

“Com efeito, se não admitíssemos a colocação prévia das partes anteriores, não caberia denominar-se “participípio”, assim como não caberia denominar-se o gênero “neutro”. Pois, nesse caso, de que o “neutro” seria negativo? O “participípio” participaria de quê?”⁹³

4.1.2. Axioma de isomorfismo entre modificação diacrônica e relação sincrônica

O segundo axioma metateórico, como o primeiro, colabora para situar Apolônio no debate entre naturalistas e convencionalistas. Trata-se de um isomorfismo entre modificação diacrônica e relação no sistema linguístico sincrônico, que decorre da postulação do estágio mais antigo da língua como também o mais racional. Isso permite que, analisando a língua, o gramático possa se referir às πάθαι como mecanismo para formular e consequentemente

⁹² Um bom panorama dessa discussão ao longo da filosofia antiga consta no texto *Ancient philosophy of language*, de Luca Castagnoli e Ermelinda Valentia di Lascio (CASTAGNOLI & DI LASCIO, 2012, *passim*).

⁹³ No original, “εἰ γὰρ μὴ παραδεξαίμεθα τὴν τῶν προκειμένων μορίων προτέραν θέσιν, καταλείπεται τὸ μὴδὲ μετοχὴν καλεῖν μὴδὲ μὴν οὐδέτερον, ἐπεὶ τίνων δύο προϋφεστῶτων γένοιτο ἂν ἀποφατικὸν τὸ οὐδέτερον, τίνων δὲ μεθέξει ἡ μετοχή;” (Ed. Bekker, p. 16, l. 5 a 10)

elucidar a estrutura racional. A estrutura racional preserva-se sempre no âmbito dos significados, que, nos estoicos (cf. SLUITER, 1990, p. 19) e, via de regra, também em Apolônio, não se alteram ao longo do tempo e se preservam, por conseguinte, corretos. E ao âmbito semântico devem ser estritamente remetidas as estruturações sintáticas, pois o dado de coordenação - ou coordenabilidade - é um dado do significado (cf. BLANK, 1982, p. 34). Assim, visto que explicar um fato da estruturação da língua é remetê-lo à sua formulação racional, é fungível considerar que a explicação se dê por reconstrução da trajetória diacrônica ou que se dê por incidência de *πάθαι* em um estado momentâneo. Mais que isso, considero que, dada essa fungibilidade, não haja em Apolônio possibilidade de traçar a dicotomia sincronia-diacronia: com a razão como baliza, confundem-se ambas em um único sistema.

O formulado isomorfismo, ou até identificação, entre alteração diacrônica e reconstrução sincrônica da forma racional, além de estar embutido na discussão sobre *πάθαι* entre os parágrafos 3 e 11, é decisivo para a compreensão da operação ou fato da *ordenação*. Dada a forma como o tema é abordado, resulta que a *ordenação* não só é indispensável para compreender como se constroem (geram, talvez) as orações - por acréscimo, segundo a ordenação racional (cf. LALLOT, 2015, p. 860) -, mas também consiste em dado historicamente informativo, na medida em que fica sugerido mais de uma vez que a “invenção” das partes da oração dá-se segundo esse mesmo rol. Sugestão assim acredito estar no parágrafo 20, quando Apolônio motiva a inexistência de pronomes átonos, de referência absoluta, no caso reto a partir da existência prévia da marca de pessoa no verbo:

Como, então, é possível que os pronomes do caso reto não aceitem a pessoa enclítica? Isso se deve claramente à subsistência prévia dos verbos, já satisfazendo a indicação absoluta da pessoa no caso reto, o que resulta em os pronomes enclíticos do caso reto não serem de modo algum exigidos (*χρειῶδες*), talvez mais redundantes até que os conectivos expletivos, que, mesmo eles, demonstraremos adjungir-se por necessidade.⁹⁴

4.1.3. Axioma de isomorfismo entre os níveis de análise

O terceiro axioma metateórico é um de isomorfismo entre os níveis de análise⁹⁵. Neste nível “meta-” em que o situo, opera para que métodos, relações e propriedades obtidos em um âmbito do estudo da gramática sejam aplicáveis para obtenção de conclusões relativas a outros níveis. Seu emprego é bastante difundido ao longo da introdução do Livro I, num expediente

⁹⁴ Ed. Bekker, p. 15, l.4 a 11. No original *πῶς οὐκ αἰ τῆς εὐθείας πτώσεως ἀντωνυμίας τὸ ἐγκλινόμενον πρόσωπον οὐ παρεδέχοντο; ἢ ὅτι προὔφεστώτων τῶν ῥημάτων καὶ ἀναπληροῦντων τὸ τῆς εὐθείας ἀπόλυτον πρόσωπον εἰς οὐδὲν χρειῶδες ἐπενοοῦντο αἰ τῆς εὐθείας ἐγκλιτικαὶ ἀντωνυμίας, τάχα παρελκόμεναι πλέον τῶν παραπληρωματικῶν συνδέσμων, οὓς ἀποδείξομεν καὶ ἀναγκαιῶς παραλαμβανομένους.*

⁹⁵ Esse preceito ou axioma tem reconhecimento amplo na literatura secundária, inclusive sob a denominação de isomorfismo (por exemplo, em SLUITER, 1992, pp. 46 a 49)

em que Apolônio parece deduzir a validade epistemológica da Sintaxe a partir da validade epistemológica da Ortografia, por meio da aplicação do preceito de isomorfismo. A síntese maior está seguramente no já citado parágrafo 2, que trago novamente para facilidade de referência:

Com efeito, já a matéria (ὄλη) indivisível dos elementos (στοιχείων), dita primeira, prefigurou-o muito anteriormente: não calhou de formar os encadeamentos (ἐπιπλοκή) por acaso, mas em uma coordenação sintática (σύνταξις) de acordo com o necessário (τὸ δέον), de onde provavelmente se origina a denominação “elementos”. A sílaba, em nível superior, modela-se (ἀναδέχομαι) pelo mesmo, visto que, satisfeitas suas coordenações sintáticas de acordo com o necessário, perfaz a palavra (λέξις). E é claro, por consequência, que também as palavras, partes (μέρος) da oração completa de acordo com a sintaxe, modelam-se pelo que é correlativo na sintaxe: pois o concebível (νοητόν) subsistente (παρυφιστάμενον) junto e a partir de cada palavra é como que elemento da oração, e como os elementos perfazem as sílabas de acordo com os encadeamentos, também a sintaxe dos concebíveis irá perfazer como que sílabas pelo encadeamento das palavras. Ainda, da mesma forma que das sílabas se forma a palavra, assim, da correlatividade dos concebíveis, a oração completa⁹⁶

Com uma tão desenredada exposição, é dentre esses primeiros axiomas um dos que mais se aproxima de ser explicitamente formulado. Sua incidência não se limita, no entanto, a esse enunciado vestibular, mas perpassa uma série de outros argumentos importantes. Cito exemplificativamente duas conclusões que dependem dele: a conclusão pela ordenação das partes da oração, obtida a partir da ordenação das letras do alfabeto (parágrafo 13); a conclusão pela divisão das partes da oração em significantes autônomas e estritamente cossignificantes, obtida a partir da divisão das letras em vogais e consoantes (parágrafo 12).

4.1.4. Axioma de cognoscibilidade da forma inteiramente racional

O último axioma metateórico que identifiquei foi um de cognoscibilidade da forma inteiramente racional, o qual encontra duplo embasamento. De um lado, é extraído da hipótese fundamental de que a forma linguística corresponde, *a priori*, perfeitamente ao conteúdo da razão (cf. BLANK, 1982, pp. 34 e 35); essa hipótese obtém-se textualmente na introdução pela ênfase na dimensão do significado, por exemplo no final do parágrafo 2: “ainda, da mesma forma que das sílabas se forma a palavra, assim, da correlatividade dos concebíveis, a oração

⁹⁶ Livro 1, parágrafo 2. na Edição de Bekker, p. 3, l. 8 até p.4, l. 12. No original: Ἦδη γὰρ καὶ ἡ πρώτη ῥηθεῖσα ἀμερῆς ὄλη τῶν στοιχείων τοῦτο πολὺ πρότερον κατεπηγγείλατο, οὐχ ὡς ἔτυχεν ἐπιπλοκάς ποιησαμένη τῶν στοιχείων, ἀλλ' ἐν τῇ κατὰ τὸ δέον συντάξει, ἐξ ἧς σχεδὸν καὶ τὴν ὀνομασίαν εἴληχεν. ἢ τε ἐπαναβεβηκυῖα συλλαβὴ ταῦτόν ἀνεδέξατο, εἶγε αἱ ἐκ τούτων συντάξεις ἀναπληρούμεναι κατὰ τὸ δέον ἀποτελοῦσι τὴν λέξιν. καὶ σαφές ὅτι ἀκόλουθόν ἐστι τὸ καὶ τὰς λέξεις, μέρος οὖσας τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου, τὸ κατάλληλον τῆς συντάξεως ἀναδέξασθαι· τὸ γὰρ ἐξ ἐκάστης λέξεως παρυφιστάμενον νοητὸν τρόπον τινὰ στοιχείον ἐστι τοῦ λόγου, καὶ ὡς τὰ στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινὰ συλλαβὰς ἀποτελέσει διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων. καὶ ἔτι ὄν τρόπον ἐκ τῶν συλλαβῶν ἡ λέξις, οὕτως ἐκ τῆς καταλληλότητος τῶν νοητῶν ὁ αὐτοτελής λόγος.

completa”⁹⁷. Ora, se a estruturação sintática é determinada pelos concebíveis e se, como parece ser o caso, Apolônio adere à posição estoica de que os significados são estáveis ao longo do tempo, claro está que o exame daquela estruturação remeterá constantemente a uma esfera racional estável.

De outro lado, o segundo embasamento para este princípio se vale do axioma de isomorfismo entre níveis. Está no parágrafo 8 do Livro I, que transcrevo na íntegra:

Não considero implausível estabelecer o seguinte: é verdadeiro que, nas palavras, erra-se quanto às letras, as quais claramente se percebem erradas pelo som, ou, sendo isso impossível, corrige-as a prova racional. A essa prova damos nome de argumento ortográfico. Algo assim assumo ser verdadeiro relativamente às orações. De fato, quando uma palavra desnecessária é acrescentada, a isso chamamos solecismo, estando os elementos da oração incorrelativamente unidos. De modo que, se é possível conhecer a correção da grafia, é, assim, possível conhecer a correção da sintaxe da oração⁹⁸

O axioma de cognoscibilidade da forma perfeitamente racional ou correlativa pode ser entendido também como um axioma de completude do sistema explicado, especialmente nas dimensões em que ele deixa de ser apenas um pressuposto de metodologia, motivador de que o gramático aceite olhar para quaisquer fenômenos, certo de que poderá explicá-los em qualquer caso, e passa a ser também definidor da ontologia ou metafísica do sistema gramatical. Nessa segunda classe de suas dimensões ou implicações, o axioma significará que não há nada na língua que seja inexplicável. Toda irregularidade resolve-se, *a priori*, em uma regra analógica ou em um sistema de regras analógicas e, uma vez remetida a uma tal regra ou a um tal sistema, deixa de pôr em risco a “continuidade impecável” do sistema gramatical para passar a integrar e mesmo reforçar essa continuidade (BLANK, 1982, p. 17). Por transposição, aquilo que não puder ser racionalmente introduzido na continuidade da gramática ou não será uma instância verdadeiramente atestada - solução especialmente importante para os fins de editoração de textos, que seguramente estão no horizonte do método de Apolônio, mas também potencialmente representativa de algum normativismo que se infiltre no projeto científico da *Sintaxe* - ou representará imperícia do analista.

⁹⁷ Ed. Bekker, p. 4, linhas 10 a 12. No original: καὶ ἔτι ὃν τρόπον ἐκ τῶν συλλαβῶν ἢ λέξεις, οὕτως ἐκ τῆς καταλληλότητος τῶν νοητῶν ὁ αὐτοτελής λόγος.

⁹⁸ Ed. Bekker, p. 6, linha 20 a p.7, linha 4. No original: Οὐκ ἀπίθανον δ' οἶμαι κάκεῖνο παραστήσαι. Παρεπόμενον ἔστιν ἔσθ' ὅτε ταῖς λέξεσιν καὶ παρὰ τὰς γραφὰς ἀμαρτάνεσθαι, ἃς ἢ προφανῶς ἔστι καταλαβέσθαι διὰ τῆς ἀκοῆς, ἢ ἀδήλου τοῦ τοιούτου ὄντος ἢ κατὰ τὸν ἐπιλογισμὸν ἐξετάσις κατορθοῖ, ἣν καλοῦμεν λόγον τὸν περὶ ὀρθογραφίας. Τοιοῦτόν τι παρεπόμενον ὑπολαμβάνω κἀν τοῖς λόγοις. ἐπὰν γὰρ τὰ μὴ δέοντα τῶν λέξεων ἐπισυναφθῆ, τὸ τοιοῦτο καλοῦμεν σολοικισμόν, ὡς τῶν στοιχείων τοῦ λόγου ἀκαταλλήλως συνελθόντων. εἴπερ οὖν ἔστιν μαθεῖν τὰκριβὲς τῆς γραφῆς, μαθεῖν ἄρα ἔστι καὶ τὰκριβὲς τῆς συντάξεως τοῦ λόγου.

4.2. Axiomas do sistema gramatical como um todo

4.2.1. Axioma da ordenação dos elementos

O segundo conjunto de axiomas é composto de princípios informativos do sistema gramatical como um todo, cuja possibilidade de existência é assegurada pelo já referido axioma de isomorfismo entre os níveis de análise. Encabeça-o o da ordenação dos elementos. Já tive ocasião de falar sobre a nuclearidade da noção de *ordem* ou *ordenação* quando discuti os usos e as possíveis traduções do termo “τάξις” em Apolônio. Reitero aqui somente a dupla função que essa ideia desempenha, em parte em razão de um outro princípio de isomorfismo que trarei abaixo: a ordenação serve tanto para entender o surgimento das categorias e as relações que elas estabelecem abstratamente entre si, as quais são função daquele surgimento, quanto serve para examinar a estruturação da oração-instância, isto é, de uma ou outra oração em particular. A fundamentação textual para esta proposição é extensa; tendo figurado nos parágrafos 13, 14 e 16, torna-se objeto principal dos parágrafos 19 a 28 do Livro I da *Sintaxe*.

4.2.2. Axioma da hierarquia dos elementos

Em segundo lugar no rol dos axiomas gerais do sistema gramatical pode-se enumerar um de hierarquia dos elementos ordenados. Trata-se de uma qualificação da realidade garantida pelo axioma anterior: não apenas os elementos de cada nível figuram uns após os outros, mas entre eles se mantém uma relação hierárquica, pela qual os primeiros são mais fundamentais que os seguintes, e são por estes implicados. Essa característica de hierarquização é reconhecida na literatura secundária, por exemplo por Sluiter (SLUITER, 1990, pp. 43 a 46), como existindo tanto internamente aos níveis do sistema quanto entre uns níveis e outros. Nessa segunda escala, é possível conjecturar, embora Apolônio não o diga explicitamente, que a sintaxe, por ser a fronteira do significado racional, figurasse como o limite.

O que essa qualificação da ordem importa para as categorias sintáticas, deixo para explicitar quando tratar do princípio de primazia do nome nas relações intercategoriais. Para além delas, pode-se vê-la operando no complexo argumento do final do parágrafo 18:

Tal se justifica pelo mesmo argumento com o qual demonstramos que, por causa da invenção das letras, todas as letras poderiam, a partir de “ἀλφεῖν” (*descobrir*), valer-se de um único nome, o da “α” (*alfa*), que adotaria a denominação geral pela primeira colocação que nela ocorre, concorrendo também o som por ela produzido: de fato, o início de “ἀλφεῖν” condiz com a pronúncia de “α”. Às demais letras restaram seus próprios desenvolvimentos⁹⁹.

⁹⁹ Ed. Bekker, p. 13, linhas 3 a 10. No original: καθότι καὶ δείκνυμεν ὡς ἔνεκα τῆς εὐρέσεως τῶν στοιχείων πάντα τὰ στοιχεῖα παρὰ τὸ ἀλφεῖν ἠδύνατο μιᾷ ὀνομασίᾳ χρῆσασθαι τῇ τοῦ <α>, ὅπερ ἀφείλετο τὴν πάντων ὀνομασίαν διὰ τὴν ἐν αὐτῷ γενομένην πρώτην θέσιν, συνδραμόντος καὶ τοῦ ἀπ' αὐτοῦ φθόγγου· συνέτρεχε γὰρ ἡ τοῦ <ἀλφεῖν> ἀρχὴ τῇ ἐκφωνήσει τοῦ στοιχείου, τῶν ὑπολειπομένων ἰδίᾳ ἐπεκτάσεις εἰληφῶτων.

Também me eximo agora de destrinchar todas as dificuldades aí envolvidas, o que espero fazer nas notas à tradução. Em poucas palavras, o trecho importa que a letra *alfa* é implicada por todas as demais, e portanto que a ordenação das letras do alfabeto, como a das categorias sintáticas, traz carga semântica, contribui para o significado dos itens que compõem o respectivo nível.

4.2.3. Axioma de inderivabilidade e admissibilidade de categorias novas

Para denominação do próximo axioma empresto novamente aparato terminológico da lógica formal, seguindo a tendência com a qual já me comprometi ao escolher “axioma” para falar dos princípios estruturantes identificáveis na introdução da *Sintaxe*. Trata-se na verdade de um preceito composto, que agrupo como um para melhor esclarecimento, de inderivabilidade e admissibilidade de todas as novas categorias ao longo da construção do sistema. Já ficou em outro momento referido que perpassa o desenvolvimento dos 36 parágrafos traduzidos um pendor construtivista, pelo qual as primeiras categorias da ordenação são cronologicamente anteriores às seguintes, são “inventadas” antes destas. Tal processo de construção predica-se do preceito que ora elucidado.

Derivabilidade e *admissibilidade* (respectivamente *inderivabilidade* e *inadmissibilidade*) em lógica são propriedades estruturais que qualificam regras de derivação de teoremas¹⁰⁰. Grosso modo, o primeiro conceito aplica-se a regras que podem ser provadas dentro de um sistema e que, por conseguinte, não ampliam o conjunto de teoremas. O segundo aplica-se a regras que, podendo ou não ser provadas dentro de um sistema, também não ampliam o conjunto de teoremas. Empresto-os de maneira não rigorosa e sujeitando-os a um deslocamento metafórico, na medida em que não se aplicarão a regras de inferência referidas a teoremas deriváveis, mas a categorias gramaticais referidas aos sentidos por elas expressáveis - especialmente às acidências (*παρεπόμενα*), que são o aspecto do significado enfocado por Apolônio (cf. SLUITER, 1992, pp. 50 e 51).

Nesse contexto de deslocamento metafórico, *inderivabilidade* significará que nenhuma categoria trazida ao sistema coincide inteiramente com o que as anteriores já eram capazes de expressar sintaticamente. Transpondo, toda categoria introduzida traz acréscimo em poder

¹⁰⁰ Para uma definição e desenvolvimento mais rigorosos, pode-se procurar o texto de Rybakov (RYBAKOV, 1996, pp. 9 e 10 e pp. 60 a 69). Esclareça-se que aqui, como no caso de “axioma” discutido acima, e no caso da imputação da noção de *relação* para tradução de “καταλληλότης”, a invocação dos conceitos lógicos é relaxada, como deve ser no estudo de um autor que, embora vinculasse sintaxe e lógica, não propunha de maneira alguma o desenvolvimento de qualquer coisa que se pareça com um sistema formal. Assim, aportes, além dos expressamente abordados, que possam advir de tratamentos rigorosos como o de Rybakov serão no melhor dos casos acidentais.

expressivo (pelo menos em poder expressivo linguisticamente formulável). Assim é que, por exemplo, o pronome pessoal não replica simplesmente a marcação de pessoa gramatical já presente no verbo, mas parte dela para preencher espaços de referência a pessoas que o nome não é capaz de preencher, por se referir exclusivamente à terceira pessoa. É o que se extrai da argumentação desenvolvida no parágrafo 19:

Os verbos, no entanto, constroem-se nas três pessoas, e devido a isso concebeu-se o pronome nas pessoas assim ditas definidas, satisfazendo (ἀνταναπληρώω) tanto a colocação do nome quanto a ordenação do verbo¹⁰¹, como nos seguintes casos “ἐγὼ γράφω” (*eu escrevo*) e “σὺ γράφεις” (*tu escreves*). Ainda, é por conta disso que não se restringe dizer na terceira pessoa “Ἀρίσταρχος ἀναγινώσκει” (*Aristarco lê*), concordando (σύνειμι) as duas pessoas. Não proponho com isso que os pronomes de terceira pessoa sejam redundantes (περιττός), diante da capacidade dos nomes de adjungir-se na mesma pessoa. O motivo pelo qual os pronomes também ocorrem (καταγίγνομαι) na terceira pessoa será dado no momento adequado¹⁰²

Esta primeira metade do preceito, respeitada na construção, será suficiente para obter que existência e redundância sejam tidas como incompatíveis em diversos pontos da argumentação da *Sintaxe*, o que já fica sugerido nesse último trecho.

A *admissibilidade*, de outro lado, quer dizer que toda categoria introduzida responde às possibilidades expressivas das categorias precedentes. Para manifestação dessa segunda metade poderia ser buscada a mesma argumentação em torno dos pronomes invocada acima: a indicação de primeira e segunda pessoa no verbo colabora para admitir os pronomes no sistema. Mas creio que ela esteja mais enfaticamente colocada, muito próxima inclusive de ser explicitamente formulada no parágrafo 16, onde Apolônio justifica a anteposição do nome ao verbo na ordenação:

É igualmente forçoso que ao verbo anteponha-se (πρόκειμαι) o nome, visto que dispor (διατίθημι) e ser disposto são propriamente corpóreos (σώματος ἴδιον), e sobre os corpos recai a colocação dos nomes, inclusive sobre aqueles a partir dos quais se estabelece a particularidade do verbo, refiro-me à atividade e à passividade¹⁰³.

¹⁰¹ A “ordenação” (“%τάξις”), especialmente no contexto deste parágrafo, parece englobar todas as sub-ordenações, isto é, todos os acidentes gramaticais de cada parte. Assim, em uma das leituras possíveis do trecho, quando Apolônio refere que os pronomes complementam a ordenação do verbo, alude a eles incorporarem a indicação de pessoa, que é uma daquelas sub-ordenações.

¹⁰² Ed. Bekker, p. 13, l. 26 a p. 14, l. 11. No original ἦν δὲ τὰ ῥήματα ἐν τρισὶν προσώποις καταγινόμενα, καὶ διὰ τοῦτο προσεπενοεῖτο ἢ ἀντωνυμία ἐν προσώποις <ὠρισμένοις> καταγινόμενη, ἀνταναπληροῦσα καὶ τὴν θέσιν τοῦ ὀνόματος καὶ τὴν τάξιν τοῦ ῥήματος, ὡς ἐν τοῖς τοιοῦτοις <ἐγὼ γράφω, σὺ γράφεις>· καὶ διὰ τοῦτο οὐκ ἐνεποδίξετο τὸ ἐν τρίτῳ λέγειν προσώπῳ <Ἀρίσταρχος ἀναγινώσκει>, ὡς ἂν δύο τρίτων συνόντων. (οὐ τοῦτο δὲ παρίστημι, ὡς αἰ κατὰ τὸ τρίτον πρόσωπον ἀντωνυμίας περιτταὶ εἰσι, δυναμένων τῶν ὀνομάτων κατὰ τὸ τρίτον πρόσωπον παραλαμβάνεσθαι· δι’ ὅτι γὰρ καὶ ἐν τρίτοις προσώποις καταγίνονται αἱ ἀντωνυμίας, ἐν τοῖς κατὰ μέρος εἰρήσεται.)

¹⁰³ Ed. Bekker, p. 12, l. 13 a 18. No original “Καὶ τοῦ ῥήματος δὲ ἀναγκαίως πρόκειται τὸ ὄνομα, ἐπεὶ τὸ διατιθέναι καὶ τὸ διατίθεσθαι σώματος ἴδιον, τοῖς δὲ σώμασιν ἐπίκειται ἢ θέσις τῶν ὀνομάτων, ἐξ ᾧ ἢ ἰδιότης τοῦ ῥήματος, λέγω τὴν ἐνέργειαν καὶ τὸ πάθος”.

Na leitura que faço da passagem, o que consta - formulado nos termos dos axiomas que venho discutindo - é que o nome precisa ser anterior ao verbo porque é capaz de admiti-lo, isto é, porque o que caracteriza o verbo é passível de expressão nominal.

Incluo o princípio composto de não derivabilidade e admissibilidade entre aqueles que marcam o sistema gramatical inteiro - e não entre os que serão posteriormente discutidos, peculiares do sistema das partes da sentença - em razão da intimidade existente entre ele e o axioma de hierarquia. Como ficou registrado acima, a hierarquia consiste especialmente em que os elementos posteriores impliquem os anteriores em sua caracterização; forma-se com isso um encadeamento de implicações que parece ser quase redutível à maneira como os anteriores-implicados admitem os posteriores-implicantes. Buscando o exemplo do nome e das demais partes para concretização do que quero dizer: formulada a relação em termos de hierarquia, pode-se dizer que todas as partes implicam uma *colocação* (*θέσις*) nominal básica; formulada em termos de admissibilidade, pode-se dizer que o nome, por ser capaz de nominar ideias básicas subjacentes a todas as demais partes, admite-as. Há, portanto, significativa intersecção entre os dois princípios, e nos limites dessa intersecção estabelece-se entre eles correspectiva fungibilidade, que considero ser suficiente para justificar que, se um for classificado como pertinente ao sistema inteiro, o outro também seja.

4.2.4. Axioma de correção e linearidade

O último axioma do sistema volta a dizer respeito ao efeito das *modificações* (*πάθαι*), e, como o anterior, engloba duas faces. A primeira pode-se denominar de *correção*, novamente tomando emprestado termo da lógica, onde “correção” denota a propriedade de todos os teoremas de um sistema serem válidos (em geral, sempre verdadeiros) relativamente a alguma semântica. Deslocado o conceito, pelo critério lógico de *validade* estará na teoria de Apolônio a *referibilidade a uma construção perfeitamente correlativa*; pelos objetos lógicos *teoremas* estarão dois objetos sintáticos distintos, a saber as *sentenças* e as *modificações*. Agrupar sentenças e modificações é indispensável para que se possa falar em correção: uma coordenação sintática (“*σύνταξις*”) atestada, quer nos textos literários, quer no uso cotidiano, nem sempre será perfeitamente racional, mas será incontornavelmente referível a uma coordenação perfeitamente racional a ela correspondente.

É evidente a proximidade desse preceito com o que, ao tratar dos axiomas metodológicos, ficou denominado *cognoscibilidade* ou *completude do sistema explicado*. Isso se explica facilmente se imaginarmos um autor consciente de seu método e rigoroso com a aplicação dele, ambas presunções que imagino ter sustentado até aqui. Diga-se, porém, que não

se trata de completa identificação: a *cognoscibilidade* faz uma previsão geral sobre o que se pode dizer dos dados, a saber, que são explicáveis; a *correção*, por outro lado, já representa o manuseio de alguns entes teóricos identificados, e portanto, diferentemente do princípio metodológico a que está sendo comparada, não é formulável sem que se lance mão desses mesmos entes. É, portanto, interna ao sistema.

Ainda aproveitando o tipo de metáfora que já tornei obrigatório ao chamar o princípio de “correção”, a diferença entre a *cognoscibilidade* e a *correção* pode ser comparada à diferença entre afirmar “tendo *p* como premissa, segue-se validamente que *q*” e afirmar “é válida a proposição ‘*p* implica *q*’”¹⁰⁴. A primeira é uma regra de inferência, tornando lícito concluir *q* sempre que se estiver, de qualquer maneira, diante de *p*; a segunda é uma afirmação de validade de uma afirmativa dentro da linguagem-objeto. Na primeira a conexão entre as duas variáveis é dada na metalinguagem, primitivamente ou por meio de outras eventuais regras de inferência aplicáveis à hipótese; na segunda a conexão depende do significado que se atribua à implicação na linguagem objeto.

Da mesma forma, a *cognoscibilidade*, como axioma metodológico, fixa que qualquer objeto da língua remete uma explicação racional. A *correção*, por sua vez, fixa que, dentro do sistema gramatical, objetos menos racionais remetem, em uma relação de remissão que é ela própria uma parte do sistema, a outros entes. De fato, como no exemplo da lógica tanto “*p*”, quanto “*implica*”, quanto “*q*” pertencem à língua objeto, no caso da *correção* como axioma do sistema gramatical é possível identificar três entes internos ao próprio sistema que expressam a “redução ao racional” compartilhada com a *cognoscibilidade*, a saber, a *instância* (por exemplo, uma frase) com possíveis imperfeições, o *modelo* (*δέον*) perfeitamente racional, e, conforme veremos abaixo, uma operação que leva da primeira para o segundo, que ora se concretiza na incidência de *modificações* (*πάθαι*), ora praticamente se confunde com a interpretação ou explicitação do significado da instância.

Ao lado da *correção*, a segunda face desse axioma pode-se denominar *linearidade*. A metáfora aqui é buscada da lógica linear, e espera particularmente recuperar a ideia de consumo de recursos ao longo de uma derivação (cf. BRAÜNER, 1996, p. 14). Se a primeira face tomava sentenças e modificações conjuntamente para concluir por uma referibilidade comum de qualquer coordenação sintática ao perfeitamente correlativo, a segunda concentra-se sobre qualificações que as modificações permitem no universo das sentenças atestadas. Ao incidirem as modificações, perde-se correlatividade.

¹⁰⁴ Simbolicamente “ $p \vdash q$ ” e “ $\vdash p \rightarrow q$ ”.

Tratando-se de duas faces de um mesmo princípio, opto por comprová-las textualmente também de maneira conjunta. Para fazê-lo, autorizo-me menção e análise demorada de um trecho extraído do parágrafo 9:

Com efeito, quando os fatos das palavras conectam-se (ἐπισυνάπτω) em desconformidade com o necessário, a isso chamamos solecismo, por estarem os elementos da oração incorrelativamente unidos (συνέρχονται)¹⁰⁵

Como é bastante comum em Apolônio, o trecho diz pouco antes da aplicação da teoria, mas assume forte carga conceitual quando analisamos os termos utilizados. Em primeiro lugar, o que traduzo por “conectam-se”; no original, “ἐπισυναφθῆ”. O termo, subjuntivo aoristo passivo de “ἐπισυνάπτω”, não aparece em nenhum outro ponto da introdução do livro I. É derivado de “συνάπτω”, que, deixando-se os limites dos 36 primeiros parágrafos, figura no parágrafo 128 do livro I, e ali é traduzido para o espanhol por Botas como “añadir” (p. 142). Do mesmo “συνάπτω” deriva, como seu particípio perfeito médio-passivo, “συνημμένον”, que extra-teoricamente significa algo como *conectado*, *ligado*, mas que é empregado pelos lógicos para designar a premissa hipotética em um silogismo. Desse último uso é que imagino que Apolônio o tenha buscado para designar os conectivos condicionais¹⁰⁶, e creio que o que o determina em última análise é a *ligação*¹⁰⁷ entre o antecedente e o conseqüente. O acréscimo ao termo do prefixo “ἐπι-”, se não é inteira inovação de Apolônio, é pouco usual¹⁰⁸. Isso, somado ao fato de esse mesmo prefixo receber carga conceitual relevante em outros contextos - designando, por exemplo, o nome adjetivo como “sobreposição” (“ἐπίθεσις”) ao nome substantivo, ou o advérbio como um “sobre-verbo” (“ἐπίρρημα”) - torna razoável postular que seja considerado na compreensão do termo e potencialmente incorporado em sua tradução. Uma opção inteiramente opaca, mas respeitosa em face desses dados seria “sobrecondicionam-se”. O que está em jogo, em resumo, é como uma palavra liga-se às demais em uma oração, ou como uma palavra é condicionada pelas demais.

Essa delonga relativa a “ἐπισυναφθῆ” não é, porém, o que colabora para sustentar os princípios que expus. O termo pertinente para esse fim é antes “o necessário”. Via de regra,

¹⁰⁵ Ed. Bekker, p. 6 l. 27 a p. 7, l. 2. No original: ἐπὶ γὰρ τὰ μὴ δέοντα τῶν λέξεων ἐπισυναφθῆ, τὸ τοιοῦτο καλοῦμεν σολοικισμόν, ὡς τῶν στοιχείων τοῦ λόγου ἀκαταλλήλως συνελθόντων

¹⁰⁶ Por exemplo, no parágrafo 10 do livro I.

¹⁰⁷ No contexto da lógica estoica, essa ligação existente na premissa hipotética é antes de tudo uma ligação sintática. Sempre convém repetir que o sistema lógico dos estoicos iniciava pela descrição e arregimentação da sintaxe das sentenças envolvidas nos argumentos, no que os conectivos ocupavam lugar de destaque (cf. SLUITER, 2003, p. 92). Daí ser natural esperar vê-los como referência indispensável para Apolônio e, por via de consequência, como informantes da terminologia que ele emprega.

¹⁰⁸ Conforme se pode facilmente comprovar com a consulta à respectiva entrada no dicionário de Liddell, Scott e Jones (LSJ), disponível no endereço:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=episunaptw&la=greek#lexicon>>, acesso em 21/01/2021

com “o necessário” tenho traduzido “τὸ δέον”¹⁰⁹, mas optei na passagem por recuperar assim o sentido de “τὰ μὴ δέοντα τῶν λέξεων”. A perífrase “τὰ [...] τῶν λέξεων” apresenta seus próprios problemas de grande densidade, razão por que deixo de me aprofundar neste momento. Baste dizer que é a ela que responde “fatos das palavras [...]” em vez de “palavras”, simplesmente. Uma escolha mais literal para esse sintagma seria “os fatos não necessários das palavras”; resolvi com um inexistente “τὸ δέον” não só para preservar algum pouco de legibilidade em um trecho que já cobra demais da fluência da leitura, mas também por entender que há aí uma equivalência entre fatos não necessários e fatos em desconformidade com o necessário.

A equivalência decorre do especial sentido que “o necessário” assume na teorização gramatical da *Sintaxe*. Lallot o traz como um dos termos mediante os quais os gramáticos alexandrinos, e Apolônio entre eles, referiam-se à norma, em oposição à instância (LALLOT, 2015, p. 892-3). A se aceitar a identificação ou aproximação proposta pelo mesmo autor entre “τὸ δέον” e “τὸ ἐξῆς”, podemos nos valer da já citada discussão de Sluiter a respeito desse segundo termo, na qual se estabelece que ele designa “[...] uma oração cuja construção seja perfeitamente clara porque todos os seus elementos estejam postos nos lugares apropriados” (SLUITER, 1990, p. 61)¹¹⁰. A opinião da autora é que a função desses modelos de construção seja antes interpretativa que estrutural (*id.*, *ibid.*, p. 65). Assim, por exemplo, quando, no parágrafo 166 do livro III, o gramático, ao expor certos acusativos que não podem se tornar sujeitos de orações passivas, explica a oração “τρέμω σε” (*temo-te*¹¹¹) como “τρέμω διὰ σε” (*temo por causa de ti*), não estaria propondo que houvesse algum ponto da estrutura em que a preposição realmente estivesse presente e impedindo a apassivação, e que ela posteriormente seria apagada na derivação da oração atestada, mas apenas explicitando o sentido do acusativo, responsável por torná-lo não apassivável.

Como a mesma Sluiter ressalta, não se delinea da *Sintaxe* um expediente claro pelo qual se passaria de “τὸ ἐξῆς” para uma oração (*id. ibid.*, p. 68, nota 114). De modo que, ao proscrever função estrutural aos modelos, o que creio que faça é afastar a possibilidade de vê-los como uma espécie de “estrutura profunda” da qual se poderia chegar, por passos explícitos, às estruturas atestadas. Seja como for, embora não haja operações assim, conducentes do modelo para o atestado, entendo que o sistema de Apolônio comporte duas operações diversas

¹⁰⁹ Por exemplo, no parágrafo 2 do livro I.

¹¹⁰ No original: “[...] a sentence whose construction is entirely perspicuous because all its elements are put in their proper place”.

¹¹¹ “Temo-te” é tradução que tenta ficar próxima da construção sintática original. Facilita a compreensão saber que “τρέμω” tem sentido mais concreto de *tremor*. A construção com a preposição “διὰ”, no entanto, não é atestada no grego antigo (cf. SLUITER, 1990, p. 67), sendo a com acusativo de fato a mais frequente.

que envolvem essas duas classes de coordenações sintáticas. A primeira operação, que se identifica na medida em que se tome a oração modelar como formulação do significado da oração atestada, é praticamente redutível à interpretação em sentido amplo. Em outras palavras, interpretar uma oração é referi-la ao modelo a que ela deve ser comparada. Se concedermos que é lícito derivar assim da leitura do modelo como significado uma operação, pode-se dá-la como aceita por Sluiter (*id.*, *ibid.*, p. 68).

A segunda ordem de operações possíveis envolvendo modelo e atestação toma-os ambos como argumentos para realizar comparação entre eles, de modo que a oração modelar permita identificar o que há de irracional na oração atestada. É dessa segunda espécie que acredito que se trate no parágrafo 9 ora em comento. E, lendo-a no referido trecho, chega-se a que “não necessário” precisa ser interpretado como *diferente do necessário* (isto é, diferente da oração modelo) *em algum sentido*, ou - opção que adotei - “em desconformidade com o necessário”.

A obtenção, a partir da passagem citada, do axioma de correção pode-se fazer nos seguintes termos. A explicação racional dos fenômenos gramaticais - pelo menos para Apolônio - claramente passa por decidir em cada caso se há ou não solecismo. Por outro lado, conforme o axioma de cognoscibilidade, estabelece-se que todos os fatos gramaticais são explicáveis racionalmente, para qualquer instância. Logo, para qualquer instância é possível decidir se há ou não solecismo. Se, como resulta do parágrafo 9, o solecismo se identifica pela remissão ao modelo, segue-se que para qualquer instância, é possível referi-la a um modelo que lhe corresponda.

O axioma da linearidade, por sua vez, é estabelecido a partir da própria possibilidade de que, a partir do modelo, se chegue a um solecismo: não há orações solecistas entre as orações modelares; portanto, o solecismo precisa ter se instaurado “no meio do caminho”. Deixando os limites da introdução do Livro I, também se encontram marcas desse princípio no tipo de contexto em que Apolônio diz que uma oração é mais correlativa (“καταλληλότερος”) que outra. Por exemplo, no parágrafo 131 do Livro III, ele coloca que “o causal torna-se mais correlativo quando se seguem tempos do passado”¹¹².

4.3. Axiomas do sistema das categorias sintáticas

É o bastante quanto aos axiomas do sistema gramatical como um todo. Como terceira e última categoria de princípios estão aqueles que são verdadeiros do sistema das categorias

¹¹² Ed. Bekker, p. 269, l. 5 a 7. No original: “ὅθεν καταλληλότερος γίνεται ὁ αἰτιολογικὸς ἐπιφερομένων τῶν παρῶχημένων”

sintáticas, isto é, as verdades que se referem à ordenação das partes da oração, matéria principal da introdução do Livro I.

4.3.1. Axioma de isomorfismo entre sistema e oração

O primeiro deles é um terceiro tipo de isomorfismo, ao lado do isomorfismo entre modificação diacrônica e explicação sincrônica e do isomorfismo entre os diferentes níveis do sistema gramatical, explicados acima: nessa terceira classe de axiomas, estamos diante do isomorfismo entre a ordenação das categorias e a coordenação delas na oração. Diz Apolônio no parágrafo 14 que “a ordenação das partes da oração é imitação da oração completa”¹¹³. “Imitação” (*μίμημα*) refere-se aqui não à ordem das palavras da frase¹¹⁴, que claramente não observa necessariamente a ordenação sistemática¹¹⁵, mas à importância relativa para a conclusão da oração completa. Tanto no nível do sistema quanto no nível da oração que o instancia é possível identificar uma formação por acréscimo. Nas palavras de Lallot:

“Dada essa ligação ontologicamente primária e natural, toda a sintaxe de uma oração é descrita como o resultado de um processo de enriquecimento por acréscimo, em que todas as outras partes da oração encontram seu uso e justificativa” (LALLOT, 2015, p. 860)

O mecanismo pelo qual todo acréscimo responde às possibilidades dos elementos já ordenados, mas ao mesmo tempo amplia o que é sintaticamente formulável, é garantido pelo que denominei *inderivabilidade* e *admissibilidade*. O papel deste primeiro axioma das categorias sintáticas é menos de dar forma à ordenação em si que de assegurar que qualquer forma dada à ordenação valha também para interpretar os exemplos, a qual interpretação interessa ao gramático pelo menos tanto quanto o desenho de uma teoria racional. A construção de cada oração será, então, racional na exata medida em que reflete a construção do sistema das categorias.

4.3.2. Definição de operações de adjunção e substituição

O próximo axioma é melhor denominado como definição. Fundamental para a construção do sistema das categorias, e em outro nível mesmo para a organização da obra *Sintaxe*, é a definição de duas operações ou relações básicas: a de *adjunção* e a de *substituição*

¹¹³ Ed. Bekker, p. 11, l. 6 e 7. No original: “Ἔστιν οὖν ἡ τάξις μίμημα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου”.

¹¹⁴ Ordem que é também designada por “τάξις”, como já tive ocasião de referir. Nesse uso aparece, por exemplo, no parágrafo 4 do livro IV - Ed. Bekker, p. 305, l. 6 e 7.

¹¹⁵ A ordem da frase exemplar trazida nesse mesmo parágrafo 14 - ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν - é *artigo*, *pronome*, *nome*, *particípio*, *advérbio*, *preposição* (como prefixo), *verbo*. A ordenação proposta para as categorias é *nome*, *verbo*, *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção*. A falta da conjunção no exemplo deve-se a que ela demandaria outra oração.

(LANGE, 1852, p. 21). Pela primeira delas, os elementos colocam-se uns ao lado dos outros - por exemplo, o verbo ao lado do nome para iniciar a constituição da *ordenação* ou da *coordenação sintática*; pela segunda, colocam-se uns pelos outros, preservada no substituto a função cumprida pelo substituído - por exemplo, o pronome pelo nome.

Não há como não ver nesse preceito ecos do peso que a linguística do século XX, baseada em Saussure, atribuiu à diferenciação e à interação entre um eixo paradigmático de relações e um eixo sintagmático¹¹⁶. Apesar disso, não encontrei no texto de Apolônio marcação de que ele considere essas duas operações como aplicáveis ou aproveitáveis no sistema como um todo, de modo que acredito ser mais prudente mantê-las agrupadas como axioma do sistema das categorias.

Nesse sistema das categorias, sim, é seguro dar ao par *adjunção*, *substituição* protagonismo. É o que se pode facilmente extrair do parágrafo 36, que encerra a introdução no Livro I:

“Dado que qualquer das demais partes da oração é remetida (ἀνάγω) à sintaxe do nome e do verbo, a partir da qual se fixa a respectiva colocação do nome, é preciso fazer distinção entre os casos em que essas partes apenas co-adjungem-se ao nome e ao verbo e os casos em que podem tanto coadjungir-se a eles quanto substituí-los. Os pronomes, por exemplo, coadjungem-se aos nomes e também os substituem; os participios, coadjungem-se aos verbos e os substituem; e assim para as demais partes da oração”¹¹⁷

Além da aparente limitação ou concentração sobre o sistema das categorias, há outra marca que distingue a oposição apoloniana entre *adjungir-se* (“*παραλαμβάνεσθαι*”) e *substituir* (no trecho, “*ἀνθυπάγεσθαι*”, mas representado em outros trechos apenas pelo prefixo/preposição “*ἀντί*”) da distinção estruturalista entre eixo paradigmático e sintagmático. No sistema do gramático alexandrino, ao que tudo indica, há subordinação do substitutivo ao adjuntivo, ou, transposta a proposição, um protagonismo do adjuntivo sobre o substitutivo. É, repita-se, a adjunção em uma ordenação que prega todo o complexo de relações entre elementos responsável por construir a estruturação racional da gramática. A substituição será secundária, porque, para que se possa aferir se um elemento substitui outro ou não, é preciso que o primeiro tenha já definidas suas particularidades, e isso se dá pela adjunção. Decorrencia disso é, por exemplo, que o pronome deva vir somente após o artigo na ordenação das partes: é

¹¹⁶ Pode-se evidenciá-lo, por exemplo, na posição fundamental que os termos “correlação” (função no eixo paradigmático) e “relação” (função no eixo sintagmático) desempenham em Hjelmslev (HJELMSLEV, 2013, p. 43).

¹¹⁷ Ed. Bekker, p. 22, l. 5 a 14. No original: Ἐπεὶ οὖν τὰ ὑπόλοιπα τῶν μερῶν τοῦ λόγου ἀνάγεται πρὸς τὴν τοῦ ῥήματος καὶ τοῦ ὀνόματος σύνταξιν, ἐξ ἧς καὶ τὴν τοῦ ὀνόματος ἔσχε θέσιν, δεόν διαλαβεῖν περὶ ἐκάστου τοῦ τε συμπαραλαμβανομένου καὶ τοῦ ἀνθυπαγομένου ἢ καὶ συμπαραλαμβανομένου, ὡς αἱ ἀντωνυμῖαι ἀντὶ τῶν ὀνομάτων καὶ μετὰ τῶν ὀνομάτων, καὶ ἔτι αἱ μετοχαὶ ἀντὶ τῶν ῥημάτων καὶ μετὰ τῶν ῥημάτων, καὶ ἐπὶ τῶν ἐξῆς μερῶν τοῦ λόγου.

empiricamente atestável que o pronome anafórico não substitui o nome, simplesmente, mas sim a aposição de artigo a nome¹¹⁸, de modo que o artigo já precisará estar *adjunto* na ordenação para que o pronome possa concordar com suas propriedades¹¹⁹.

4.3.3. Axioma de primazia do nome

O terceiro axioma específico do sistema das categorias sintáticas é o de primazia do nome, ou talvez mais estritamente enquanto axioma, de primazia do ato de nomeação. Na problemática da colocação ou imposição dos nomes em Apolônio - em que já tive ocasião de tocar quando justifiquei a tradução de “θέσις” - entendo que esteja mais um dos diversos pontos em que o gramático alexandrino aproveita contribuições da filosofia. As posições dentro da tradicional controvérsia entre naturalistas e convencionalistas são muitas vezes formuladas em termos de naturalismo ou convencionalismo dos *nomes*. É assim no *Crátilo*, de Platão (CASTAGNOLI & DI LASCIO, 2012, p. 812), por exemplo. Aristóteles também foi responsável por desenvolver uma teoria bastante sofisticada sobre os nomes e seus significados (CHARLES, 1994, *passim*).

Quanto à situação dos estoicos, nosso conhecimento sobre sua posição a respeito da origem da língua é incerto, mas há motivos para acreditar que se filiassem a alguma versão de naturalismo baseada não na tradução da essência dos entes nomeados sugerida no *Crátilo*, mas na imitação onomatopaica (CASTAGNOLI & DI LASCIO, 2012, p. 819). Seja como for, baseado o argumento de Apolônio para a anterioridade do nome em uma correlação entre expressabilidade nominal e corporeidade e no decorrente fato de as propriedades distintivas do verbo, ação e paixão, serem elas próprias nominalmente expressáveis porque corpóreas, é possível identificar como tributárias dele as investigações da escola de Crisipo¹²⁰ e, portanto, situá-lo firmemente, senão em consonância com uma ou outra escola, pelo menos em interação com a tradição filosófica.

Detenho-me em explorar algumas interações do axioma de primazia do nome com o restante do sistema que vem sendo desenhado. Em primeiro lugar, pode-se ver nele e em sua fundamentação uma base para o axioma de correção da terminologia e um reforço ao axioma de isomorfismo entre sistema e unidade, ambos tratados acima. Desdobrando os significados dos preceitos para tornar mais clara a posição: da natureza e da razão se extrai que corpos são

¹¹⁸ Este argumento está no parágrafo 25.

¹¹⁹ Que no argumento deste parágrafo se passe livremente do nível da oração pro nível do sistema é assegurado pelo axioma anterior, de isomorfismo entre essas dimensões.

¹²⁰ Para a centralidade do corpo (σῶμα) na metafísica estoica, remeto novamente ao texto de Brunschwig (BRUNSCHWIG, 2003, p. 210), já citado na primeira parte deste trabalho.

nomeados¹²¹, presumivelmente em um primeiro momento de maneira correta e racional; mas se os nomes são corretos, *a fortiori* também serão corretos os nomes que designam os entes da teoria, resultado que é facilitado por permitir o isomorfismo entre a unidade ou fato gramatical e o sistema que se passe da correção do nome na oração para uma correção do nome na teoria sobre a oração. A relação com o axioma do isomorfismo é de duas vias: de um lado, o isomorfismo permite pensar na correção como igualmente aplicável aos nomes em orações e aos nomes na teoria¹²², de outro ele tem sua sustentação reforçada pelo fato de que tanto a teoria quanto o objeto da teoria compartilham um de seus principais entes: o nome.

Uma segunda interação importante terá ficado anunciada quando falei do axioma de admissibilidade, pelo qual categorias posteriores concordam com anteriores em algum de seus aspectos. Aproveitei o parágrafo 16, que é formulação praticamente explícita disso que tenho denominado primazia do nome, para tratar de como partes posteriores precisam estar previstas pelas anteriores. Decorre daí que o nome precisará admitir todas as demais partes, por ser anterior a todas elas. E, por esse caminho, chegamos novamente à questão de todas as partes da oração implicarem uma *colocação* (*θέσις*), que pode ser interpretada justamente como essa marca comum de admissão das demais partes, o que já tive ocasião de examinar quando tratei da tradução do termo “θέσις”. Na oportunidade, aludi a um possível terceiro sentido para essa palavra na *Sintaxe*, ao lado dos dois então explicitamente aproveitados¹²³, no qual *θέσις* é a introdução dos entes da realidade na língua pela nomeação. Creio que seja essa ideia que Luhtala recupera ao dizer que “o nome denomina objetos no mundo externo e os identifica ao atribuir a eles substância e qualidade” (LUHTALA, 2011, p. 491).

A aparente contaminação de todas as categorias sintáticas por algum elemento nominal primeiro me parece interagir de muito perto com a maneira como, na metafísica estoica da qual Apolônio parece extrair os princípios de seu argumento quanto à colocação do nome, se admite corporeidade por contaminação a entes não obviamente corpóreos, como qualidades e corpos dispostos de uma certa maneira (*cf.* BRUNSCHWIG, 2003, pp. 211 e 212). Mas essa contaminação de corporeidade, em uma metafísica que restringe a existência apenas aos corpos e a todos eles (*id.*, *ibid.*, p. 210), termina também por ser uma contaminação de existência. A

¹²¹ Concordo com Luhtala em relacionar o esquema de precedência do par “(*nome, verbo*)”, e da precedência do nome dentro do par, às considerações tradicionais da lógica sobre a essencialidade desses dois elementos para a construção da proposição (*cf.* LUHTALA, 2011, p. 485-6)

¹²² Assim, não é preciso exigir de Apolônio um complexo - e somente não-paradoxal às custas de muita sofisticação - sistema autorreferencial, em que orações contendo regras a respeito de orações são elas próprias regidas por tais regras.

¹²³ A saber, (1) ato ou efeito de nomear e (2) localização ou situação, relacionalmente determinada, na *σύνταξις* - quer como instância, quer como sistema.

analogia que venho insinuando e que agora ponho claramente é a seguinte: da mesma forma que, para a metafísica estoica, os objetos da realidade devem sua existência na realidade à implicação de um corpo, para Apolônio - pelo menos para o Apolônio talvez excepcionalmente filósofo da introdução da *Sintaxe* - os objetos da língua devem sua existência na língua à implicação de um nome.

4.3.4. Axioma de dupla nivelção

O quarto axioma do sistema das categorias sintáticas é o de dupla nivelção ou dupla tipagem. Com base nele, instauram-se dois estamentos na ordenação das categorias, um representado por partes internas à oração - *nome, verbo, participio, pronome, preposição, advérbio* - e outro, posto *sobre* (ἐπί) o corpo inteiro do primeiro nível e representado unitariamente pelo *conectivo*. Novamente aqui confio em poder identificar impacto da lógica estoica, na qual a ausência ou presença do conectivo definiam a fronteira entre os afirmáveis (ἀξιιώματα) respectivamente simples e não simples, ao passo que seu tipo e posição eram o critério principal de classificação no universo dos afirmáveis não simples (cf. BOBZIEN, 2003, p. 92).

Talvez se possa ver como afluxo dessa mesma fonte lógica o estreitamento conceitual de somente admitir como conectivo aquele que una duas ou mais orações¹²⁴. Cria-se então o problema de expor como Apolônio trata aqueles que unem duas ou mais palavras, em frases comuns como “o dentista e o médico deixam seus pacientes esperando”. Uma hipótese que poderia ser levantada é que nesse caso não se trate de conectivos verdadeiros, mas se esteja diante de um complexo nominal que se assemelhe ao que modernamente se denomina sintagma. Outra poderia dizer que Apolônio postula aí na verdade duas orações. Como fica claro, começam a se apresentar hipóteses fortes e, por isso mesmo, difíceis de estabelecer ou refutar com solidez. Por limitações no meu domínio dos textos que pudessem conter respostas, deixo de me demorar aqui.

Além do parágrafo 28, onde é dito que o conectivo adjunge-se sobre todas as partes que conecta¹²⁵, também pode ser encontrada comprovação textual da especialidade dessa parte no parágrafo 14. Nele, ao falar da oração modelo trazida para exemplificar a ordem hierárquica das partes, Apolônio chama atenção para ter deixado de fora o conectivo, em vista de a presença

¹²⁴ Se há mesmo esse estreitamento é outra questão que precisaria ser melhor argumentada. Imaginá-lo é em todo caso razoável tendo em mente o parágrafo 12, que coloca nas sequências de orações a função própria (ιδία δύναμις) do conectivo.

¹²⁵ Ed. Bekker, p. 18, l. 13 e 14. No original, Ἐπὶ πᾶσι δὲ τοῖς κατελεγμένοις ὁ τούτων συνδετικὸς σύνδεσμος παρελαμβάνετο.

deste exigir outra oração. Daí, considerando ser a ordem das outras partes justificada em alguma medida pela ordem de importância na oração modelar, extrai-se que o conectivo precisará ser especialmente justificado, o que é suficiente para lhe conferir traços de especialidade em um sistema que atribui tanto valor à analogia, aos isomorfismos e à correspondência entre existência e explicação (se existe, é explicável) - ou forma de existência e forma de explicação (existe nos termos em que é explicado).

4.3.5. Axioma de não-atomicidade das categorias

O último axioma do sistema das categorias que trago neste trabalho é o de não atomicidade. Importa que a ordenação das partes da oração não seja terminal, na medida em que há, encabeçada por cada uma das categorias, ordenações internas das respectivas acidências. É outro ponto digno de retomar, mas ao qual já aludí, desta vez na discussão da tradução de *τάξις*, em particular da tradução do termo no contexto do parágrafo 19. Como naquela passagem já consta, a base textual para imaginar que, dentro de cada categoria, as respectivas acidências sejam ordenadas é o parágrafo 13, onde figuram os exemplos da ordenação dos casos gramaticais, da ordenação dos tempos verbais e da ordenação dos gêneros dos nomes.

Foram elencados aqui treze axiomas encontrados na introdução da *Sintaxe* de Apolônio Díscolo. É importante registrar mais uma vez que nem se trata de lista pretensamente exaustiva de todas as verdades com as quais o gramático opera, nem se pretende que sejam operações consciente e consistentemente aplicadas em todos os contextos - ou mesmo em algum contexto - fora dos limites da introdução do Livro I da *Sintaxe*, que foi até onde chegou minha tradução. Reitere-se também que, apesar de várias metáforas extraídas da lógica ou de teorias modernas da linguística, concedo e reconheço que Apolônio provavelmente não tenha querido formular qualquer coisa que se parecesse com um sistema formal em sentido moderno, e não há materialidade alguma no texto da *Sintaxe* que apoie imaginar uma tal pretensão.

Dito isso, vejo nos axiomas propostos um caminho para desenhar a originalidade de Apolônio Díscolo na história da gramática. Confiando, de um lado, na antiguidade da *Technē* atribuída integralmente a Dionísio da Trácia e, de outro, na importância e profundidade da querela entre analogistas e anomalistas proposta por Varrão, que implicaria uma cisão irremediável entre gramáticos-filósofos, acampados em Pérgamo, e gramáticos-técnicos, acampados em Alexandria, a historiografia da linguística até a metade do século XX¹²⁶ só podia

¹²⁶ A respeito dessa historiografia e com citação da bibliografia que colabora para sua superação, veja-se os já citados SCHENKEVELD; BARNES, 1999, p. 179, sobretudo na nota 10.

concluir por um Apolônio retrógrado, atrás de seu tempo. Guardadas as proporções que já vêm sendo preservadas em uma série de outras comparações, é como se atribuíssemos as *Estruturas Sintáticas* de Chomsky ao início do século XX e, em parte com base nisso, construíssemos na linguística dali para a frente uma separação irremediável entre Saussurianos, acampados na Europa, e gerativistas, acampados nos Estados Unidos. Evidentemente alguém como o linguista dinamarquês Otto Jespersen, com sua *Sintaxe Analítica*, de 1937, pareceria então atrasado e descompassado.

Espero, com a análise desta terceira e última parte do comentário, ter colaborado para demonstrar que os textos de Apolônio, e a *Sintaxe* em particular, merecem leitura detida e ampla. Há volume bastante nos seus escritos para sustentar uma leitura assim, e a introdução do livro I certamente não é um caso isolado de densidade de princípios, conclusões e mesmo contradições que possam estimular cada vez mais interpretações.

5. ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ

1. Ἐν ταῖς προεκδοθείσαις ἡμῖν σχολαῖς ἢ περὶ τὰς φωνὰς παράδοσις, καθὼς ἀπῆται ὁ περὶ αὐτῶν λόγος, κατείλεκται· ἢ δὲ νῦν ῥηθησομένη ἔκδοσις περιέξει τὴν ἐκ τούτων γινομένην σύνταξιν εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου, ἦν πάνυ προήρημαι, ἀναγκαιοτάτην οὔσαν πρὸς ἐξήγησιν τῶν ποιημάτων, μετὰ πάσης ἀκριβείας ἐκθέσθαι.

2. Ἦδη γὰρ καὶ ἡ πρώτη ῥηθεῖσα ἀμερῆς ὕλη τῶν στοιχείων τοῦτο πολὺ πρότερον κατεπηγγείλατο, οὐχ ὡς ἔτυχεν ἐπιπλοκάς ποιησαμένη τῶν στοιχείων, ἀλλ' ἐν τῇ κατὰ τὸ δέον συντάξει, ἐξ ἧς σχεδὸν καὶ τὴν ὀνομασίαν εἴληγεν. ἢ τε ἐπαναβεβηκυῖα συλλαβὴ ταῦτὸν ἀνεδέξατο, εἶγε αἱ ἐκ τούτων συντάξεις ἀναπληρούμεναι κατὰ τὸ δέον ἀποτελοῦσι τὴν λέξιν. καὶ σαφὲς ὅτι ἀκόλουθόν ἐστι τὸ καὶ τὰς λέξεις, μέρος οὔσας τοῦ κατὰ σύνταξιν αὐτοτελοῦς λόγου, τὸ κατάλληλον τῆς συντάξεως ἀναδέξασθαι· τὸ γὰρ ἐξ ἐκάστης λέξεως παρυφιστάμενον νοητὸν τρόπον τινὰ στοιχεῖόν ἐστι τοῦ λόγου, καὶ ὡς τὰ στοιχεῖα τὰς συλλαβὰς ἀποτελεῖ κατὰ τὰς ἐπιπλοκάς, οὕτω καὶ ἡ σύνταξις τῶν νοητῶν τρόπον τινὰ συλλαβὰς ἀποτελέσει διὰ τῆς ἐπιπλοκῆς τῶν λέξεων. καὶ ἔτι ὄν τρόπον ἐκ τῶν συλλαβῶν ἢ λέξις, οὕτως ἐκ τῆς καταλληλότητος τῶν νοητῶν ὁ αὐτοτελής λόγος.

3. Ἔστιν οὖν <καὶ> ἐκ τῶν παρεπομένων τὸ τοιοῦτον ἐπιδειξαι, ἐν οἷς δις τὸ αὐτὸ στοιχεῖον παραλαμβάνεται, <ἔλλαβεν, ἔννεπε>· ἀλλὰ καὶ συλλαβῇ, <Λέλεξ, πάμπαν>· ἀλλὰ καὶ λέξις,

Μῶσ' ἄγε, Μῶσα λίγεια {Alcman. fr. 1 B⁴},

βαρὺς βαρὺς σύνοικος {Sophocl. fr. 686 N²}.

Ἀλλὰ καὶ μέχρι λόγου τὸ τοιοῦτο διήκει, ἡνίκα τὰ εἰρημένα αὐθις ἐπα-
ναλαμβάνεται, ὅτε μὲν ἀναγκαίως, ὅτε δὲ ἐν παρολκῇ.

4. Καὶ πλεονάζει στοιχεῖον, λέγω οὐ τὸ αὐτό. φαμὲν οὕτως· τὸ <ὔδωρ> τῷ <δ> πλεονάζει, τοῦ ὕειν ἐγκειμένου, καὶ τὸ <α> ἐν τῷ <ἀλαλητῶ>, ὅπερ δύναται καὶ ἐν πλεονασμῷ συλλαβῆς παραλαμβάνεσθαι, ἐπεὶ καταχρηστικώτερον καὶ μονογράμματοι ἐκφωνήσεις συλλαβαὶ εἴρηνται. φαμὲν δὲ καὶ τὰ τοιαῦτα πλεονάζειν συλλαβῇ· <θήρεσσι, κύνεσσι, λελάχωσι>, ἄλλα πλεῖστα. πλεονάζουσι δὲ καὶ λέξεις, ἔζομαι <καθέζομαι>, ἔπω <ἐνέπω>, ἀντίος <ἐναντίος>,

οὐ σύ γ' ἔπειτα

Τυδέος ἔκγονός ἐσσι {E 812 – 3},

ὅπου γε καὶ παραπληρωματικούς συνδέσμους φαμὲν. Φαμὲν δὲ γε καὶ λόγους ποτὲ παρέλκειν πρὸς οὐδὲν συντείνοντας, εἶγε πλείους ἀθετήσεις ὑπ' <Ἀριστάρχου> διὰ τοὺς τοιούτους τρόπους ἐγένοντο.

5. Ἀλλὰ καὶ ἐναντία πάθη ἐνδεία στοιχείου γίνεται, γαῖα <αῖα>, παρὰ τὸ σκῆπτρον ὁ <σκηπτοῦχος> βασιλεύς· τῆδε ἔχει καὶ παρὰ τὸ φαιδρός ὁ <φαιδίμος>· αἱ τοιαῦται παραθέσεις σχεδὸν ἀπερίληπτοι εἰσι, πάμπολλοι οὔσαι. ἀλλὰ καὶ συλλαβῆς, ἡνίκα τὸ θέλω λῶ, ἡνίκα ὁ αἰγοπόλος <αιπόλος>. ἀλλὰ καὶ λέξεως, ἡνίκα ἀπαιτεῖ τὸ

ἀλλ' ὑμεῖς ἔρχεσθε {I 649}

τὴν ἀπό πρόθεσιν. καὶ τὸ

πικρὰς ὠδῖνας ἔχουσαι {Λ 271}·

ἢ γὰρ αὐτοτέλεια τοῦ λόγου ὡς στοιχεῖον ἐζήτησε τὴν παρά πρόθεσιν. τὸ τε

ἀρνειὸν δ' ἐμοὶ οἶψ {ι 550}

λείπει τῷ ἄρθρῳ· ὁ γὰρ λόγος τὴν ἀναφορὰν τοῦ ἀρνὸς ἐπιζητῶν τὴν τοῦ ἄρθρου ἐνδείκνυται ἔλλειψιν.

6. Σχεδόν δὲ ὅλη ἡ πραγματεία ἢ εἰρησομένη καὶ τὰ τοιαῦτα ἅπαντα προσδιακρινεῖ, ἐπεὶ πόθεν ἐστοχάσατο <Ζηνόδοτος> τὸ <ἄλλοι> {B 1. K 1} κατὰ συναλοιφήν τοῦ ἄρθρου γράφειν, εἰ μὴ ἐκ τῆς δεούσης συντάξεως κινούμενος; καὶ πόθεν <Ἀρίσταρχος> οὐκ ἔλεγε μὲν πλεονάζειν τὸ ἄρθρον, περιέγραφε δὲ ὡς ἐλλείποντος συνήθως τοῖς ἄρθροις τοῦ ποιητοῦ; ἔχων γοῦν ἐκεῖσε ἀφορμὴν τῆς ἀρθρικῆς γραφῆς, ἀπαιτοῦντος τοῦ λόγου τὸ ἄρθρον, πρὸς τὸ σὺνηθες τοῦ ποιητοῦ ἐκὼν παρεπέμψατο, ἐκδεξάμενος μᾶλλον τὸν δαί σύνδεσμον ἢ περὶ τὸ αἰ ἄρθρον ἐν τῷ

πῶς δαὶ τῶν ἄλλων Τρώων {K 408};

ἐπιδεδείξεται δὲ τὰ τοιαῦτα ἐν τοῖς κατὰ μέρος.

7. Προὔπτον δὲ ὅτι καὶ τὰ τοιαῦτα οὐκ ἀποκοπαὶ εἰσιν, ὡς τινες ὑπέλαβον,

ἀλλ' ἄνα, εἰ μέμονάς γε {I 247},

πάρα δ' ἀνήρ, ὅς καταθήσει {π 45},

ἀλλὰ πάθη λόγου ἐλλείποντα ῥήματι· πότε γὰρ ὅλης λέξεως ἀποκοπὴ γίνεται; μαρτυρεῖ καὶ αὐτὸ τὸ ὄνομα τοῦ πάθους, εἶγε πᾶσα ἀποκοπὴ μέρος τι τοῦ ὅλου λειπόμενον ὑπαγορεύει.

8. Οὐκ ἀπίθανον δ' οἶμαι κάκεῖνο παραστήσαι. Παρεπόμενόν ἐστιν ἔσθ' ὅτε ταῖς λέξεσιν καὶ παρὰ τὰς γραφὰς ἀμαρτάνεσθαι, ἃς ἢ προφανῶς ἐστὶ καταλαβέσθαι διὰ τῆς ἀκοῆς, ἢ ἀδήλου τοῦ τοιοῦτου ὄντος ἢ κατὰ τὸν ἐπιλογισμὸν ἐξέτασις κατορθοῖ, ἢν καλοῦμεν λόγον τὸν περὶ ὀρθογραφίας. Τοιοῦτόν τι παρεπόμενον ὑπολαμβάνω κἂν τοῖς λόγοις. ἐπὶ γὰρ τὰ μὴ δέοντα τῶν λέξεων ἐπισυναφθῆ, τὸ τοιοῦτο καλοῦμεν σολοικισμόν, ὡς τῶν στοιχείων τοῦ λόγου ἀκαταλλήλως συνελθόντων. εἴπερ οὖν ἐστὶν μαθεῖν τὰκριβὲς τῆς γραφῆς, μαθεῖν ἄρα ἐστὶ καὶ τὰκριβὲς τῆς συντάξεως τοῦ λόγου.

9. Φαμὲν προτακτικὰ στοιχεῖα ἐν τε συμφώνοις ἐν τε φωνήεσιν. ἀλλὰ καὶ ἐν συλλαβαῖς, ἠνίκα τὴν διὰ τοῦ <η> καὶ <υ> προτακτικὴν συλλαβὴν ἐστὶν εὐρέσθαι καὶ ἀπάσας τὰς ἐν φωνήεσιν δασείας κατὰ τὸ κοινὸν ἔθος, ὑποτακτικὰς δὲ τὰς διὰ τοῦ <γμ> ἢ <κμ> ἢ <χμ>. ἔτι τε ληκτικὰς μερῶν λόγου <τὰς εἰς τὸ> <λς>, <ρς>, <νς>, ἄλλας πλείστας. ἀλλὰ καὶ ἐπὶ λέξεων τὸ αὐτό· προθέσεις γοῦν καλοῦμεν καὶ προτακτικὰ ἄρθρα καὶ ὑποτακτικὰ καὶ ἔτι ἐπιρρήματα, ἃ μᾶλλον ἀπὸ τῆς συντάξεως τὴν ὀνομασίαν ἔλαβεν ἢ περὶ ἀπὸ τοῦ δηλουμένου. Καὶ ἐν λόγῳ δὲ ἐστὶ τὸ τοιοῦτον εὐρέσθαι, ὅποτε τὰ ἐκ συνημμένων ἀληθεύει προλημματιζόμενα τῶν ἐπιφερομένων, ὡς περ ἔγκειται κατὰ τὴν πρώτην τοῦ λόγου συναφήν, εἰ τῆδέ τις ἀποφαίνοιτο, <εἰ περιπατεῖ Διονύσιος, κινεῖται> <οὐ μὴν, <εἰ>> <Διονύσιος κινεῖται, περιπατεῖ>. ἀντιστρέφοντος γὰρ τοῦ λόγου οὐκ ἀληθεύει τὸ ὅλον.

10. Στοιχεῖον ἔσθ' ὅτε εἰς δύο μερίζεται τρόπῳ συλλαβικῷ, <ἦδε ἔαδε>. ἀλλὰ καὶ δύο εἰς ἐν συναλείφεται, <βέλεα βέλη>. καὶ συλλαβὴ εἰς δύο μερίζεται (λέγω τὴν κυρίως συλλαβὴν), <κοῖλον κόϊλον>. ἀλλὰ καὶ δύο συλλαβαὶ εἰς μίαν συνίασιν, ἠνίκα παρὰ τὴν <γῆραῖ> τρισύλλαβον δισύλλαβόν φαμεν τὴν <γῆρα>, παρὰ τὴν <Ἄϊδης Ἄϊδης>. ἀλλὰ καὶ λέξεις, ἠνίκα ἢ <ἀκρόπολις πόλις ἄκρη, ἢ καλλίχορος {λ 581} χορῶ καλή> {Π 180}, καὶ ἔτι <<σύαγρον>> <σὺν ἄγριον> {I 539}. ἀλλὰ καὶ τὰ διαλελυμένα συνίζει, ὡς ὑφ' ἐν μέρος λόγου ἀνέγνωμεν τὸ <πασιμέλουσα> {μ 70} καὶ <κηρεσσιφορήτους> {Θ 527}. Ἀλλὰ κἂν τοῖς λόγοις οἱ παρεπόμενοι σύνδεσμοι ἔσθ' ὅτε ἐνοῦσι δύο λόγους ἢ καὶ πλείους, καθάπερ οἱ συνδεόμενοι λόγοι ἐκ συνημμένων ἢ παρασυνημμένων ἢ καὶ ἔτι συμπεπλεγμένων· ἢ ἅλιν ἀποστάντες διάλυσιν τῶν λόγων ποιοῦνται, ὡς ἔχει τὸ ἦομεν, ὡς ἐκέλευες, ἀνὰ δρυμά, φαίδιμ' Ὀδυσσεῦ· εὔρομεν ἐν βήσσησι τετυγμένα δώματα καλά {κ 251 – 2}. ἔδει γὰρ συμπλέξαι τῷ καί· <καὶ εὔρομεν ἐν βήσσησι>.

11. Στοιχεῖα ὑπερτίθεται, ἡνίκα ἢ <κραδία καρδία>, παρὰ τὸ <σκέπω> τὸ <σκέπος> καὶ <πέσκος> {Nicand. Ther. 549}. ἀλλὰ καὶ συλλαβαί, ἡνίκα τὸ <ἐξαπίνης ἐξαίφνης>, ἡνίκα τὸ <ῥωρεν ὄρωρεν> {δ 712. ψ 222}. ἀλλὰ καὶ λέξεις, ὅτε ἢ <οἰνοφόρος φερέοις> γῆ λέγεται, οἷ τε <ἀνδρόγυνοι γύνανδροι> {Sophocl. frg. 878 N²}. Ἀλλὰ καὶ λόγοι,
 τὰς μὲν ἄρα θρέψασα τεκοῦσά τε {μ 134},
 αὐτὰρ ὃ <γ'> εἶσω ἴεν καὶ ὑπέρβη λάϊνον οὐδὸν {π 41}.

12. Ἔτι ὄν τρόπον τῶν στοιχείων ἃ μὲν ἐστὶν φωνήεντα, ἃ καθ' ἑαυτὰ φωνὴν ἀποτελεῖ, ἃ δὲ σύμφωνα, ἅπερ ἄνευ τῶν φωνηέντων οὐκ ἔχει ῥητὴν τὴν ἐκφώνησιν, τὸν αὐτὸν τρόπον ἔστιν ἐπινοῆσαι κάπὶ τῶν λέξεων. αἱ μὲν γὰρ αὐτῶν τρόπον τινὰ τῶν φωνηέντων ῥηταί εἰσι, καθάπερ ἐπὶ τῶν ῥημάτων ἔστιν ἐπινοῆσαι, ὀνομάτων, ἀντωνυμιῶν, ἐπιρρημάτων, ἅπερ ἐπιλέγεται ταῖς γινομέναις ἐνεργείαις, ἡνίκα ἐπιφθεγγόμεθα τὸ <κάλλιστα> τοῖς κατὰ τὸ δέον τι ἐνεργοῦσιν, ἢ <ὕγιως ἢ καλῶς>. αἱ δὲ ὡσπερὶ σύμφωνα ἀναμένουσι τὰ φωνήεντα, τουτέστιν τὰ προκατελεγμένα τῶν μερῶν τοῦ λόγου, οὐ δυνάμεναι κατ' ἰδίαν ῥηταί εἶναι, καθάπερ ἐπὶ τῶν προθέσεων, τῶν ἄρθρων, τῶν συνδέσμων· τὰ γὰρ τοιαῦτα τῶν μορίων ἀεὶ συσσημαίνει, εἴγε ἐν γενικῇ μὲν λέγομεν <δι' Ἀπολλωνίου>, ὡσεὶ γινώσκοντος Ἀπολλωνίου, κατὰ δὲ τὴν αἰτιατικὴν πτώσιν <δι' Ἀπολλώνιον>, ὡς ἂν αὐτοῦ αἰτίου ὄντος. οἷ τε σύνδεσμοι πρὸς τὰς τῶν λόγων τάξεις ἢ ἀκολουθίας τὰς ἰδίας δυνάμεις παρεμφαίνουσιν, ὅτε συμπλεκτικῶς μὲν ἀκούεται ὁ ἦτοι ὃ γ' ὡς εἰπὼν κατ' ἄρ' ἔζετο {A 68}.

ἐν ἴσῃ γὰρ δυνάμει τοῦ μὲν παρείληπται, δι' ὃ καὶ κατὰ τὴν ἐξῆς συμπλοκὴν ἀναγκαίως ὁ δὲ ἐπηνέχθη ἐν τῷ
 τοῖσι δ' ἀνέστη {A 68}.

[ὅτε δὲ διαζευκτικῶς, <ἦτοι νέος ἐστὶν ἢ παλιός>.] τῆδε ἔχει καὶ τὰ ἄρθρα· συμπερόμενα γὰρ τοῖς ὀνόμασιν τὴν ἐν αὐτοῖς δυνάμιν ἐπαγγέλλεται, οὐκ ἔχοντα δὲ τῆδε μεθίσταται εἰς τὰς καλουμένας ἀντωνυμίας, ὡς δεδειξεται ἐν τοῖς κατὰ μέρος, ἔνθα καὶ ἐπιδείξομεν τὸ αἴτιον, καθότι καὶ ἐπ' ἄλλων μερῶν λόγου ταῦτ' παρακολουθήσει, ὡσπερ πολλάκις καὶ τὰ ὀνόματα ἐπιρρηματικῶς ἀκούεται.

13. Ἴσως δὲ καὶ ἡ τάξις τῶν στοιχείων ἐν λόγῳ παραλαμβανομένη τοῦ δι' ὃ τι τὸ <α> πρόκειται, εἶτα μετ' αὐτὸ τὸ <β>, ἀπαιτήσῃ καὶ τὴν κατὰ λόγον τῶν μερῶν τοῦ λόγου τάξιν, δι' ὃ τι τὸ ὄνομα πρόκειται, μεθ' ὃ ἐστὶ τὸ ῥῆμα καὶ τὰ ὑπόλοιπα μέρη τοῦ λόγου, ὡσεὶ καὶ πάλιν ἐν ταῖς πτώσεσιν ἢ λεγομένη εὐθεῖα καὶ γενικὴ καὶ αἱ ὑπόλοιποι, ἐν τε ταῖς χρονικαῖς τομαῖς κατὰ τὰ ῥήματα ὁ ἐνεστώς, εἶτα ὁ παρατατικὸς καὶ οἱ ἐξῆς χρόνοι, ἐν τε γένεσι τὸ ἀρσενικόν, μεθ' ὃ τὸ θηλυκὸν καὶ τρίτον τὸ τούτων ἀποφατικὸν οὐδέτερον, καὶ ἐπ' ἄλλων πλείστων, περὶ ὧν ἰδίᾳ ποιησόμεθα συναγωγὴν. κατεπεῖγον μέντοι ἐστὶν ἔνεκα τῶν προεκκειμένων λόγων ἀντιπαραβάλλεσθαι τὴν τάξιν τῶν μερῶν τοῦ λόγου. ἴσως τινὲς ἀπειρότερον ἀναστρέφοντες περὶ τὰ τοιαῦτα τὰς ἰδίας ἀπειρίας παραμυθοῦνται, ὡς οὐ δέον περὶ τὰς τοιαύτας ζητήσεις καταγίνεσθαι, ὑπολαβόντες τὰ τοιαῦτα κατὰ τύχην τεθεματίσθαι. ἀλλὰ τούτοις γε προσγενήσεται ἐν τοῖς καθόλου μηδὲν ἐν τάξει παραλαμβάνειν μηδὲ παρὰ τάξιν τι ἡμαρτήσθαι, ὅπερ πάντῃ ἡλίθιον· εἰ γὰρ ἐπὶ τινῶν δοίης, ἀνάγκη κάπὶ πάντων δοῦναι.

14. Ἔστιν οὖν ἡ τάξις μίμημα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου, πάνυ ἀκριβῶς πρῶτον τὸ ὄνομα θεματίσασα, μεθ' ὃ τὸ ῥῆμα, εἴγε πᾶς λόγος ἄνευ τούτων οὐ συγκλείεται. παρὸν γοῦν πιστώσασθαι ἐκ συντάξεως οἷον περιεχούσης τὰ μέρη τοῦ λόγου, ἐξ ἧς εἴπερ ὑποσταλήσεται ὄνομα ἢ ῥῆμα, τὰ τοῦ λόγου οὐ συγκλείεται, εἰ μέντοι πάντα τὰ ὑπόλοιπα, οὐ πάντως ἐλλείπει ὁ λόγος. ὁ <αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν>· ἔγκειται τὰ μέρη τοῦ λόγου παρὰ τὸν σύνδεσμον, ἐπεὶ προστεθεὶς ἕτερον λόγον ἀπαιτήσῃ. φέρε οὖν ἐλλεῖψαι τὸ ὄνομα ἢ τὸ ῥῆμα, καὶ ἐλλεῖψαι ὁ λόγος, ἐπιζητῶν ὅπου μὲν τὸ ῥῆμα, ὅπου δὲ τὸ ὄνομα, ὁ <αὐτὸς ὀλισθήσας

σήμερον κατέπεσεν ἢ ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον>. εἰ μέντοι τις ὑφέλοι τὸ ἐπίρρημα, οὐ πάντως λείπει ὁ λόγος· ὁ <αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας κατέπεσεν>. ἀλλ' εἰ καὶ τὴν μετοχὴν, οὐδ' οὕτως λείπει [ὁ <αὐτὸς ἄνθρωπος κατέπεσεν>], οὐδ' εἰ τὴν πρόθεσιν· ὁ <αὐτὸς ἄνθρωπος ἔπεσεν>· οὐδ' εἰ τὸ ἀντωνυμικόν· λελείπεται γὰρ τὸ ὁ <ἄνθρωπος ἔπεσεν>. ἀλλ' οὐδ' εἰ τὸ ἄρθρον· τὸ γὰρ <ἄνθρωπος ἔπεσεν> οὐ πάντως ἀναφορὰν ζητεῖ, πρώτην δ' ἀφήγησιν τοῦ ἀνθρώπου.

15. Οὐ τοῦτο δέ φημι, ὅτι οὐχὶ καὶ ἐξ ἀντωνυμίας αὐτοτέλεια συνίσταται, ὅπου φαμὲν οὕτως, <ἐγὼ περιπατῶ, σὺ περιπατεῖς>. τότε γὰρ συνίσταται ἢ αὐτοτέλεια, ὅταν ἀντ'ὀνόματος παραληφθῇ ἢ ἀντωνυμία καὶ δυνάμει πάλιν ἢ αὐτὴ σύνταξις ἤ. ὁπότε δὲ ἀνθυπάγεται ἀντωνυμία, ἐν τοῖς κατὰ μέρος εἰρήσεται, καὶ ποῖα ῥήματα πρὸς τὰς εὐθείας μόνον συναρτᾶται, καὶ τίνα αὐτῶν πλαγίας ἐπιζητεῖ.

16. Καὶ τοῦ ῥήματος δὲ ἀναγκαιῶς πρόκειται τὸ ὄνομα, ἐπεὶ τὸ διατιθέναι καὶ τὸ διατίθεσθαι σώματος ἴδιον, τοῖς δὲ σώμασιν ἐπίκειται ἢ θέσις τῶν ὀνομάτων, ἐξ ὧν ἢ ιδιότης τοῦ ῥήματος, λέγω τὴν ἐνέργειαν καὶ τὸ πάθος.

17. Παρυφίσταται οὖν ἢ εὐθεῖα ἐν αὐτοῖς τοῖς ῥήμασιν, κατὰ μὲν τὸ πρῶτον καὶ δεύτερον ὀριζομένη, κατὰ δὲ τὸ τρίτον διὰ τὸ ἄπειρα εἶναι τὰ τρίτα ἀοριστουμένη, χωρὶς εἰ μὴ ἐξαίρετος ἐνέργεια γένοιτο, καθάπερ ἐπὶ τοῦ <ἀστράπτει> καὶ <βροντᾷ>.

18. Κατεκράτησεν οὖν καὶ ἢ ἀπ' αὐτοῦ θέσις τὸ πάντα τὰ τοῦ λόγου μέρη καλεῖσθαι ὀνόματα, ὡς ἂν αὐτοῦ προϋφεστῶτος. εἰ γὰρ ἐκ τῶν ἐναντίων τις ἐκεῖνο ἀποφαίνοιτο, ὡς ἐκ τῆς κοινῆς ὀνομασίας τῶν λέξεων αὐτὸ ἀπηνέγκατο τὴν ἀπάντων ὀνομασίαν, καὶ κατὰ τοῦτο ἂν πρωτεύοι, θέσιν τὴν πρώτην τῶν λέξεων ἐπιδεξάμενον, καθότι καὶ δείκνυμεν ὡς ἔνεκα τῆς εὐρέσεως τῶν στοιχείων πάντα τὰ στοιχεῖα παρὰ τὸ ἀλφεῖν ἠδύνατο μιᾷ ὀνομασίᾳ χρῆσασθαι τῇ τοῦ <α>, ὅπερ ἀφείλετο τὴν ἀπάντων ὀνομασίαν διὰ τὴν ἐν αὐτῷ γενομένην πρώτην θέσιν, συνδραμόντος καὶ τοῦ ἀπ' αὐτοῦ φθόγγου· συνέτρεχε γὰρ ἢ τοῦ <ἀλφεῖν> ἀρχὴ τῇ ἐκφωνήσει τοῦ στοιχείου, τῶν ὑπολειπομένων ἰδίας ἐπεκτάσεις εἰληφότων.

19. Οὐκ ἀλόγως δὲ ἐκείνω οἶμαι τις ἐπιστήσει, τί δὴ ποτε οὐχὶ μετὰ τὴν τοῦ ὀνόματος θέσιν τὸ ἀντὶ τούτου μόριον παραλαμβάνομενον ὑπετάγη, λέγω δὴ τὴν ἀντωνυμίαν, εἶγε κατὰ ἀμοιβὴν τοῦ ὀνόματος πάλιν σὺν τῷ ῥήματι συνέχει τὸν λόγον. Περὶ οὗ ἂν προφανῆς ἀπόδειξις γένοιτο ἤδε, ὡς ἔνεκα τῆς τῶν ῥημάτων συνόδου ἐπενοήθησαν αἱ ἀντωνυμίαι. ἐπεὶ γὰρ τὰ ὀνόματα τρίτων προσώπων ἐστὶν ἀποφατικά, καθὸ αἱ ἀπ' αὐτῶν θέσεις γινόμεναι οὔτε ἐπὶ τοῦ ἀποφαινομένου προσώπου εἰσὶν, ὅπερ ἐστὶν ἴδιον πρώτου προσώπου· οὐ γὰρ δὴ γε ἑαυτοῖς τίθενται οἱ παῖδες τὰ ὀνόματα, οὐδὲ πρὸς αὐτοὺς ἀποφαινόμενοι τὰς ὀνομασίας ποιούμεθα, ὅπερ ἐστὶ δευτέρου προσώπου· – ἦν δὲ τὰ ῥήματα ἐν τρισὶν προσώποις καταγινομένα, καὶ διὰ τοῦτο προσεπενοεῖτο ἢ ἀντωνυμία ἐν προσώποις <ὠρισμένοις> καταγινομένη, ἀνταναπληροῦσα καὶ τὴν θέσιν τοῦ ὀνόματος καὶ τὴν τάξιν τοῦ ῥήματος, ὡς ἐν τοῖς τοιούτοις <ἐγὼ γράφω, σὺ γράφεις>· καὶ διὰ τοῦτο οὐκ ἐνεποδίξετο τὸ ἐν τρίτῳ λέγειν προσώπῳ <Ἀρίσταρχος ἀναγινώσκει>, ὡς ἂν δύο τρίτων συνόντων. (οὐ τοῦτο δὲ παρίστημι, ὡς αἱ κατὰ τὸ τρίτον πρόσωπον ἀντωνυμίαι περιτταὶ εἰσι, δυναμένων τῶν ὀνομάτων κατὰ τὸ τρίτον πρόσωπον παραλαμβάνεσθαι· δι' ὅτι γὰρ καὶ ἐν τρίτοις προσώποις καταγίνονται αἱ ἀντωνυμίαι, ἐν τοῖς κατὰ μέρος εἰρήσεται.) καὶ εἰ τοῦτο ἀληθές, προφανές ὅτι προϋποστήσεται ἢ τῶν ῥημάτων τάξις τῶν δι' αὐτὰ ἐπινοηθεισῶν ἀντωνυμιῶν.

20. Τὸ δὲ μεῖζον, τὰ ῥήματα προσώπων τῶν κατ' εὐθείαν νοουμένων ἐστὶ παραστατικά, ἄπερ ἀπολύτως νοεῖται· ὁ γὰρ ἀποφαινόμενος <περιπατῶ ἢ γράφω> οὐ πρὸς ἔνδειξιν ἐτέρου προσώπου ὀρίζεται· αἱ δὲ ἀντωνυμῖαι εἰς διάκρισιν προσώπου ἐπινοηθεῖσαι ἐν μὲν ταῖς πλαγαῖς πτώσεσιν ἦσαν καὶ ἐγκλιτικά, αἵπερ εἰσὶν ἀπολύτων προσώπων παραστατικά, παραλαμβάνονται δὲ καὶ εἰς ὀρθὴν τάσιν εἰς παρέμπτωσιν ἀντιδιαστελλομένου προσώπου, ὡς ἔχει τὸ

παῖδα δ' ἐμοὶ λύσαιτε {A 20}

πρὸς τὸ

ὕμῖν μὲν θεοὶ δοῖεν {A 18}

καὶ τὸ

ἢ δ' ἐμὲ χειρὸς ἐλοῦσα {μ 33}

πρὸς τὸ

φίλων ἀπάνευθεν ἐταίρων {μ 33}.

πῶς οὖν αἱ τῆς εὐθείας πτώσεως ἀντωνυμῖαι τὸ ἐγκλινόμενον πρόσωπον οὐ παρεδέχοντο; ἢ ὅτι προϋφεστῶτων τῶν ῥημάτων καὶ ἀναπληρούτων τὸ τῆς εὐθείας ἀπόλυτον πρόσωπον εἰς οὐδὲν χρειῶδες ἐπενοῦντο αἱ τῆς εὐθείας ἐγκλιτικαὶ ἀντωνυμῖαι, τάχα παρελκόμεναι πλέον τῶν παραπληρωματικῶν συνδέσμων, οὓς ἀποδείξομεν καὶ ἀναγκαίως παραλαμβανομένου. (ἢ γοῦν ἐγκλιθεῖσα τῆς ὀρθῆς πτώσεως παρὰ <Δωριεῦσι τύ> ἀναγκαίως παρέφθειρε καὶ τὴν εὐθείαν, μεταστᾶσα εἰς τὴν συγγενῆ αἰτιατικὴν.) καὶ φαίνεται ὅτι ἐνέμειναν αἱ τῆς εὐθείας ἀντωνυμῖαι οὐ δι' ἄλλο τι ἢ καθὸ τὰ ῥήματα, οὐ δυνάμενα παραστήσαι τὴν ἀντιδιαστολήν, συμπαραλάμβανε τὴν ἀντωνυμίαν ἔνεκα τοῦ ἐξαιρέτου αὐτῆς ιδιώματος, λέγω τῆς ἀντιδιαστολῆς.

21. Καὶ ἡ μετοχὴ δὲ κατὰ τὴν δέουσαν ἀκολουθίαν κατελέχθη μετὰ τὸ ῥήμα, τῆς τάξεως ἐκφαινούσης τὴν ἐκ τοῦ ῥήματος μετάπτωσιν εἰς αὐτὴν (ὡς γε ἐν τῷ περὶ μετοχῆς διὰ πλειόνων παρεστήσαμεν ὡς ἀναγκαίως αἱ μεταλήψεις τῶν ῥημάτων ἐγίνοντο εἰς πτωτικὰ σχήματα σὺν τοῖς παρεπομένοις γένεσι, τῶν ῥημάτων οὐ δυναμένων τὴν καταλληλότητα παραστήσαι).

22. Προφανὲς δ' ὅτι καὶ ἡ ἐγγενομένη θέσις τοῦ ὀνόματος οὐκ ἄλλως ἢ ἐφυλάχθη, εἰ μὴ μετὰ τὸ ὄνομα καὶ τὸ ῥήμα τὸ ἐκ τούτων ἐκ καταφάσεως ἠρτημένον μόριον παραλαμβάνετο, ὡς καὶ μετὰ τὸ ἄρρηνικὸν καὶ θηλυκὸν τὸ τούτων ἀποφατικὸν οὐδέτερον. εἰ γὰρ μὴ παραδεξαίμεθα τὴν τῶν προκειμένων μορίων προτέραν θέσιν, καταλείπεται τὸ μηδὲ μετοχὴν καλεῖν μηδὲ μὴν οὐδέτερον, ἐπεὶ τίνων δύο προϋφεστῶτων γένοιτο ἢ ἀποφατικὸν τὸ οὐδέτερον, τίνων δὲ μεθέξει ἢ μετοχῆ; ἀλλ' οὐδὲ ἄλλου μορίου δύναται ἢ τις παρέμπτωσιν ποιήσασθαι, λέγω ἀντωνυμίας, ἐπιρρήματος, συνδέσμου, ἄλλου του· οὐδὲ γὰρ τῆς τούτων ιδιότητος μετέσχευ.

23. Οὐχ ὡς ἔτυχε δὲ καὶ ἡ τοῦ ἄρθρου τάξις προσερρίφη, ὑπαγορεύουσα μὲν τὸ συνηρημένον τοῖς εἰρημένοις πτωτικοῖς, ἐκκλίνας δὲ τὴν ἀπαράδεκτον τῶν ἄρθρων ἀντωνυμίαν, ὅπου γε καὶ μέχρι ῥήματος ἢ τούτου συνάρτησις ἐστίν, <τὸ φιλολογεῖν καλὸν ἐστίν, τῷ γράφειν ἥδομαι>.

24. Οὐ δεῖσεται ἐπιστάσεως ἢ ὑποῦσα ἀντωνυμία, ὅπου γε καὶ παρεκινδύνευε μετὰ τὴν τοῦ ὀνόματος θέσιν παραλαμβάνεσθαι. πρόδηλον δ' ὅτι καὶ τὸ ἀντί τινος παραλαμβανόμενον μεταγενεστέραν θέσιν ὁμολογεῖ <τοῦ μετά τινος>. καὶ εἰ τὸ ἄρθρον μετὰ ὀνόματος καὶ ἡ ἀντωνυμία ἀντ' ὀνόματος, δέδοται ὅτι τὸ συνυπάρχον ἄρθρον τῷ ὀνόματι πρεσβύτερόν ἐστι τῆς ἀντωνυμίας.

25. Ἴσως γὰρ καὶ αἱ ἀναφορικαὶ ἀντωνυμῖαι ἀντ' ὀνομάτων εἰσὶ τῶν σὺν ἄρθροις λεγομένων· οὐ γὰρ δὴ γε τὰ ὀνόματα ἐξ αὐτῶν ἀναφορὰν παρίστησιν, εἰ μὴ συμπαραλάβοιεν τὸ ἄρθρον, οὗ ἑξαίρετός ἐστιν ἡ ἀναφορὰ· δυνάμει ἄρα ἀντὶ ἄρθρων παραλαμβάνεται. (αὐτὰ γοῦν τὰ ἄρθρα τῆς πρὸς τὰ ὀνόματα συναρτήσεως ἀποστάντα εἰς τὴν ὑποτεταγμένην ἀντωνυμίαν μεταπίπτει, ὡς ἐν τοῖς τοιούτοις,

ὁ γὰρ ἦλθε θεὰς ἐπὶ νῆας Ἀχαιῶν {A 12}

ὅς γάρ ῥα μάλιστα

ἦνδανε κηρύκων {ρ 172},

τὸν δ' ἀπαμειβόμενος {e. g. A 84}.

ὑπὲρ τῆς τοιαύτης συντάξεως κατὰ τὸν προσήκοντα λόγον ἐντελῶς τὰ τῆς συντάξεως ἀποδείξομεν.)

26. Φαίνεται δ' ὅτι καὶ ἡ πρόθεσις οὐ πρότην ἔχουσα θέσιν καὶ ἀρχαιοτέραν τῶν ἄλλων λέξεων τῆδε κατελέχθη, ὅπου γε οὐκ ἀπ' ἰδίας ἐννοίας τὴν ὀνομασίαν εἴληγεν, ἀλλ' ἐκ τοῦ τῶν προϋπόντων μορίων προτίθεσθαι, ἄπερ εἰ μὴ προϋφεστήκοι, οὐδ' αὐτὴ συστήσεται, καθὼς ἐπεδείκνυμεν κάπὶ τῆς μετοχῆς. ἔνθα γοῦν καὶ τῆς τάξεως ἔτυχεν, εἶγε ὅτε μὲν κατὰ σύνθεσιν, ὅτε δὲ κατὰ παράθεσιν προτίθεται τῶν κατειλεγμένων μορίων, ὥστε μεταγενεστέρα μὲν ἐστὶ τῆ φύσει, τῆ δὲ συντάξει ἀρκτική (καθότι ἐστὶ νοῆσαι κάπὶ τοῦ καλουμένου προτακτικοῦ ἄρθρου· οὐ γὰρ δὴ γε, ὅτι καὶ προτάσσεται, καὶ πρεσβύτερον τῶν ὀνομάτων· ἰδοὺ γὰρ παρατιθέμενον τοῖς ὀνόμασι τὴν ἔκπαλαι τούτων γνῶσιν ἀναπολεῖ).

27. Κάπειδὴ τὸ ἐπίρρημα δυνάμει ἐστὶ ρήματος ἐπιθετικὴ σύνταξις, ὡς καὶ ἡ ἐγγενομένη θέσις τοῦ ὀνόματος μαρτυρεῖ, δεύτερον δὲ τὸ ρῆμα τοῦ ὀνόματος, δεύτερον ἄρα καὶ τὸ ἐπίρρημα προθέσεως τῆς κατὰ σύνθεσιν καὶ παράθεσιν προτιθεμένης τῶν ὀνομάτων.

28. Ἐπὶ πᾶσι δὲ τοῖς κατειλεγμένοις ὁ τούτων συνδετικὸς σύνδεσμος παρελαμβάνετο, οὐδὲν δυνάμενος ἰδίᾳ παραστήσαι χωρὶς τῆς τῶν λέξεων ὕλης, καθάπερ οἱ τῶν σωμάτων δεσμοὶ οὐκ εἰσὶ χρεϊώδεις ἀνυποστάτων ὄντων τῶν σωμάτων.

29. Ἔστι δὲ καὶ διὰ πλειόνων τὰ τῆς τάξεως ἀποδειξαι· ἀλλ' ἐπεὶ οὐ περὶ ταύτης σκοπὸς ἡμῖν πρόκειται, αὐτοῦ που περιγραφτέον τὸν λόγον.

30. Κάκεῖνό γε πρῶτον ἐπιστατέον πρὸ τῆς κατὰ μέρος τοῦ λόγου συντάξεως, τί δὴ ποτε τὰ πευστικά τῶν μορίων εἰς δύο μέρη λόγου ἐχώρησε, λέγω τὸ ὀνοματικὸν καὶ τὸ ἐπίρρηματικόν, καὶ διὰ τί οὐκ εἰς ἓν ὀνοματικὸν καὶ ἓν ἐπίρρηματικόν, ἀλλ' εἰς πλείονα, οἷον <τίς, ποῖος, πόσος, πόστος, πηλίκος, ποδαπός, – πῶς, πότε, πηνίκα, ποῦ, πῆ, πόθεν>. ἡ καὶ αὕτη ἀπόδειξις ἐστὶ τοῦ τὰ ἐμψυχότατα μέρη τοῦ λόγου δύο εἶναι, ὄνομα καὶ ρῆμα, ἄπερ οὐκ ἐν γνώσει ὄντα τὴν κατ' αὐτῶν πεῦσιν ἔχει συνεχῶς παραλαμβανομένην; ἦν δὲ καὶ ἐν πλείοσιν ὀνοματικοῖς καὶ ἐν πλείοσιν ἐπίρρηματικοῖς διὰ λόγον τοιοῦτον.

31. Ὑπαρξίν τινος ὑποκειμένου ἐπιζητοῦντές φαμεν <τίς κινεῖται; τίς περιπατεῖ; τίς λαλεῖ>; προδήλου μὲν οὔσης τῆς κινήσεως, τῆς περιπατήσεως, τῆς λαλιᾶς, τοῦ δὲ ἐνεργούντος προσώπου ἀδήλου καθεστῶτος. ἔνθεν καὶ αἱ ἀνθυπαγωγαὶ ὀνοματικαὶ γίνονται, προσηγορικαὶ ἢ κύριαι, τῶν κυρίων ἐμφανιζόντων καὶ τὴν <γενικὴν> οὐσίαν· φαμὲν γὰρ ἢ <ἄνθρωπος περιπατεῖ ἢ ἵππος ἢ Τρύφων> ἐγκειμένου πάλιν τοῦ ἀνθρώπου· ἢ μόριον τὸ ἀντ' ὀνόματος παραλαμβανόμενον, λέγω τοῦ κυρίου, ὅτε φαμὲν <ἐγώ>

32. Κάπει οὐκ ἐμφανῆ ἦν τὰ ἐπισυμβαίνοντα τοῖς προκειμένοις ὀνόμασιν (αὐτὸ γὰρ μόνον τὸ τίς ὄνομα <τὰ> τῆς οὐσίας ἐπεξίτηι, ἢ ἐπέτρεχε τὸ ποιὸν καὶ τὸ ποσὸν καὶ τὸ πηλίκον), προσεπενοεῖτο καὶ ἡ κατὰ τούτων πεῦσις, ὅτε κατὰ μὲν ποιότητα ζητοῦντες λέγομεν <ποῖος>, κατὰ δὲ ποσότητα <πόσος>, κατὰ δὲ πηλικότητα <πηλίκος>, καὶ ἐν παραγωγῇ ἐθνικῇ τῇ ἀπὸ τοῦ ποῖος τὸ <ποδαπός>. <ᾧ λόγῳ καὶ τὸ <ἡμεδαπός>, ἔχον τὴν ἀντωνυμικὴν θέσιν, καὶ ἔτι τὸ <ὑμεδαπός> τό τε παρὰ τὸ ἄλλος <ἄλλοδαπός>, πάλιν τὴν ἀναίρεσιν τῶν προσώπων τὴν ἐθνικῆς παραγωγῆς ἐπαγγελλομένης.> ὥστε ἀνθυπάγεσθαι μὲν τῷ ποῖος, προλελημματισμένον ἀπὸ τοῦ τίς, ὡς κατ' ἐπιθετικὴν πεῦσιν, εἰ τύχοι, ὁ <γραμματικός, ὁ μουσικός, ὁ δρομεύς>, ἔχοντος τοῦ λόγου τῆδε, <τίς ἀναγινώσκει; Τρύφων· πότερος ἢ ποῖος; ὁ γραμματικός ἢ ὁ ῥήτωρ>, ἅπαντα τὰ δυνάμενα ἐπισυμβαίνειν τοῖς ἐκ τοῦ τίς ἀνθυπαγομένοις ὀνόμασι κατ' ἐπιθετικὴν ἔννοιαν. δι' ὃ τι μέντοι τὰ ἀνθυπαγόμενα μετὰ τοῦ ἄρθρου τὴν ἀπόδοσιν ἔχει, ὕστερον εἰρήσεται. ἀλλ' ἐπειδὴ καὶ τινα ἔστι δι' ἐνικοῦ χαρακτήρος πλῆθος ἐμφαίνοντα, καὶ τούτων τῇ ἀγνοίᾳ ἢ πεῦσις χαρακτήρα ἀπένειμε, λέγω ἐν τῷ <πόσος>, ὅτε ἐπὶ πλήθους πυνθανόμεθα· καὶ ὅτε τάξιν τὴν καθ' ἕκαστον ἀριθμὸν ἐπὶ πλήθους ἐπιζητοῦμεν, ὡς ἐν τῷ <πόστος>· καὶ ὡς προείπομεν, ἐπὶ μεγέθους <πηλίκος>, καὶ ἐπὶ ἐθνικῆς ἐννοίας <ποδαπός>.

33. ἢ ἔσθ' ὅτε ἀνθυπάγεται καὶ τὰ ἐν ποιότητι, εἰ τύχοι, ὅτε λέγομεν <ποδαπός ἐστι Τρύφων; μέλας ἢ λευκός> ἢ τι τοιοῦτον· ἄπερ οἶμαι οὐκ ἀληθῶς ἀνθυπάγεσθαι <τῇ ἐθνικῇ παραγωγῇ, ἀλλὰ> τῇ πρὸς τοῦ πρωτοτύπου πεῦσει, λέγω τῇ ποῖος [ᾧ λόγῳ καὶ τὸ <ἡμεδαπός> ἔχον τὴν ἀντωνυμικὴν θέσιν, καὶ ἔτι τὸ <ὑμεδαπός> τό τε παρὰ τὸ ἄλλος <ἄλλοδαπός>, πάλιν τὴν ἀναίρεσιν τῶν προσώπων τῆς ἐθνικῆς παραγωγῆς ἐπαγγελλομένης], τούτῳ μέντοι διοίσοντα, ἢ τὰ μὲν ἐκ τοῦ ποῖος ἀνθυπαγόμενα μετὰ τοῦ ἄρθρου ῥητά ἐστι, <ποῖος Τρύφων>; εἰ τύχοι ὁ <μέλας ἢ ὁ λευκός· ὀπότερος Αἴας; ὁ Λοκρός ἢ ὁ Τελαμώνιος. ποδαπός ἐστι Τρύφων>; τὸ μὲν ἀνευδοίαστον καὶ ὑγιᾶς <Ἀλεξανδρεύς, Ἀθηναῖος>· τὸ δὲ παρεμπῖπτον διὰ τὴν πρὸς τοῦ πρωτοτύπου, ὡς ἔφαμεν, πεῦσιν ὁ <μέλας ἢ ὁ λευκός>.

34. Ἦδη μέντοι ὑπ' ὄψιν πιπτούσης τῆς οὐσίας καὶ τῆς ποιότητος καὶ ἔτι τῶν συμπαραπομένων, ἔτι προσγίνεται πεῦσις ἢ κατὰ τὴν ιδιότητα τοῦ ὀνόματος. ἀφορᾷ γοῦν ὁ Πρίαμος {Γ 226} πάντα τὰ προειρημένα, τὴν μὲν οὐσίαν ἐν τῷ <ὄδε>, καὶ τὸ ἔθνος ἐν τῷ <Ἀχαιοὺς ἀνὴρ>, καὶ τὴν ποιότητα ἐν τῷ <ἠϋς>, καὶ τὴν πηλικότητα ἐν τῷ <μέγας>, οὐ μὴν τὴν ιδιότητα τοῦ ὀνόματος· ὅθεν ἀναπληροῦται ἐν τῷ
οὗτος δ' Αἴας ἐστὶ πελώριος {Γ 229}.

35. Καὶ τὰ ἐπιρρήματα δὲ φέρεται ἐπὶ τὰς ἀγνοουμένας διαθέσεις· ἢ κατὰ ποιότητα τῆς πράξεως, ὡς φαμεν <πῶς ἀνέγνω>; ἀνθυπάγοντες δυνάμει ἐπιθετικὸν τὸ ἐπιρρημα, εἰ τύχοι, <καλῶς, ῥητορικῶς, φιλοσόφως>· – ἢ οὐ τοῦτο ἐπιζητοῦντες, χρόνον δὲ καθ' ὃν τὰ τῆς διαθέσεως ἐγένετο, <πότε; πηνίκα>; οἷς ἀνθυπάγεται πάλιν <ἐχθές, πρῶην, πάλαι>· – ἢ τόπον ἐν ᾧ τὰ τῆς πράξεως γίνεται,

ποῦ νῦν δεῦρο κιὼν λίπες Ἔκτορα {Κ 406};

καὶ διαφορᾷ τῇ ἐκ τόπου ἢ εἰς τόπον,

πῇ ἔβη Ἄνδρομάχη {Ζ 377};

<πόθεν παρεγένου>; γινώσκει γοῦν Ὀδυσσεὺς πόθεν ἦλθεν ὁ Ἑλπήνωρ, καὶ οὐ φησι <πόθεν ἦλθες>; οὐ μὴν τὴν ἔφοδον, δι' ὃ φησι

πῶς ἦλθες {λ 57};

Ὡς μὲν οὖν τὰ προκείμενα μόρια ἀναγκαίως ἢ ἐπιρρηματικά ἐστίν ἢ ὀνοματικά, ἀπεδείχθη· περὶ ὧν τῆς συντάξεως κατὰ τὸ ἐξῆς εἰρήσεται.

36. Ἐπεὶ οὖν τὰ ὑπόλοιπα τῶν μερῶν τοῦ λόγου ἀνάγεται πρὸς τὴν τοῦ ῥήματος καὶ τοῦ ὀνόματος σύνταξιν, ἐξ ἧς καὶ τὴν τοῦ ὀνόματος ἔσχε θέσιν, δεόν διαλαβεῖν περὶ ἐκάστου τοῦ τε συμπαραλαμβανομένου καὶ τοῦ ἀνθυπαγομένου ἢ καὶ συμπαραλαμβανομένου, ὡς αἱ ἀντωνυμίαι ἀντὶ τῶν ὀνομάτων καὶ μετὰ τῶν ὀνομάτων, καὶ ἔτι αἱ μετοχαὶ ἀντὶ τῶν ῥημάτων καὶ μετὰ τῶν ῥημάτων, καὶ ἐπὶ τῶν ἐξῆς μερῶν τοῦ λόγου.

6. SINTAXE

1. Nos trabalhos por nós previamente publicados, discorreu-se a respeito da tradição (παράδοσις) sobre as formas da expressão (φωνή)¹²⁷, na medida em que demandava a razão relativa a elas. A exposição ora desenvolvida terá por objeto a sintaxe que resulta delas para chegar à correlatividade (καταλληλότης)¹²⁸ da oração completa (αὐτοτελής λόγος), a qual proponho explicar com toda precisão, uma vez que é da maior importância para a interpretação dos poemas.

2. Com efeito, já a matéria (ὄλη) indivisível dos elementos (στοιχεῖον), dita primeira, prefigurou-o muito anteriormente: não formou os encadeamentos (ἐπιπλοκή)¹²⁹ por acaso, mas em uma coordenação sintática (σύνταξις) de acordo com o necessário (τὸ δέον), de onde provavelmente se origina a denominação “elementos”¹³⁰. A sílaba, em nível superior, modela-se (ἀναδέχομαι)¹³¹ pelo mesmo, visto que, satisfeitas suas coordenações sintáticas de acordo

¹²⁷ Vicente Becares Botas, tradutor espanhol da *Sintaxe* traduz essa palavra por “palavra”. Discordo dessa escolha, pois nos contextos seguintes (a começar imediatamente do parágrafo 2), ao se referir à palavra como unidade do sistema linguístico, Apolônio emprega a expressão “%λέξις”. “%φωνή” parece-me remeter, especialmente se tomada em conta a influência estóica, forçosamente à dimensão sonora ou material (e de forma alguma, segundo creio, a algum conceito antigo de “palavra fonológica”). Minha opção para esse termo, via de regra, é “expressão”. Neste contexto em especial, escolhi hiper-traduzir por entender que o plural “expressões” remete antes a “expressões idiomáticas” que o sentido especializado de *matéria linguística* ou *significante* de que preciso aqui. Evitei algo como “significantes”, simplesmente, pois me parece termo muito proximamente ligado com a linguística moderna. Também não me agradou simplesmente “formas”, porque prefiro reservar esse termo para o grego σχῆμα, que em Apolônio significa algo diferente, embora próximo, de φωνή.

¹²⁸ “Correlatividade” deve-se às razões que já tive ocasião de expor no capítulo 2 do comentário. Alternativas como “coerência” ou “congruência” são mais imediatamente acessíveis, mas aceito a opacidade nesse caso por dois motivos: 1) porque, como também já coloquei, essa formação nominal “καταλληλότης” é provavelmente inovação de apolônio; 2) porque o termo opaco chama atenção para as especificidades teóricas de que esse termo é carregado na *Sintaxe*.

¹²⁹ A tradução, orientada nesse caso para a preservação de alguma fluência na leitura, não deixa inteiramente transparente a presença no termo do prefixo “ἐπι”, que, quando conceitualmente carregado, parece remeter a operações em um nível superior envolvendo materialidades de nível inferior. Nesse trecho, acredito estar em jogo precisamente esse tipo de carga: a sílaba é resultado de que as letras, como materialidade inferior, sejam envolvida na operação de “encadeamento” no nível mais alto; no caso das orações, a necessidade de considerar uma hierarquização acima da palavra é ainda mais incontornável: a palavra não figura imediatamente na oração, mas entra nela por intermédio do concebível subsistente junto à palavra, o qual orienta a formação do nível da *parte da oração*, que é o conceito com que Apolônio lida quase exclusivamente na introdução da *Sintaxe*. O trecho também colabora para a compreensão de outras preposições conceitualmente carregadas: diz-se que as letras perfazem sílabas “de acordo com (%κατὰ) os encadeamentos”, mas que a “sintaxe” perfaz “sílabas” (possivelmente as “partes da oração”) “pelo (διὰ) encadeamento”. “κατὰ”, portanto, reforça-se como denotativo de caracterização de elementos inferiores por elementos superiores (listas de letras por regras de formação de sílabas, listas de palavras pela sintaxe, etc.).

¹³⁰ O termo grego “στοιχεῖον” refere-se às “letras”, unidade mínima da ortografia. Vejo aqui uma conexão metafísica: o elemento pressupõe ordem nos entes existentes, de modo que o fato de as letras serem chamadas elementos acarreta ser ordenada a matéria que elas compõem. Trata-se, além disso, da primeira instância do axioma da correção terminológica.

¹³¹ Escolhi “modela-se por” para “ἀναδέχομαι” pois acho que o ganho em ilustratividade compensa o quanto me afasto dos sentidos mais habituais desse verbo. A ideia de tomar o necessário como modelo soa para mim muito

com o necessário, perfaz a palavra (λέξις). E é claro, por consequência, que também as palavras, partes (μέρος) da oração completa de acordo com a sintaxe, modelam-se pelo que é correlativo na sintaxe: pois o concebível (νοητόν)¹³² subsistente (παρυφιστάμενον)¹³³ junto e a partir de cada palavra é como que elemento da oração, e como os elementos perfazem as sílabas de acordo com os encadeamentos, também a sintaxe dos concebíveis irá perfazer como que sílabas pelo encadeamento das palavras. Ainda, da mesma forma que das sílabas se forma a palavra, assim, da correlatividade dos concebíveis, a oração completa.

3. Tal comparação pode ser demonstrada a partir das acidências (παρεπόμενον)¹³⁴ em que a mesma letra adjuge-se (παραλαμβάνομαι)¹³⁵ duas vezes: “ἔλλαβεν” (*tomou, pegou*), “ἔννεπε” (*conta*); mas também uma sílaba: “Λέλεξ” (*Lélex*), “πάμπαν” (*inteiramente*); e da mesma forma a palavra:

“Μῶσ' ἄγε, Μῶσα λίγεια” (*Musa, anda, clara Musa*) (Álcman, Fr. 1)

“βαρὺς βαρὺς σύνοικος” (*pesado, pesado conviva*) (Sófocles, Fr. 686)

E o mesmo ocorre no nível da oração, quando o que já foi dito é repetido, seja por necessidade, seja em redundância.

4. Também há pleonasma de letra - não me refiro à mesma. Dizemos desta forma: há pleonasma de “δ” em “ὔδωρ” (*água*), implicado o verbo “ῥεῖν” (*chover*)¹³⁶; e de “α” em “ἀλαλητῶ” (*grito*)¹³⁷, o qual também funciona como adjunção¹³⁸ com pleonasma de sílaba, já que letras

apropriada para dar conta da relação entre uma instância e a construção explícita ideal a partir da qual é possível explicar essa instância.

¹³² “Concebível” orienta-se a possibilitar conceito para “ἔννοια”. Com isso busco evitar também uma platonização que vejo atrelada à opção mais comum entre os comentaristas de Apolônio, “inteligível” - por exemplo, em Blank (BLANK, 1982, p. 30).

¹³³ Opto por “subsistente” seguindo proposta de Atherton (ATHERTON, 1993, p. 489, nota 26). O maior desconforto em relação a uma alternativa como “existente” me parece justificado para enfatizar a forte carga metafísica que esse termo empresta ao *concebível*.

¹³⁴ Esse mesmo termo é utilizado em outros pontos por Apolônio para se referir às marcas morfológicas que indicam categorias gramaticais como pessoa, número, caso, tempo, etc. Ou, mais adequadamente, para se referir ao conteúdo semântico correspondente a essas categorias.

¹³⁵ “Adjuge-se” resulta em parte da consistência em traduzir o prefixo “παρα-” pelo prefixo “a-” ou “ad-”. Esse termo, “παραλαμβάνομαι”, denota, entre outras coisas, a *ocorrência* de uma palavra em uma oração, ou a de um item em uma ordenação do sistema. A opção “ocorrência”, contudo, aparta-se do sentido do termo grego, e perde o sentido construtivista - de construção da oração, ou de construção do sistema, por acréscimo de itens - que minha escolha tenta preservar.

¹³⁶ Segundo Apolônio, o delta é supérfluo na palavra, de modo que o nome derivado desse verbo poderia ser “ῥωρ”;

¹³⁷ Supostamente derivado de “λαλέω” (*conversar, falar*).

¹³⁸ *sc.*, adjunção de material fônico ou gráfico na palavra.

sozinhas dizem-se sílabas por catacrese¹³⁹. Nos seguintes casos, afirmamos haver pleonasma de sílaba: “θήρεσσι” (*às bestas*)¹⁴⁰, “κύνεσσι” (*aos cães*)¹⁴¹, “λελάχωσι” (*tenha obtido*)¹⁴², e muitos outros. E também há pleonasma de palavras: “ἔζομαι” (*sentto-me*) e “καθέζομαι” (*idem*)¹⁴³, “ἔπω” (*digo*) e “ἐνέπω” (*idem*), “ἀντίος” (*oposto*) e “ἐναντίος” (*idem*);

“οὐ σύ γ' ἔπειτα Τυδέος ἔκγονός ἐσσι” (*então não és filho de Tideu*)¹⁴⁴ (Íliada, canto 5, versos 812 e 813),

e sempre que falamos em conectivos expletivos¹⁴⁵. Por vezes, dizemos mesmo haver orações redundantes, que não contribuem para nada, tanto que muitas ateteses¹⁴⁶ foram feitas desse modo por Aristarco.

5. A modificação (πάθη)¹⁴⁷ oposta ocorre pela falta de uma letra: “γαῖα” (*terra*) e “αῖα” (*idem*); de “σκῆπτρον” (*cetno*), “σκηπτουῶχος βασιλεύς” (*rei que porta cetno*)¹⁴⁸; o mesmo em “φαίδιμος” (*brilhante ou famoso*)¹⁴⁹, de “φαιδρός” (*brilhante*). Podem-se apôr instâncias (παράθεσις)¹⁵⁰ dessa espécie quase infinitamente, tamanho seu número. Mas também por ausência de sílaba, quando de “θέλω” (*quero, desejo*), “λῶ” (*idem*); de “αἰγοπόλος” (*pastor de cabras*), “αἰπόλος” (*idem*). E ainda por ausência de palavra, quando

“ἀλλ' ὅμεις ἔρχεσθε” (*mas, quanto a vós, ide embora*) (Íliada, canto 9, verso 649)

¹³⁹ Apolônio fala em catacrese pois tem em vista a origem do termo “συλλαβή”, derivado de “συν-” (*junto*) mais “λαμβάνω” (*tomar, pegar*), o que pressuporia estritamente mais de um elemento.

¹⁴⁰ Dativo plural de “θήρ” (*besta*). O excesso de sílabas adviria da coexistência da forma “θήρσι”, atestada em Homero, de mesmo sentido.

¹⁴¹ Dativo plural de “κύων” (*cão*). Nesse caso, a sílaba em excesso é “-νεσ-”, dada a existência da forma alternativa de dativo plural “κυσί”, atestada em Homero.

¹⁴² Forma poética de aoristo subjuntivo da voz ativa com redobro. A sílaba supérflua nesse caso é o redobro “λε-”.

¹⁴³ Neste caso e nos dois seguintes, Apolônio fala em excesso por julgar que a preposição não acrescenta nada ao sentido do verbo, e em excesso **de palavras** por entender que a preposição não perde seu estatuto de palavra ao entrar em um composto com um verbo.

¹⁴⁴ A palavra em pleonasma é “ἔπειτα”, que, segundo Apolônio, nada acrescenta ao sentido da passagem.

¹⁴⁵ Refere-se às partículas gregas, como “δε” ou “γε”. Aqui são postos como palavras em pleonasma, mas no parágrafo 20 sugere-se que eles desempenham funções sintáticas isoláveis.

¹⁴⁶ Rejeição de palavras ou trechos de um texto como espúrios ou inválidos.

¹⁴⁷ Cabe ressaltar a relação do termo com a doutrina antiga da patologia, voltada a investigar corrupções (especialmente ortográficas) incidentes sobre a origem etimológica das palavras. Essa relação, no entanto, não me parece obrigar a escolhas como “patologia” ou “afecção”, que acredito atrapalharem a fluência do texto. Com “modificação” acompanho Blank, que é também boa fonte para o uso da doutrina da patologia por Apolônio Díscolo (BLANK, 1982, pp. 41 a 49).

¹⁴⁸ A letra faltante no segundo caso é o “ρ”, visto tratar-se “σκηπτουῶχος” da composição de “σκῆπτρον” com “ἔχω”.

¹⁴⁹ A falta, novamente, é do “ρ”, perdido na composição de “φαιδρός” com o sufixo “-ιμος”.

¹⁵⁰ Traduzo o substantivo “%παράθεσις” pela perífrase “podem-se apôr instâncias”, respeitando o sentido de παράθεσις que figura neste e em alguns outros contextos, de “exemplo” ou “instância” aduzida ou, em respeito à formação do termo, “aposta”.

pressupõe a preposição “ἀπό”¹⁵¹. E

“πικρὰς ὠδῖνας ἔχουσαι” (*tendo dores amargas*) (*Ilíada*, canto 11, verso 271):

pois a completude da oração prescinde da preposição “παρά”¹⁵². E

“ἄρνειὸν δ' ἔμοι οἶω” (*o carneiro somente a mim*) (*Odisseia*, canto 9, verso 550)

carece do artigo: a oração, ao exigir a anáfora de “ἄρνειός”¹⁵³, revela a elipse.

6. O assunto de que trataremos se ocupará, quase integralmente, de analisar todos os fatos desse tipo. Pois de que modo Zenódoto¹⁵⁴ teria tentado explicar o “ἄλλοι” (*os outros*) pela sinalefa¹⁵⁵ do artigo, senão partindo da sintaxe de acordo com o necessário¹⁵⁶? E por que Aristarco¹⁵⁷ negava haver pleonasma do artigo, mas o removia por o Poeta¹⁵⁸ habitualmente omiti-lo? Tendo aí, então, uma lição para a grafia articular, caso a oração pedisse o artigo, prontamente remetia ao costume (τὸ σύνηθεξ) do Poeta, preferindo ler o conectivo “δαί” ao artigo “αἱ” em “πῶς δαὶ τῶν ἄλλων Τρώων”¹⁵⁹ (*Ilíada*, canto 10, verso 408).

Isso tudo será demonstrado no lugar oportuno.

7. É manifesto que tampouco os seguintes tipos de casos são apócopes¹⁶⁰, como sustentaram alguns:

“ἄλλ' ἄνα, εἰ μέμονάξ γε” (*mas sobe, se tens em mente*)¹⁶¹ (*Ilíada*, canto 9, verso 247)

“πάρα δ' ἀνὴρ, ὃς καταθήσει” (*está perto um homem que colocará*)¹⁶² (*Odisseia*, canto 16, verso 45)

¹⁵¹ Na passagem, o verbo “ἔρχεσθε” (*ir*), para Apolônio, estaria funcionando com o sentido mais específico de “ἀπέρχομαι” (*ir embora*), composto com prefixação da preposição “ἀπό”.

¹⁵² Novamente, Apolônio lê o verbo da passagem, “ἔχουσαι” (*ter*)- na verdade uma forma de particípio - no sentido mais específico de “παρέχουσαι” (*ter consigo*), composto com a preposição “παρά”.

¹⁵³ No original, falta o artigo τὸν; o contexto seria responsável por revelar que a forma da oração, sem artigo, não condiria inteiramente com seu sentido anafórico. A anáfora, para Apolônio, é a função semântica que define os artigos.

¹⁵⁴ Zenódoto (c. 325 - 234 a.C.), um dos primeiros diretores da biblioteca de Alexandria.

¹⁵⁵ Reunião de duas sílabas (ou, nesse caso, duas palavras) em uma só.

¹⁵⁶ No grego está literalmente “sintaxe necessária”. Faço aqui a mesma manobra que reitero no parágrafo 8, e que justifiquei no capítulo 3 do comentário, a qual permite equacionar “necessário” com “de acordo com o necessário”.

¹⁵⁷ Aristarco da Samotrácia (c. 217/5 - 145/3 a.C.), gramático e crítico literário alexandrino.

¹⁵⁸ *i. e.*, Homero.

¹⁵⁹ O verso inteiro diz “πῶς δαὶ τῶν ἄλλων Τρώων φυλακαὶ τε καὶ εὐναί;”, e como [*estão dispostas*] *sentinelas e camas dos demais troianos?*. δαί, segundo Apolônio, foi lido por Aristarco como partícula (“conectivo”, na terminologia da *Sintaxe*) que reforça a interrogação.

¹⁶⁰ Supressão de letra ou sílaba no final da palavra.

¹⁶¹ *mas sobe, se tens em mente [...]*; esta frase e a seguinte são usadas para ilustrar a modificação da elipse de uma forma verbal; aqui foi suprimida a forma do verbo *ir*, visto que ἄνα, sozinho, significa apenas *para cima*, e não *subir*.

¹⁶² Novamente trata-se da ilustração da elipse da forma verbal; a supressão aqui é do verbo *estar*, visto que πάρα, sozinho, é preposição de significado *perto* ou *junto*.

e sim modificações da oração pela elipse de um verbo: pois como haveria apócope de uma palavra inteira? Disso inclusive dá testemunho o nome da modificação¹⁶³, visto que toda apócope sugere que esteja sendo suprimida alguma parte do inteiro.

8. Não considero implausível estabelecer o seguinte: quando nas palavras há um erro de grafia, acede¹⁶⁴ claramente perceber o erro pela audição, ou, sendo isso impossível, corrigi-las pelo exame racional¹⁶⁵, ao qual damos o nome de doutrina da ortografia. Algo assim considero aceder às orações. Com efeito, quando os fatos das palavras conectam-se¹⁶⁶ (ἐπισυνάπτω) em desconformidade com o necessário, a isso chamamos solecismo, por estarem os elementos da oração incorrelativamente unidos (συνέρχουμι). Portanto, dado que é possível conhecer a correção da grafia, é possível conhecer a correção da sintaxe da oração.

9. Dizemos haver letras protáticas (προτακτικός)¹⁶⁷ tanto entre as consoantes quanto entre as vogais. Mas igualmente entre as sílabas, por exemplo quando é possível encontrar a sílaba protática formada por “η” e “υ”¹⁶⁸, e todas as em vogais aspiradas¹⁶⁹, de acordo com o uso comum; entre as hipotáticas (ὑποτακτικός), as formadas por “γμ” “κμ”, ou “χμ”; e ainda as que aparecem no final das partes da oração, com as em “λς”, “ρς”, “νς” e muitas outras. Com as palavras dá-se o mesmo¹⁷⁰: podemos nomear as preposições, os artigos protáticos e hipotáticos e mesmo os advérbios, os quais recebem a denominação mais pela sintaxe que pelo que é

¹⁶³ A palavra grega, “ἀποκοπή”, provém do verbo “ἀποκόπτω”, de sentido *tirar* ou *amputar*.

¹⁶⁴ Aqui no original está “παρεπόμενόν ἐστίν”. Traduzo como “acede” para preservar a ligação com a escolha de “acidência” para “παρεπόμενόν” nos contextos em que este termo refere-se às categorias gramaticais

¹⁶⁵ κατὰ τὸν ἐπιλογισμὸν ἐξέτασις; novamente a terminologia é emprestada da lógica.

¹⁶⁶ Uma tradução mais literal, mas também mais opaca, poderia ser “sobrecondicionam-se”, por motivos que já expus quando comentei detidamente este parágrafo 8.

¹⁶⁷ “Protática” é a sílaba (ou letra) que somente pode figurar no início da palavra; “subordinativa” é a que não pode figurar no início da palavra. Não contemplei no comentário os termos derivados de “τάξις” - exceto, é claro, por σύνταξις. Para eles, pelo menos por enquanto, escolhi ficar próximo do termo grego, também porque em geral se trata de termos que sobreviveram próximos do original na terminologia gramatical. Assim, rejeito alternativas como “pré-ordenativas” e “subordinativas”. Sobre esse segundo, é preciso dizer que é apenas accidental que o que se chamaria “artigo subordinativo” seja de fato um pronome relativo que em modelos posteriores introduz uma *subordinação*: não há entre os gramáticos alexandrinos um isolamento da subordinação como processo de formação de período composto. Ao que tudo indica, os casos em que hoje identificamos orações encaixadas eram então tratados como modificações incidentes sobre orações unidas por conectivos (cf. SLUITER, 1990, pp. 137 e 138).

¹⁶⁸ Apolônio provavelmente se refere ao ditongo “ηυ”, que, como ditongo, figura apenas no início de palavras, resultante de um processo morfofonológico. O encontro das duas letras ocorre no meio de palavras, mas como hiato.

¹⁶⁹ Provável referência à fricativa glotal *h*, que aparece somente no início de palavras.

¹⁷⁰ Isso é, terem restrições quanto à sua posição.

expresso (δηλουμένου)¹⁷¹. E algo assim também é possível encontrar na oração, por exemplo quando as condições antepostas à conclusão são verdadeiras, somente na medida em que aparecem na primeira posição da oração. Se alguém demonstrar que “εἰ περιπατεῖ Διονύσιος, κινεῖται” (*Se Dionísio caminha, move-se*), não será o caso que “εἰ Διονύσιος κινεῖται, περιπατεῖ” (*Se Dionísio move-se, caminha*). Invertida a oração, o todo não será verdadeiro.

10. Há casos em que letras dividem-se em duas, à maneira de sílabas: “ἦδε” (*agradou*) “ἔαδε” (*idem*). Porém duas podem também unir-se em uma: “βέλεα” (*projéteis*) em “βέλη” (*idem*). Da mesma forma a sílaba parte-se em duas (refiro-me à sílaba propriamente dita): “κοῦλον” (*oco, vazio*), “κόϊλον” (*idem*)¹⁷². Mas duas sílabas juntam-se em uma, por exemplo quando ao lado de “γήραϊ” (*à velhice ou na velhice*), trissilábico, dizemos “γήρα” (*idem*), dissilábico; ao lado de “Αἴδης” (*Hades*), “Αἰδης” (*idem*). E também palavras, como “ἀκρόπολις” (*acrópole*), “πόλις ἄκρη” (*cidade alta*)¹⁷³; “καλλίχορος” (Odisseia, canto 11, verso 581) e “χορῶ καλή”¹⁷⁴ (*Ilíada*, canto 16, verso 180); e ainda “σύαγρον” (*porco selvagem*) e “σὺν ἄγριον” (*idem*) (*Ilíada*, canto 9, verso 539). Mas também se juntam palavras separadas, de modo que prontamente lemos “πασιμέλουσα” (*que a todos interessa*) (*Odisséia*, canto 12, verso 70) e “κηρεσσιφορήτους” (*trazidos pelas Queres*) (*Ilíada*, canto 8, verso 527) como uma única parte da oração¹⁷⁵. E nas orações há casos em que os conectivos que as acompanham unem duas ou mais delas, como nas sindéticas¹⁷⁶ condicionais, causais ou ainda conjuntivas; ou, estando ausentes, provocam dissolução, como se dá em:

“ἦομεν, ὡς ἐκέλευες, ἀνὰ δρυμά, φαίδιμ' Ὀδυσσεῦ· εὔρομεν ἐν βήσσησι τετυγμένα δώματα καλά” (*fomos, como ordenaste, pela floresta, glorioso Odisseu; encontramos no vale um belo palácio bem construído*) (Odisseia, canto 10, versos 251 e 252)

pois seria necessário acrescentar “καὶ εὔρομεν ἐν βήσσησι” (*e encontramos no vale*).

¹⁷¹ O advérbio denomina-se “ἐπίρημα”. Caso fosse seguida rigorosamente a tradução dos termos incluídos no composto, a tradução ficaria “sobre-verbo”. “Sobre” (“ἐπί”) é a preposição que denota a relação sintática estabelecida entre nomes e adjetivos, por exemplo.

¹⁷² No primeiro caso trata-se de um ditongo, no segundo, de um hiato.

¹⁷³ Apolônio decompõe o composto *acrópole* em seus dois componentes, πόλις (*cidade*) e ἄκρη (*alta*).

¹⁷⁴ Embora, dado o sentido geral da passagem, Apolônio aparentemente atribua o mesmo sentido a καλλίχορος e χορῶ καλή, observados os contextos Homéricos registrados na edição de Uhlig, o mais usual é que se considere que no primeiro caso (καλλίχορος) ocorre uma alteração na quantidade da vogal, sendo καλλίχορος, *de belos lugares*, a forma original. χορῶ καλή, aí sim, significa algo como *bela na dança*.

¹⁷⁵ Nas duas formas citadas, ocorre união de palavras pertencentes a classes distintas na classificação de Apolônio para formar um composto pertencente a uma única classe, o que daria mostras de se tratar de uma única palavra (e não de duas, como se dá no caso da composição de preposição e verbo, registrado no parágrafo 4, nota 15).

¹⁷⁶ *i. e.*, unidas por conectivo.

11. Letras são trocadas de lugar, por exemplo em “κραδία” (*coração*) e “καρδία” (*idem*); a partir de “σκέπω” (*cobrir, proteger*), tanto “σκέπος” (*proteção*) quanto “πέσκος” (*couro, pele*) (Nicandro de Cóloufon, *Theriaca*, verso 549). E também sílabas, em “ἐξαπίνης” (*de repente*) e “ἐξαίφνης” (*idem*); “ὄρωρεν” (*incitou estimulou*) (*Odisseia*, canto 4, verso 712) e “ὄρορεν” (*idem*) (*Odisseia*, canto 23, verso 222). O mesmo com palavras: “οἰνοφόρος” (*que produz vinho*) e “φερέοιτος” (*idem*) ambos dizem-se da terra; “ἀνδρόγυνοι” (*de sexo indefinido*) e “γύνανδροι” (*idem*) (Sófocles, fragmento 878 N). Mas igualmente orações:

“τὰς μὲν ἄρα θρέψασα τεκοῦσά τε” (*que as nutriram e geraram*)¹⁷⁷ (*Odisseia*, canto 12, verso 134)

“αὐτὰρ ὃ <γ’> εἶσω ἔεν καὶ ὑπέρβη λάϊνον οὐδόν” (*ele imediatamente entrou e transpôs a entrada de pedra*) (*Odisseia*, canto 16, verso 41).

12. Ainda, assim como, entre as letras, umas são vogais, que produzem som por si próprias, outras consoantes, que não podem produzir som pronunciável sem as vogais, o mesmo ocorre com as palavras. Pois algumas delas podem ser enunciadas por si mesmas, quase à maneira de vogais, como se pode observar entre os verbos, nomes, pronomes e advérbios - estes últimos quando são referidos a atividades em curso, por exemplo, quando exclamamos “κάλλιστα” (*muito bem*) a quem faz algo como deve ser feito, ou “ὕγιῶς” (*idem*) ou “καλῶς” (*idem*). Outras palavras, como consoantes, precisam das vogais, isto é, das antes mencionadas partes da oração, não podendo ser enunciadas sozinhas. É o que ocorre entre as preposições, os artigos e os conectivos: essas partes, de fato, sempre significam conjuntamente (συσσημαίνω) com outras. É assim se dizemos no genitivo “δι’ Ἀπολλωνίου” (*por meio de Apolônio*), como querendo dizer que Apolônio está ciente, mas no acusativo “δι’ Ἀπολλώνιον” (*por causa de Apolônio*), como querendo dizer que ele é o culpado¹⁷⁸. Os conectivos, por sua vez, exibem suas funções

¹⁷⁷ Neste caso, como no seguinte, Apolônio fala em inversão em razão de a ação temporalmente posterior aparecer antes da anterior na ordenação.

¹⁷⁸ O argumento é a partir de uma mesma preposição, “%διά”, que adquire distintos significados segundo o caso, genitivo ou acusativo, que rege. Vale em Apolônio o princípio de que o caso possui significado independente, e a preposição é que ajusta seu sentido de acordo com o que se segue a ela.

(δύναμις)¹⁷⁹ próprias relativamente às sequências (ἀκολουθία) ou às ordenações (τάξις)¹⁸⁰ das orações. Compreende-se, por exemplo, conjuntivo o “ἦτοι” em

“ἦτοι ὃ γ' ὡς εἰπὼν κατ' ἄρ' ἔξετο” (*e, tendo dito isso, sentou-se*) (Ilíada, canto 1, verso 68).

Pois é tomado na mesma função de “μέν”, motivo por que, de acordo com a concatenação (συμπλοκή) regular (ἐξῆς)¹⁸¹, por força acrescentou-se o “δέ”¹⁸² em

“τοῖσι δ' ἀνέστη” (*e dentre eles levantou-se*) (Ilíada, canto 1, verso 69).

Em outros casos é disjuntivo, por exemplo em “ἦτοι νέος ἐστὶν ἢ παλαιός” (*ou é jovem, ou velho*). O mesmo se dá com os artigos: acompanhados dos nomes, revela-se sua função própria; não ocorrendo isso, transformam-se (μεθίστημι) nos chamados pronomes¹⁸³, como será exposto no lugar oportuno, onde também mostraremos a causa (αἴτιον) de o mesmo ocorrer igualmente com outras partes da oração, como, por exemplo, muitas vezes nomes são compreendidos adverbialmente.

13. Igualmente, a ordenação das letras, adjungida em uma razão que dá um porquê para que o “α” venha em primeiro lugar, logo depois o “β”, exigirá uma ordenação racional das partes da oração, pela qual em primeiro lugar virá o nome, depois dele o verbo, e as demais partes; como ainda entre os casos põem-se o chamado caso reto, o genitivo, e os restantes; nas divisões temporais dos verbos, primeiramente o presente, em seguida o imperfeito, depois os demais tempos; nos gêneros, o masculino, depois do qual vem o feminino, e em terceiro o negativo de ambos, o neutro. Assim ocorre em muitos outros casos, a respeito dos quais faremos prova (συναγωγή) separadamente. Impõe-se, pelas razões expostas, caracterizar (ἀντιπαραβάλλεσθαι) a ordenação das partes da oração. Talvez alguns, embrenhando-se sem experiência nesses

¹⁷⁹ Preferi “função” a “força” e a “significado”. “Força” soa demasiadamente afastado da ideia de acidência gramatical que acredito estar envolvida no uso de “%δύνᾱμις” por Apolônio, embora fosse a opção que melhor contemplaria a ligação do racionalismo gramatical com o racionalismo na medicina. “Significado” entendo, de um lado, demasiadamente fraco, porque a “%δύνᾱμις” aparece em Apolônio via de regra como significado dentro de um sistema, como o que uma parte faz relativamente ao que as outras não fazem (o que se aproxima do uso de “%δύνᾱμις” na teoria musical de Cleônides e Aristoxeno, por exemplo); de outro, preferi em geral evitar o uso de “significado” no texto para manter consistente a posição de um tratado de gramática no sistema estóico, posição que, conforme já afirmei, entendo respeitada por Apolônio. O “significado” seria antes ocupação de quem estudasse a lógica; os “inteligíveis” (“%νοητά”) de que se trata no *Da Sintaxe* não são todo o significado, ou geralmente não o são, mas sim, mais estritamente, os acidentes gramaticais.

¹⁸⁰ A justificativa de “ordenação” para τάξις é objeto central do capítulo 2 do comentário.

¹⁸¹ Escolho “regular” para ἐξῆς, mas volto a destacar ao mesmo tempo a proximidade que na teoria gramatical antiga se estabelecia entre τὸ ἐξῆς e τὸ δέον, este segundo traduzido como “o necessário”. Ambos expressavam uma ordem ou uma estrutura oracional perfeita, completamente racional e que traduzia diretamente o significado.

¹⁸² %μέν e %δέ frequentemente aparecem juntas, uma em cada uma de duas orações coordenadas, com sentido aditivo; a construção pode ser traduzida por algo como *por um lado ..., por outro ...*

¹⁸³ Refere-se aos pronomes relativos, que no sistema da *Sintaxe* são chamados artigos hipotáticos. Note-se que este parágrafo diz respeito à função das partes (o artigo hipotático desempenha função pronominal, embora continue a ser artigo).

assuntos, confortem-se com sua própria inexperiência, dizendo não ser necessário ocupar-se de tais pesquisas e assumindo que essas coisas explicam-se pelo acaso. Mas a esses ocorrerá que, em geral, nada esteja adjunto em uma ordenação, nem seja tido por errado relativamente a uma ordenação, o que é inteiramente tolo. Pois, se concedes haver ordenação em algumas coisas, é forçoso conceder havê-la em todas¹⁸⁴.

14. A ordenação das partes da oração é imitação (μίμημα) da oração completa, colocando (θεματίσασα)¹⁸⁵ muito estritamente em primeiro lugar o nome, depois o verbo, pois nenhuma oração é conclusa (συγκλείεται) sem eles¹⁸⁶. Isso, em todo caso, pode ser fundamentado com uma coordenação sintática que contenha todas as partes, a qual, caso sejam retirados o nome ou o verbo, não será conclusa como oração¹⁸⁷; mas, se forem retiradas as demais partes da oração, de modo algum se desfará. É assim “ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν” (*o mesmo homem tendo resvalado hoje caiu*)¹⁸⁸: estão contidas todas as partes, exceto o conectivo, pois, se acrescentado, demandará outra oração. Retire-se o nome ou o verbo, e não mais haverá oração, pois “αὐτὸς ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν” (**mesmo tendo resvalado hoje caiu*)¹⁸⁹ ou “ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον” (**o mesmo homem tendo resvalado hoje*) carecem seja do nome, seja do verbo. Por outro lado, caso se tirasse o advérbio, a oração não estaria de todo perdida: “ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας κατέπεσεν” (*o mesmo homem tendo resvalado caiu*). E se ainda fosse tirado o particípio, tampouco assim se perderia a oração: “ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος κατέπεσεν” (*o mesmo homem caiu*). Nem se retirássemos a preposição: “ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ἔπεσεν” (*o mesmo homem caiu*); ou o pronome, pois ainda ficaria “ὁ ἄνθρωπος ἔπεσεν” (*o homem caiu*). Mas nem mesmo retirando-se o artigo, visto que “ἄνθρωπος ἔπεσεν”

¹⁸⁴ Argumento por *modus tollens*: se há ordem em alguma parte da gramática, há ordem em todas (o que pode ser remetido às fortes ligações de isomorfismo que descrevi no capítulo 3 do comentário); logo, se não há ordem em todas as partes da gramática, não há ordem em nenhuma.

¹⁸⁵ Primeira aparição de um dos termos do sistema de “θέσις”, que é explicado no capítulo 2 do comentário.

¹⁸⁶ Leia-se, em primeiro e segundo lugares no sentido de as demais partes deles dependerem, não necessariamente quanto à posição em uma oração, sentido que é desde já contraditado pela frase trazida como exemplo.

¹⁸⁷ τὰ τοῦ λόγου οὐ συγκλείεται. Para que essa parte não se torne inconsistente em face do parágrafo 12, é preciso sempre fazer a ressalva do suprimento de palavras pelo contexto; a tese é que se nome e verbo, interdependentes um do outro, não estiverem presentes na oração nem o contexto os puder indicar, a oração não estará completa.

¹⁸⁸ A frase, como resulta do próprio texto, conteria uma instância de cada uma das partes da oração discriminadas por Apolônio: “%ὁ” é artigo; “%αὐτὸς” é pronome; “%ἄνθρωπος”, nome (classe que engloba tanto substantivos quanto adjetivos); “%ὀλισθήσας”, particípio; “%σήμερον”, advérbio; “%κατέπεσεν” um composto em que entram a preposição “%κατά” e o verbo “%έπεσεν”. A tradução preserva a ordem das palavras.

¹⁸⁹ Para que se perceba a inadequação que Apolônio identifica, é preciso forçar a leitura de “mesmo” na tradução como pronome. Mais próxima em termos de aceitabilidade seria uma frase em português como “*o tendo resvalado hoje caiu”

(*um homem caiu*; literalmente, *homem caiu*) de modo algum exige anáfora, mas encarrega-se da primeira menção (ἀφήγησις) do homem.

15. Não digo, porém, que a completude não possa tomar consistência (συνίστημι) a partir dos pronomes, por exemplo, quando dizemos “ἐγὼ περιπατῶ” (*eu caminho*) ou “σὺ περιπατεῖς”¹⁹⁰ (*tu caminhas*). Com efeito, nestes casos a completude se sustenta, quando o pronome adjunge-se em substituição (ἀντί) ao nome ε, pela função das partes, chega-se à mesma sintaxe¹⁹¹. Em que casos o pronome ocorre em substituição será investigado no momento adequado¹⁹², bem como quais verbos constroem-se com o nominativo, e quais deles exigem casos oblíquos.

16. É igualmente forçoso¹⁹³ que ao verbo anteponha-se (πρόκειμαι)¹⁹⁴ o nome, visto que dispor (διατίθημι)¹⁹⁵ e ser disposto são propriamente corpóreos (σώματος ἴδιον)¹⁹⁶, e sobre os corpos

¹⁹⁰ O pronome pessoal reto tem no grego denotação enfática ou opositiva, podendo em muitos casos ser traduzido como *sou eu que, és tu que*, etc.

¹⁹¹ *i. e.*, a função do pronome, nesse tipo de oração, é substituir o nome, resultando em uma sintaxe funcionalmente idêntica àquela trazida como paradigmática (ou “temática”), a saber, *nome + verbo*.

¹⁹² No segundo livro da obra, dedicado à sintaxe dos pronomes.

¹⁹³ *i. e.*, tão forçoso quanto verbo e nome estarem à frente das demais partes da oração, como exposto no parágrafo 14.

¹⁹⁴ Leio “κεῖμαι” e derivados como voz passiva de “τίθημι”, e situo suas traduções, portanto, na série de “θέσις”, “colocação”.

¹⁹⁵ A disposição (“διάθεσις”) é um elemento chave para a semântica dos verbos na teoria de Apolônio. Não se atém, como costuma acontecer com o moderno “diátese”, à voz verbal, mas engloba também aspectos de *transitividade* e mesmo circunstâncias como o *tempo* (cf. SLUITER, 1990, p. 87, nota 172). Com a já familiar crença na propriedade do emprego terminológico pelo autor, pode-se proveitosamente enxergar nela reflexo da ideia de que diversas colocações ou posições nominais ligam-se umas às outras através (διά) do verbo.

¹⁹⁶ Escolho “propriamente corpóreos” embora “próprios dos corpos” fosse mais próximo do texto grego. De fato, se entendermos propriedade como aquilo que define uma coisa e somente ela teremos que a presença do que é próprio do corpo define ele e somente ele. Em outras palavras, o “próprio do corpo” implica o corpo, como acredito que seja necessário aqui. Porém, parece-me haver um problema se “próprio do corpo” for lido de maneira mais relaxada ou não-técnica; nesse uso corrente, acredito que alguém poderia dizer “consertar canos é próprio do encanador”, muito embora haja quem conserte canos sem por isso ser encanador. Em outras passagens já dei o passo de esperar leitura técnica do leitor, mas aqui preferi não fazê-lo para não criar a possibilidade de uma interpretação que não dê conta de formar o argumento que considero estar aí colocado. Por isso, opto por “propriamente corpóreos”, com algum distanciamento do texto original, mas evitando - segundo penso - que não fique imediatamente claro que dispor e ser disposto (ou agir e sofrer ação) implicam corporeidade, ao mesmo tempo em que são implicados por ela.

A definição “dinâmica” de corpo é própria da metafísica Estóica (*vide* BRUNSCHWIG, 2003, p. 210). Com base nisso, suponho que, trazendo um ponto tão forte da teoria Estóica, Apolônio não fugiria dela na mesma frase ao trazer a significação de corpos como característica distintiva dos nomes. Se, como penso, o gramático calca sua “ontologia linguística” na metafísica da escola de Crisipo, há apenas dois sentidos possíveis: ou todas as partes do discurso são referidas a corpos (no sentido de que os referentes de seus significados são corpos), ou nenhuma parte do discurso é referida a corpos (no sentido de que o próprio significado, o *lekton* da teoria estóica dos signos, é um dos incorpóreos admitidos); não há, em síntese, possibilidade de que a corporeidade do significado seja trazida como elemento de especificação. Por isso, adoto a tradução que adotei, segundo a qual Apolônio antepõe os nomes não por estes significarem essencialmente corpos, embora o façam tanto quanto outras partes da oração, mas por os corpos serem essencialmente significáveis por meio de nomes (isto é, a todo corpo, inclusive aos que caracterizam os verbos, aplica-se um nome, mas nem toda parte da oração aplicável a um corpo

recai a colocação dos nomes, inclusive sobre aqueles a partir dos quais se estabelece a particularidade do verbo, refiro-me à atividade e à passividade¹⁹⁷.

17. De fato, o caso reto subsiste¹⁹⁸ nos próprios verbos, definido (ὀρίζομενον) na primeira e na segunda pessoa; na terceira, porém, indefinido, em vista de ser a terceira pessoa infinita (ἄπειρα)¹⁹⁹, a não ser que se trate de uma ação particular, como “ἀστράπτει” (*relampeja*) e “βροντᾷ” (*troveja*)²⁰⁰.

18. Portanto, a colocação do nome prevaleceu também no sentido de todas as partes da oração chamarem-se “ὀνόματα” (*nomes*)²⁰¹, dado ele subsistir anteriormente às demais partes²⁰². Ainda que alguém declarasse conversamente que foi a partir da denominação comum das palavras que o nome tomou sob si a denominação em geral, mesmo por isso seria o primeiro, incumbindo-lhe entre as palavras a primeira colocação. Tal se justifica pelo mesmo argumento com o qual demonstramos que, por causa da invenção das letras, todas as letras poderiam, a partir de “ἀλφεῖν” (*descobrir*), valer-se de um único nome, o da “α” (*alfa*), que adotaria a denominação geral pela primeira colocação que nela ocorre, concorrendo também o som por ela produzido: de fato, o início de “ἀλφεῖν” condiz com a pronúncia de “α”. Às demais letras restaram seus próprios desenvolvimentos²⁰³.

é um nome). Os nomes, significando também os corpos que constituem a %ιδιότης dos verbos, isto é, a atividade e a passividade, precisam ser anteriores aos verbos. Ainda, considero incabível a sugestão de Buttmann (1877) de que, desde Prisciano (!) ter-se-ia perpetuado erro na passagem, sendo a leitura correta %όρημα (*verbo*) em lugar de %σώμα (*corpo*).

¹⁹⁷ Outra forma de colocar o argumento deste parágrafo é a seguinte: o nome precisa ser anterior ao verbo, pois é pelos nomes que ocorre o “ingresso” dos corpos na linguagem, inclusive dos corpos que caracterizam os verbos, a saber, ação e paixão. Opto aqui por “atividade” e “passividade” em lugar de algo como “agir” e “submeter-se a ação”, pois, no sistema de Apolônio, infinitivos são eles próprios incluídos entre os verbos, não sendo dado destaque às suas propriedades nominais, e, conforme discutido, entendo que o efeito da passagem depende de expor a essência do verbo como nominalmente expressável.

¹⁹⁸ Apesar de “subsiste” criar alguma estranheza neste contexto, mantenho-o por estar no trecho o termo “παρυφίστημι”, que tem carga metafísica importante, como já referi nas notas ao parágrafo 2.

¹⁹⁹ *i. e.*, infinita em suas referências. A primeira e a segunda pessoa significam a substância diretamente, a terceira apenas por intermédio de qualidades.

²⁰⁰ Os dois verbos, ambos na terceira pessoa do singular, presumivelmente são atribuídos a Zeus.

²⁰¹ De maneira semelhante ao “*verbum*” do latim (tão semelhante que Prisciano utiliza “*verbum*” em sua tradução, no lugar de “*nomen*”), “%όνομα” em grego, fora da especificação técnica do sentido, pode significar simplesmente *palavra*. É nesse sentido que aparece, por exemplo, no diálogo *Crátilo*, de Platão (399b), onde é oposto a “%όρημα” como *expressão* ou *frase*.

²⁰² Recupera o argumento do parágrafo 16

²⁰³ O parágrafo merece explicação detida, pois traz um argumento que tanto é sofisticado quanto engloba metodologia e conclusões que nos soam estranhas. Em primeiro lugar, trata-se novamente de uma aproximação com a Ortografia, do tipo que teria motivado a organização e o método da *Sintaxe* (ver BLANK, 1982, p. 9). Parte-se de uma proposição a respeito de ‘nome’: ‘o termo “nome”, por denotar um conceito que subsiste anteriormente a todas as demais palavras seria aplicado também para denotar essas palavras, qualquer que seja a classe a que pertençam’; assume-se, em seguida, outra proposição que resulta aproximadamente no inverso da primeira: ‘visto

19. Não considero irrazoável relativamente ao dito que alguém conclua: por que, após a colocação do nome, não veio (ὑποτάσσω)²⁰⁴ a parte que se adjunge substituindo-o - quero dizer o pronome - já que, estando pelo nome, completa a oração juntamente com o verbo? Quanto a isso, poderia ser trazida a seguinte prova clara: os pronomes foram concebidos (ἐπινοέω) pressupondo a concordância (σύννοδος) do verbo. Com efeito, os nomes são terceiras pessoas por exclusão: as colocações deles não se referem à pessoa que fala - o que é próprio da primeira pessoa. Pois, realmente, as crianças não dão nomes a si próprias. Mas tampouco realizamos a nomeação nos dirigindo a elas, o que é próprio da segunda pessoa. Os verbos, no entanto, constroem-se nas três pessoas, e devido a isso concebeu-se o pronome nas pessoas assim ditas definidas, satisfazendo (ἀνταναπληρώω) tanto a colocação do nome quanto a ordenação do verbo, como nos seguintes casos “ἐγὼ γράφω” (*eu escrevo*) e “σὺ γράφεις” (*tu escreves*). Ainda, é por conta disso que não se restringe dizer na terceira pessoa “Ἀρίσταρχος ἀναγινώσκει” (*Aristarco lê*), concordando (σύνειμι) as duas pessoas. Não proponho com isso que os pronomes de terceira pessoa sejam redundantes (περιττός), diante da capacidade dos nomes de adjungir-se na mesma pessoa. O motivo pelo qual os pronomes também ocorrem (καταγίγνομαι) na terceira pessoa será dado no momento adequado. E, se tudo isso é verdade, é evidente que a ordenação dos verbos subsiste anteriormente aos pronomes que foram concebidos por causa dela²⁰⁵.

que todas as palavras podem ser denotadas pelo termo “nome”, aquilo que subsiste comumente em todas elas - isto é, que, no sistema, subsiste anteriormente - passou a ser designado pelo termo comum, passando a se chamar “nome”. De ambas resulta verdadeiro que: ‘o nome subsiste anteriormente às demais palavras’, de modo que isso se sustenta qualquer que seja o sentido da construção do sistema (da realidade da subsistência comum para a estruturação da terminologia, ou desta para a realidade). A prova é complexa por se situar em nível metateórico, no nível da constituição dos termos e conceitos da Sintaxe, como explicitam as aspas, evidentemente introduzidas por mim e anacrônicas se aplicadas ao próprio texto de Apolônio. Mas o autor não se contenta com desenvolver essa prova: reiterando o tom de maior força epistemológica da Ortografia em relação à Sintaxe, sustenta a validade de sua prova remetendo-a a uma semelhante que valeria no âmbito da ciência das letras: ‘se a realidade precede a terminologia, *alfa* vale como denominação comum pois todas as letras foram inventadas ou descobertas (“%ἄλφεϊν”); se, pelo contrário, é a terminologia que é anterior à realidade, então *alfa* é o primeiro item da série porque condiz em pronúncia com o início do termo “%ἄλφεϊν”, que é comumente aplicável a todas as letras’.

²⁰⁴ Novamente trata-se no original de um termo da série de “τάξις”. Não traduzi ecoando “ordenação” pois não encontrei solução que não soasse completamente opaca aqui. Uma alternativa aventada foi “se subordina”, e ela por si só dá mostra de quanto problema haveria com soluções desse tipo. Sigo, portanto, o que anunciei na anotação do parágrafo 9 a respeito de “προτακτικός” e “ὑποτακτικός”.

²⁰⁵ Sintaticamente, minha tradução aproxima-se mais do texto grego que a de Vicente Bécares Botas; este traduz a última frase como “si esto es verdad, es evidente que los verbos han de ser anteriores en el orden a unos pronombres instituidos por causa de ellos”. Entendo que o sentido da opção de Botas é em linhas gerais o mesmo da minha, mas essa opção oculta o fato de que não é “los verbos” o sujeito da oração, e sim “%τάξις”; quem tem subsistência prévia não é o verbo, mas a “%τάξις” que ele integra. Seria possível pensar que o termo está aí em sínecdoque, referindo-se não à ordenação, mas a posição dentro dela. Isto, no entanto, parece-me ir contra o postulado de rigor terminológico que assumo na tradução. De todo modo, entender “ordenação” como referendo-se não apenas à relação de ordem de uma parte com as demais, mas também ao conjunto completo das sub-ordenações internas de cada parte (por exemplo, no caso do verbo, as ordenações de pessoas, tempos/aspectos e modos) dispensa a necessidade de relaxamento no emprego da terminologia.

20. Além disso, os verbos trazem (παραστατικός) as pessoas no caso reto, concebidas de maneira absoluta²⁰⁶: pois quem diz “περιπατῶ” (*caminho*) ou “γράφω”²⁰⁷ (*escrevo*) não delimita relativamente à indicação (ἔνδειξις) de qualquer outra pessoa. Os pronomes, por outro lado, foram concebidos para diferenciação de pessoas nos casos oblíquos, quer como enclíticos, que indicam pessoas absolutamente, quer adjungindo-se com acentuação ortotônica para introdução (παρέμπωσις) de uma pessoa contrastivamente (ἀντιδιαστελλόμενος) a outras. Assim ocorre em:

“παῖδα δ' ἐμοὶ λύσαιτε” (*libertai minha filha*)²⁰⁸ (Ilíada, canto 1, verso 20)

em contraste com

“ὕμῖν μὲν θεοὶ δοῖεν” (*que os deuses vos dêem* [sc. vitória na guerra e retorno seguro]) (Ilíada, canto 1, verso 18)

e em

“ἡ δ' ἐμὲ χειρὸς ἐλοῦσα” (*ela, tendo tomado a mim pela mão*)²⁰⁹ (Odisséia, canto 12, verso 33)

em contraste com

“φίλων ἀπάνευθεν ἐταίρων” (*para longe dos caros companheiros*) (Odisséia, canto 12, verso 33).

Como, então, é possível que os pronomes do caso reto não aceitem a pessoa enclítica²¹⁰? Isso se deve claramente à subsistência prévia dos verbos, já satisfazendo a indicação absoluta da pessoa no caso reto, o que resulta em os pronomes enclíticos do caso reto não serem de modo algum exigidos (χρειῶδες), talvez mais redundantes até que os conectivos expletivos²¹¹, que, mesmo eles, demonstraremos adjungir-se por necessidade. O pronome de caso reto do dialeto dórico “τύ”, por exemplo, ao tornar-se enclítico, deixou por força de ocorrer no referido caso e se transformou em um acusativo de mesma forma²¹². Tudo leva a crer que os pronomes do caso

²⁰⁶ O pronome ocorrer absolutamente significa, aqui, não traçar uma oposição entre uma pessoa e as demais. Assim, recorrendo ao português, “eu” ocorre absolutamente em “eu sou um estudante”, mas contrastivamente em “meu pai não gosta de ler, já eu sou um estudante”. No grego, segundo Apolônio, essa oposição é marcada pela tonicidade do pronome: ortotônico quando positivo, enclítico quando absoluto. Na verdade, o português também pode atrelar essa oposição à tonicidade, por exemplo, nos casos de objeto direto preposicionado. Assim, o chefe me chamou”, onde o “me” átono é absoluto, em oposição a “o chefe chamou a mim”, onde o “mim” tônico é contrastivo.

²⁰⁷ Me baseei na edição de Bekker para separar o exemplo em dois.

²⁰⁸ O pronome ocorrendo contrastivamente, com acentuação ortotônica, é “%ἐμοὶ” (*para mim*). O contraste é estabelecido entre o sacerdote Crises e o exército dos Aqueus.

²⁰⁹ O pronome ocorrendo contrastivamente, com acentuação ortotônica, é “%ἐμὲ” (*a mim*). O contraste se estabelece entre Odisseu, que vai sentar-se com Circe, e seus companheiros, que permanecem dormindo.

²¹⁰ *i. e.*, a construção enclítica indicando a pessoa absolutamente.

²¹¹ Refere-se às partículas (“%δέ”, “%γάρ”, *etc.*).

²¹² Presumivelmente a perda do acento ortotônico do pronome se devesse a motivos fonéticos. Apolônio propõe que, nesse caso, a sintaxe obrigou a que o que era sintaticamente nominativo passasse a ser sintaticamente

reto somente continuaram a existir porque os verbos, incapazes de estabelecer (παρίστημι) contraste de pessoas, passaram a coadjuvir (συμπααραλαμβάνω)²¹³ os pronomes a si devido a essa propriedade contrastiva.

21. O particípio, por sequência necessária, põe-se (καταλέγω) depois do verbo, esclarecendo essa ordenação que do verbo, por flexão (μετάπτωσις), chega-se ao particípio. Como expusemos fundamentadamente no tratado *Sobre o particípio*, a mudança dos verbos em formas indicativas de casos, com as acidências de gênero, é necessária, pois os próprios verbos não são capazes de estabelecer a correlatividade quanto a eles²¹⁴.

22. É evidente que tampouco a colocação do nome “particípio” seria observada, se depois do nome e do verbo não se adjungisse essa parte que depende positivamente deles, da mesma forma que depois do gênero masculino e do feminino vem o neutro²¹⁵, negativo de ambos. Com efeito, se não admitíssemos a colocação prévia das partes anteriores, não caberia denominar-se “particípio”, assim como não caberia denominar-se o gênero “neutro”. Pois, nesse caso, de que o “neutro” seria negativo? O “particípio” participaria de quê? Nem poderia alguém inserir²¹⁶ qualquer outra parte, seja o pronome, o advérbio, o conectivo ou qualquer outra, entre o verbo e o particípio, pois este não participa das propriedades de qualquer uma daquelas.

23. Da mesma forma, tampouco a ordenação do artigo dá-se por acaso, refletindo, por um lado, a ligação dele com as já expostas formas declináveis²¹⁷, e pondo, por outro lado, fora desse escopo o pronome, que rejeita o artigo. A ligação com artigo alcança, em alguns casos, até mesmo o verbo, como em “τὸ φιλολογεῖν καλόν ἐστιν” (literalmente, *o estudar é belo*) e “τῷ γράφειν ἥδομαι” (literalmente, *deleito-me com o escrever*)²¹⁸.

acusativo, apesar da manutenção da forma. Portanto, o caso é um fenômeno sintático, mais ainda que um fenômeno do nível da palavra.

²¹³ “%συμπαρελάμβανε”, na voz ativa. O uso da forma com o prefixo “%συμ-” aqui é consistente com o contraste também sugerido no parágrafo 36: “%συμπααραλαμβάνειν” denota a posição juntamente a uma palavra já ocorrente (“%παραλαμβάνόμενον”) na frase, em relação de dependência.

²¹⁴ Sustenta-se aqui a feição construtivista do sistema sintático de Apolônio. A classe dos nomes é completamente caracterizada antes de se caracterizarem os verbos e, a partir disso, se poderem caracterizar os particípios a partir de acidências de uma e de outra.

²¹⁵ “Neutro” traduz “%οὐδέτερον”; literalmente, “nem um nem outro”.

²¹⁶ Troquei a voz, mas o original fala em fazer “%παρέμπτωσιν”

²¹⁷ Isso é, o nome e o particípio, principalmente. Embora não caiba na ideia de “declinável”, o infinitivo também corrobora essa posição do artigo na ordenação das partes, pois também aceita fazer-se acompanhar do artigo, como é destacado logo na sequência.

²¹⁸ Primeira indicação de um acidente nominal no infinitivo. Ao colocar o infinitivo como primeiro elemento no subsistema dos acidentes verbais, Apolônio consegue que seu sistema dê conta elegantemente do preenchimento

24. Não será necessário demorar-se para tratar do lugar do pronome, após o artigo, dado que por pouco não veio a adjungir-se na ordenação logo em seguida à colocação do nome²¹⁹. É, ademais, perfeitamente claro que aquilo que se adjunge em substituição a algo merece colocação posterior [àquela que cabe ao que ocorre juntamente do substituído]²²⁰. Logo, se o artigo ocorre junto do nome (μετὰ ὀνόματος), e o pronome em substituição ao nome (ἀντ' ὀνόματος), conclui-se que o artigo tem precedência (πρεσβύτερον)²²¹ sobre o pronome²²².

25. Nesse mesmo sentido, é de se acrescentar que os pronomes anafóricos substituem nomes acompanhados de artigos: pois os nomes não estabelecem anáfora por si sós, sem que se coadunjam a eles os artigos, dos quais a anáfora é característica (ἐξαιρετός). Funcionalmente, portanto, é em substituição ao artigo que aqueles pronomes adjungem-se. Tanto é assim que os mesmos artigos, isolados de sua articulação (συνάρτησις) com os nomes, transformam-se nos pronomes que vêm depois deles na ordenação das partes, como se dá nos seguintes exemplos:

“ὁ γὰρ ἦλθε θεὸς ἐπὶ νῆας Ἀχαιῶν”²²³ (*Pois ele veio às rápidas naus dos Aqueus*) (Ilíada, canto 1, verso 12)

“ὄς γὰρ ῥα μάλιστα ἦνδανε κηρύκων”²²⁴ (*que, dentre os arautos, era o que mais agradava*) (Odisséia, canto 17, verso 172)

“τὸν δ' ἀπαμειβόμενος”²²⁵ (*respondendo-lhe*) (Ilíada, livro 1, canto 84, por exemplo)

Desse tipo de coordenação sintática trataremos por completo no momento oportuno.

por ele de posições e funções típicas do nome, sem sacrificar o viés semântico que o leva a classificá-lo como verbo.

²¹⁹ Remissão ao parágrafo 19; caso forte de ambiguidade de θέσις.

²²⁰ O que consta entre chaves é dado por Bekker como uma lacuna no texto.

²²¹ Literalmente, “é mais antigo”. Novamente entra a questão construtivismo sistemático (anterioridade no sentido de construção do sistema) *versus* história da língua (anterioridade cronológica). Embora o “%πρεσβύτερόν” desta passagem aponte fortemente para a segunda opção, preferi preservar na tradução o que no comentário chamei de isomorfismo entre eixo diacrônico e sistematicidade diacrônica, o que “precedência” pareceu fazer adequadamente.

²²² O parágrafo invoca um princípio de precedência de operações de concatenação ou acompanhamento sobre operações de substituição. Acredito que uma forma adequada de lê-lo seja conjugado com o constante do parágrafo seguinte: o pronome substitui a unidade resultante de o nome estar acompanhado do artigo, daí a necessidade de ele figurar depois na ordenação das partes. Outra alternativa é entender que, caso o artigo tivesse surgido após o pronome (isto é, se fosse sistematicamente posterior a ele), deveria poder co-ocorrer tanto com o pronome quanto com o nome (visto que, por exemplo, também ocorre junto do verbo, no modo infinitivo) e há certos pronomes que rechaçam essa possibilidade - como os pronomes pessoais

²²³ A primeira palavra do exemplo, “%ὁ”, desempenha na frase a função de pronome demonstrativo anafórico (*esse*), ou mesmo de pronome pessoal (*ele*), mas é a forma de nominativo singular masculino do artigo.

²²⁴ “%ὄς” é pronome relativo; como já vimos, Apolônio classificava os pronomes relativos como artigos, presumivelmente em razão da identidade de forma em muitos casos, mas também possivelmente considerando sua percepção do sentido anafórico como propriedade definidora dos artigos.

²²⁵ Novamente o artigo (“%τὸν”) figura como pronome demonstrativo ou pessoal.

26. Quanto à preposição, é claro que não se pôs onde está na ordenação devido a uma colocação primeira ou mais fundamental relativamente às demais palavras, visto que não recebe seu nome a partir do conceito que lhe é próprio, mas a partir de se prepor às partes pré-subsistentes. Caso essas outras partes não subsistissem anteriormente à preposição, tampouco ela poderia ter consistência, da mesma forma que demonstramos ocorrer com o particípio²²⁶. É nesse ponto, então, que a preposição figura na ordenação das partes: seja quando ocorre em composição, seja quando ocorre em aposição, prepõe-se às partes referidas acima²²⁷, de modo que apesar de ser posterior (μεταγενής) a elas quanto ao seu surgimento (φύσις), é anterior (άρκτική) na coordenação sintática²²⁸. O mesmo vale para o artigo dito protático, pois não terá precedência sobre o nome na ordenação das partes apenas porque vem antes a ele na coordenação sintática (προτάσσω). De fato, o artigo apostado ao nome remete ao prévio conhecimento dele.

27. Uma vez que o advérbio é funcionalmente sobreposição sintática (ἐπιθετική σύνταξις)²²⁹ do verbo, como atesta a colocação do nome²³⁰, sendo o verbo seguinte ao nome na ordenação das partes, será, portanto, o advérbio seguinte às preposições que se preparam aos nomes em aposição ou composição²³¹.

²²⁶ Tanto para a preposição quanto para o artigo pesa muito a formação dos termos que os designam para a conclusão por exigirem pré-existência de outras partes.

²²⁷ *i. e.*, nome (composição e aposição), verbo (composição), particípio (composição e aposição), artigo (aposição) e pronome (aposição)

²²⁸ A edição de Bekker traz (p. 17, l. 28) “τῆ δὲ τάξει ἀρκτική”, em vez do “τῆ δὲ συντάξει ἀρκτική” de Uhlig. No capítulo 2 do comentário já tive ocasião de defender minha preferência pelo texto de Uhlig para este parágrafo.

²²⁹ A tradução mais imediata para “ἐπιθετική σύνταξις” seria “sintaxe epítetica” ou “sintaxe adjetival”. O termo “%ἐπιθετικός” é usado por Apolônio para se referir aos adjetivos e, aqui, à função sintática dos advérbios. “Funcionalmente” traduz aqui “δυνάμει”, mantida a tradução de “δύναμις” como “função”. O ponto a que creio que o autor queira chegar com essa expressão, “ἐπιθετική σύνταξις”, é que o advérbio, sim, é comparável com o adjetivo, mas, diferentemente deste, que se mantém dentro de um complexo nominal (não há partes da oração separadas para o adjetivo e o nome), cumpre sua função adjetival no âmbito da coordenação sintática, fora do contexto de uma única parte da oração. Creio que fazer a inversão entre adjetivo e nome na passagem para o português facilite a compreensão do que é dito, pois não sei exatamente em que sentido seria verdade dizer que o advérbio é uma “sintaxe” ou uma “construção”. De resto, não acho que isso traga grande divergência em relação ao original. A escolha de “sobreposição” em vez de “adjetivo”, como já falei no comentário, orienta-se, de um lado, por destacar que ainda não havia sido isolado o adjetivo enquanto classe na gramática alexandrina e, de outro, por manter o respeito à série terminológica baseada em “θέσις”, recuperado ainda que sobrepôr-se dá boa ilustração de como Apolônio provavelmente estruturasse o processo de significação adjetival (pela colocação de um nome sobre o outro, de uma qualidade sobre a outra).

²³⁰ Em grego, “%ἐπίρημα”, literalmente “sobre-verbo”.

²³¹ Apolônio raciocina por analogia: o advérbio está para o verbo assim como a preposição está para o nome. É preciso lembrar que os adjetivos, tradicionalmente relacionados aos advérbios (“o advérbio é o adjetivo do verbo”), figuram no modelo da *Sintaxe* entre os nomes. Ademais, diante do fato de as preposições, em grego, também poderem figurar em composição com verbos, e em composição e aposição com particípios, a associação das preposições com o nome parece sugerir uma relação de especificação do nome para o verbo, de um lado, e da preposição para o advérbio, de outro: o nome é apto a nomear tudo, inclusive ações e submissões (razão porque foi posto antes do verbo na ordenação das partes); o verbo existe estritamente para estabelecer uma relação de ação

28. Por sobre (ἐπί) todas as partes acima elencadas adjunge-se o conectivo, que, articulando-as, nada pode estabelecer se prescindir da matéria das demais palavras, da mesma forma que as juntas do corpo não são necessárias se o próprio corpo estiver ausente²³².

29. Seria possível dar ainda muitas outras razões para os fatos da ordenação²³³ das partes da oração apresentados acima²³⁴. Como, no entanto, esse não é o nosso objeto, deve aqui ser posto fim à argumentação.

30. Porém, antes de se passar à sintaxe de cada uma das partes da oração, é preciso que se entenda por que os interrogativos estão distribuídos em duas partes da oração, a saber, entre os nomes e os advérbios, bem como por que não contam apenas com uma ocorrência nominal e uma adverbial, mas com várias, como “τίς” (*quem*), “ποῖος” (*que tipo de, ou de que qualidade*) “πόσος” (*quanto, em que quantidade*), “πόστος” (*em que posição na ordem*), “πηλίκος” (*quão grande, de que tamanho*), “ποδαπός” (*de onde, de que país*) - nominais - e “πῶς” (*como, de que forma*), “πότε” (*quando*), “πηνικά” (*que horas*), “ποῦ” (*onde*), “πῆ” (*por onde ou de que lado*), “πόθεν” (*de onde*) - adverbiais. Ora, não é isso mais uma demonstração (ἀπόδειξις) de serem duas as mais essenciais (ἔμψυχος) partes da oração, o nome e o verbo, de modo que, sendo um deles desconhecido, pode conseqüentemente adjungir-se interrogação a seu respeito²³⁵? A razão de haver diversas ocorrências nominais e diversas adverbiais será dada a seguir.

ou submissão. Da mesma forma, a preposição é apta a acompanhar tudo o que puder ser nomeado, o advérbio apenas a acompanhar a relação dada por um verbo.

²³² Apolônio situa os conectivos em um nível diverso daquele em que ocorrem as demais palavras. Como comprova o uso de “%ὄλη” para denotar aquilo sobre que incidem os conectivos, a forma como estes articulam palavras e orações é análoga à maneira como as letras articulam a matéria indivisível dos sons. A argumentação a respeito é particularmente ilustrativa do método e das influências da *Sintaxe*: a conclusão de os conectivos operarem em um nível diverso do das demais partes pode ter vindo da lógica estoica, onde os mesmos conectivos (%σύνδεσμοι) tomam “afirmáveis” (%ἀξιώματα) simples ou complexos como argumentos e retornam “afirmáveis” complexos; a terminologia, como exposto acima, revela uso analógico do sistema da Ortografia; a conclusão, por fim, é reforçada com uma metáfora médica, o que revela identificação com o corpo da ciência racionalista do século II d.C. como um todo.

²³³ “Fatos da ordenação” é tradução de “τὰ τῆς τάξεως”. Já aludi a essa especificação de sentido no capítulo 3 do comentário, quando falei detidamente sobre o parágrafo 8. A introdução não tem nenhum contexto em que faça muita diferença interpretativa conservar a analogia “x” : “fatos de x” :: “x” : “τὰ τῆς x”. Mas, como sei de outros contextos na *Sintaxe* (especialmente no livro III) em que parece haver impacto, opto por deixar aberta essa porta, para facilitar que minha tradução seja eventualmente base de uma tradução de toda a obra.

²³⁴ O sistema da *Sintaxe* funda-se, portanto, na seguinte relação de partes da oração, racionalmente fundamentada: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conectivo

²³⁵ Em razão da forma como o sistema sintático se constrói relacionamente, o anterior definindo a construção do posterior e esse, por sua vez, implicando a definição do anterior, acredito que o argumento aqui seja duplo: o fato de os interrogativos se situarem entre duas partes serve como demonstração, aos olhos do analista que acessam o posterior antes de acessar o anterior, de que nome e verbo são as duas partes mais essenciais ou mais “cheias de vida” (“%ἐμψυχότατα”); na outra direção, internamente, é essa essencialidade que causa, que tem seqüência, na circunstância de os interrogativos estarem divididos entre nome e advérbio. É devido a essa segunda ligação que

31. Ao inquirir (ἐπιζητέω) a respeito da situação (ὑπαρξίς) de um referente substancial (ὑποκείμενος)²³⁶, dizemos “τίς κινεῖται?” (*quem se move?*), “τίς περιπατεῖ?” (*quem caminha?*), “τίς λαλεῖ?” (*quem conversa?*), sendo claros, nos exemplos, respectivamente o movimento, a caminhada e a conversação, mas incerta a pessoa que age. De onde se segue que as respostas (ἀνθυπαγωγή)²³⁷ serão nominais, nomes comuns (προσηγορικός) ou próprios (κύριος)²³⁸, manifestando (ἐμφανίζω) os nomes próprios igualmente a substância em geral (γενική οὐσία)²³⁹. De fato, dizemos “ἄνθρωπος περιπατεῖ” (*um homem caminha*) ou “ἵππος [περιπατεῖ]” (*um cavalo caminha*) ou “Τρύφων [περιπατεῖ]” (*Trifão caminha*), implicado, nesse último caso, “ἄνθρωπος [περιπατεῖ]” (*um homem caminha*). Ou, ainda, pode-se responder com a parte que se adjunge em substituição ao nome, isto é, ao nome próprio²⁴⁰, como quando dizemos “ἐγὼ [περιπατῶ]” (*eu é que caminho*).

Apolônio considera respondida a primeira parte da indagação posta no início do parágrafo e passa a partir do parágrafo seguinte a indagar a causa das múltiplas ocorrências nominais e adverbiais.

²³⁶ “%ὕποκειμένος”, na metafísica estoica, significa a “substância”, em oposição à “qualidade” denotada pelos nomes (a respeito, ver BRUNSCHWIG, 2003, p. 228); “%ὑπαρξίς”, por sua vez, é substantivo derivado de “%ὑπάρχειν”, verbo da terminologia estoica que significa existência, especialmente existência de um estado de fato atual, ou existência do predicado de uma proposição verdadeira (sabido que a verdade, na lógica estoica, é temporalmente condicionada). A respeito, consulte-se BRUNSCHWIG, 2003, p. 215. Optei por traduzir “%ὑπαρξίς” como “situação”, de um lado porque ressalta essa dimensão temporal que considero filosoficamente importante, de outro porque entendo que dê melhor conta de incluir não apenas a existência pura e não qualificada, própria da substância, mas a existência individualizada por um conjunto maior ou menor de predicados, própria da substância posta na linguagem. Ainda, na tradução de “%ὕποκειμένος”, invoco para esclarecimento a locução “referente substancial”. A invocação do termo confessadamente moderno “referente” pode arriscar anacronismo, mas protege suficientemente contra isso o rico aparato conceitual da filosofia da linguagem estoica, ao que tudo indica consultada por Apolônio, que indica ser suficiente para dar a ideias como “referência” e “significação” tratamentos muito próximos daqueles dados por sistemas modernos (é particularmente elucidativo aqui o texto de MATES, 1953, pp. 19 a 26).

²³⁷ A tradução como “resposta” se impõe em nome da legibilidade, mas é de se destacar a presença do prefixo “ἀντί-”, que geralmente denota *substituição, estar no lugar de*.

²³⁸ O parágrafo continua a dever muito de sua terminologia ao estoicismo. Os estoicos tradicionalmente tratavam do que em Apolônio é a classe dos nomes (“%ὀνόματα”) como duas partes distintas da oração: os nomes próprios (chamados “%ὀνόματα”) e os nomes comuns (chamados “%προσηγορία”). Apolônio, possivelmente continuando a tradição de outros gramáticos anteriores a ele, empresta o termo designativo dos nomes próprios para nomear o gênero dos nomes, preserva a designação dos nomes comuns e traz um termo novo (“%κύριος”) para falar dos nomes próprios. Esse último termo significa *principal* ou *propriamente dito*, e teve continuação na própria terminologia da Gramática Tradicional. “Nome próprio”, portanto, é o nome propriamente dito.

²³⁹ A designação pelo nome próprio em certo sentido contém propriamente a designação por nomes comuns, conforme fica claro nos exemplos que se seguem. Com isso, Apolônio parece professar algo análogo à teoria descritivista do nome próprio, considerando que a qualidade individual implica qualidades genericamente predicadas da substância.

²⁴⁰ Aparece aqui pela primeira vez um refinamento de sentido quanto à classe dos pronomes: o pronome não se põe em substituição ao nome *simpliciter*, mas em substituição ao nome próprio. Aproximam-se os significados e funções dos nomes próprios e dos pronomes, ambos presumivelmente significando toda a substância. Com isso, Apolônio aproxima-se da visão estoica dos dizíveis definidos (conforme BOBZIEN, 2003, pp. 89 e 90).

32. E como nesses casos não estariam evidentes os predicados acidentais (ἐπισυμβαίνων)²⁴¹ dos nomes - pois o nome “τίς” (*quem*), por si só, apenas demanda a substância, sobre a qual incidem a qualidade (τὸ ποιόν), a quantidade (τὸ ποσόν) e a dimensão (τὸ πηλίκον) -, foram concebidos interrogativos relativos a esses predicados. Inquirindo pela qualidade, dizemos “ποῖος” (*qual, de que tipo, de que qualidade*); pela quantidade, dizemos “πόσος” (*em que quantidade*); pela dimensão, “πηλίκος” (*quão grande*); e ainda pela nacionalidade, paragoge²⁴² da qualidade em geral, “ποδαπός” (*de onde, de que nacionalidade*). De modo que a “ποῖος” (*qual*) - como pergunta sobrepositiva²⁴³, assumido um “τίς” (*quem*) previamente respondido - responde-se, conforme for o caso, “ὁ γραμματικός” (*o gramático*), “ὁ μουσικός” (*o músico*) ou “ὁ δρομέυς” (*o corredor*). Seria possível, por exemplo, uma conversa como a seguinte: “τίς ἀναγινώσκει?” (*quem lê?*), “Τρύφων” (*Trifão*), “πότερος?” (*qual dos dois*) ou “ποῖος?” (*qual*), “ὁ γραμματικός” (*o gramático*) ou “ὁ ῥήτωρ” (*o retor*)²⁴⁴. Responde-se, em resumo, com tudo o que puder predicar-se acidentalmente do nome que substituí (*ἀνθυπάγω*)²⁴⁵ “τίς”, como conceito sobrepositivo. O porquê de a resposta trazer os substitutos desses interrogativos acompanhados do artigo²⁴⁶ será explicado a seguir. Ainda, visto que há certas formas singulares que se referem a pluralidades, quando estas forem desconhecidas, a interrogação adotará a mesma forma. Assim se dá com “πόσος”, quando inquirimos a respeito de pluralidades; ou, quando perguntamos pela posição ordinal de cada um dentre muitos itens, com “πόστος”; ou

²⁴¹ “%ἐπισυμβαίνοντα”. Aqui não parece estar em jogo o uso estoico de “%συμβαίνω” como *resultar de* ou *ser consequência de*, mas sim o sentido relacionado à forma participial “%συμβεβηκός” (*acidente, predicado não essencial*), comum, por exemplo, em Aristóteles. Cabe ressaltar que o termo não aparece sozinho, mas no composto com a preposição/prefixo “%ἐπι-”, também usado na formação de “%ἐπιθετικός”, usado para denotar *adjetivo* ou *adjunto*.

²⁴² “Paragoge” é termo técnico de origem grega que, na tradição, foi consagrado para indicar o acréscimo de letras ou sílabas. Preservo o original para ressaltar o empréstimo de termos da ortografia, que é sintoma de um empréstimo metodológico mais profundo. Mais transparentes aqui seriam “derivação” ou “especificação”.

²⁴³ Mais transparentemente: “pergunta adjetiva”. Remeto à anotação do parágrafo 27 para explicação da escolha “sobrepositivo”.

²⁴⁴ Primeira ocorrência no texto de um excerto idealizado de diálogo como demonstrativo de algum ponto da teoria. É preciso sempre lembrar que a teoria estoica da linguagem, e não acredito que haja motivos para supor que Apolônio se desvie de suas fontes nesse particular, não dava protagonismo ao desenho de fronteiras nítidas entre a oração e o discurso. Uma teoria do “%λόγος” poderia prestigiar tanto aspectos do sistema gramatical, como os trabalhados na *Sintaxe*, quanto aspectos tradicionalmente estudados pela retórica. Essa perspectiva facilita, por exemplo, o trabalho com as conjunções, situadas em um “tipo” ou “ordem” superior ao das orações (ver parágrafo 28). Nesse caso particular do interrogativo, não é disparatado ver subjacente uma única oração que se constrói a partir das respostas, o que é corroborado pelo termo original por trás de “conversa”, a saber, “λόγος”.

²⁴⁵ Retomo o que falei acima sobre o termo “ἀνθυπαγωγή”, traduzido como “resposta”. Essa analogia pergunta : resposta :: substituído : substituto também serve de reforço à ideia de que, ao longo de uma inquirição, constrói-se uma única oração subjacente

²⁴⁶ Isso é um problema que precisa de explicação pois, relembremos, somente há interrogativos nominais e adverbiais, nunca articulares.

ainda, como já expus, com “πηλίκος”, para indagar pelo tamanho, e com “ποδαπός”, pela ideia de nacionalidade²⁴⁷.

33. A este último interrogativo, “ποδαπός” (*de que nacionalidade*), é possível por vezes responder²⁴⁸ com o que integra propriamente a qualidade em geral, conforme o caso, como quando dizemos: “ποδαπός ἐστι Τρύφων? μέλας ἢ λευκός” (literalmente, *de que nacionalidade é Trifão? Escuro ou claro?*), ou algo parecido. Tais respostas penso não substituírem verdadeiramente a paragoge gentílica, mas o interrogativo do qual ela deriva, quero dizer o “ποῖος” (*qual, de que qualidade*)²⁴⁹. À mesma pergunta cabe ainda responder com “ἡμεδαπός” (*da nossa pátria*), que faz colocação pronominal, ou “ὑμεδαπός” (*da vossa pátria*); e também, a partir de “ἄλλος” (*outro*), com “ἄλλοδαπός” (*de outra pátria, de outro lugar*), que expressa nacionalidade, mas afasta a expressão (ἐπαγγέλλω) de pessoa. Nisto, no entanto, diferenciam-se os dois interrogativos: aquilo que se põe substitutivamente em resposta a “ποῖος” especifica-se com artigo, por exemplo, “ποῖος Τρύφων?” (*qual Trifão?*)²⁵⁰, “ὁ μέλας” (*o escuro*) ou “ὁ λευκός” (*o claro*), conforme o caso; ou “ὁπότερος Αἴας?” (*qual dos dois Ajax*), e em resposta “ὁ Λοκρός” (*o locrio*) ou “ὁ Τελαμώνιος” (*o telamônio*). Já quando se pergunta “ποδαπός ἐστι Τρύφων?”, é inquestionável que também seriam boas como respostas “Ἀλεξανδρεύς” (*Alexandrino*) ou “Ἀθηναῖος” (*Ateniense*). Por outro lado, o artigo será inserido quando a pergunta tratar da qualidade geral²⁵¹, como já dissemos. Assim, responde-se “ὁ μέλας” ou “ὁ λευκός”.

²⁴⁷ O sentido do final deste parágrafo é um pouco obscuro, e o texto parece mais repetitivo que o usual. Não creio poder descartar a hipótese de alguma corrupção no texto, mas não estou em condição de discutir com base nisso. De todo modo, uma leitura possível e condizente com o que é posto no início do parágrafo é ver nesse final a explicitação de que os interrogativos de qualidade não indagam apenas a respeito dos predicados da substância inteira, mas também podem ser usados para qualificar partes de uma substância divisível. Por exemplo: “A: Há uma multidão de guerreiros”; “B: de qual nacionalidade?”; “A: gregos”.

²⁴⁸ O verbo aqui é novamente “ἀνθυπάγω”, mas procurar traduzi-lo por “substituir” nesse contexto resultaria demasiadamente obscuro. A solução para esse verbo, neste contexto dos parágrafos 30 e seguintes, será traduzi-lo por “substituir” sempre que isso não resultar em obscuridade excessiva, e por “responder” nos casos em que esse for o sentido mais acessível.

²⁴⁹ Apolônio comenta um uso de “%ποδαπός” especialmente frequente em estágios mais tardios do grego antigo, em que, em vez de indicar estritamente nacionalidade ou origem, passa a interrogar pela qualidade em geral. A forma como é abordado esse uso, possivelmente corrente na linguagem cotidiana dos contemporâneos de Apolônio, não é em termos de condenação e subsequente prescrição de uma alternativa correta ou melhor, mas sim por meio da comprovação de uma explicação que demonstra como o uso menos racional (ou menos correlativo, na terminologia da obra) pode ser referido às construções autorizadas pelo sistema e, por conseguinte, fundadas na razão. A premissa aqui manejada é que posto o derivado (paragoge gentílica), põe-se também a base da derivação (interrogativo geral de qualidade). Assim, na relação de substituição que está por trás da resposta a um interrogativo, caberá tomar a segunda como “argumento” da substituição.

²⁵⁰ O “%ποῖος” do grego antigo, além de significar *de que qualidade*, também pode ser usado como se usa “qual” em português, para obter individualização no universo do discurso.

²⁵¹ Em oposição à paragoge étnica. Ver início do parágrafo.

34. Mesmo já estando visíveis a substância, a qualidade e até mesmo as acidências (συμπαρεπομένων), ainda pode sobrevir interrogação a respeito da individualidade do nome²⁵². Com efeito, Príamo²⁵³, por exemplo, já tem diante de si tudo isso, a substância em “ὄδε” (*este*), a origem em “Ἀχαιὸς ἀνήρ” (*homem aqueu*), a qualidade em “ἤϋς” (*bravo*), e até o tamanho em “μέγας”, mas falta-lhe a individualidade do nome, o que, portanto, é satisfeito em “οὗτος δ' Αἴας ἐστὶ πελώριος” (*esse é o enorme Ajax*) (Íliada, canto 3, verso 229)

35. Quanto aos advérbios, aplicam-se a disposições (διάθεσις)²⁵⁴ desconhecidas. Assim, perguntamos pela qualidade (ποιότης) da ação (πρᾶξις), quando dizemos “πῶς ἀνέγνων?” (*como leu?*); respondemos, então, com o advérbio funcionalmente sobrepositivo²⁵⁵, “καλῶς” (*belamente*), “ῥητορικῶς” (*retoricamente*), “φιλοσόφως” (*filosoficamente*), conforme for o caso. Ou, querendo saber o tempo durante o qual se deram os fatos da disposição²⁵⁶, “πότε?” (*quando?*) ou “πηνίκα” (*que horas, em que momento exatamente*); ao que se responde, por exemplo, “ἐχθές” (*ontem*), “πρώην” (*anteontem*) ou “παλαιά” (*antigamente*). Ou ainda pergunta-se pelo lugar em que se deu a ação:

“ποῦ νῦν δεῦρο κιὼν λίπες Ἔκτορα?” (*onde, tendo vindo agora até aqui, deixaste Heitor?*) (Íliada, canto 10, verso 406)

e também pelo movimento desde um lugar ou até um lugar:

“πῆ ἔβη Ἀνδρομάχη?” (*aonde foi Andrômaca?*) (Íliada, canto 6, verso 377)

ou “πόθεν παρεγένου?” (*de onde chegaste?*). Odisseu certamente sabe de onde veio Elpenor, e não diz “πόθεν ἦλθες?” (*de onde vieste?*), mas não sabe a forma como veio, razão por que diz: “πῶς ἦλθες?” (*como vieste?*) (Odisséia, canto 11, verso 57)

²⁵² “%τὴν ιδιότητα τοῦ ὀνόματος”. Retomando o sistema estoico, a qualidade individual tem estatuto lógico diverso da qualidade comum, o que explicaria o fato de, mesmo estando exauridas as últimas, ainda restar desconhecida a primeira.

²⁵³ Refere-se à pergunta de Príamo no livro 3, verso 226, da Íliada: em tradução, “quem é este outro homem Aqueu grande e valente, sobressaindo entre os Argivos por sua cabeça e seus largos ombros?”.

²⁵⁴ Sobre este termo, ver acima as anotações ao parágrafo 16.

²⁵⁵ Aqui não foi necessário o tipo de intercâmbio entre substantivo e adjetivo que fiz no parágrafo 27. O original traz “δυνάμει ἐπιθετικὸν” onde traduzo “funcionalmente sobrepositivo”. Isso corrobora o mérito da inversão que propus na definição do advérbio.

²⁵⁶ Sobre a locução “os fatos de [...]”, ver acima na anotação ao parágrafo 29. Este parágrafo nos coloca que a “διάθεσις” é “κατὰ χρόνον”; isso consolida a noção de “διάθεσις” como *situação em torno de um verbo*.

Ficou demonstrado como ocorre que as citadas partes²⁵⁷ sejam forçosamente ora adverbiais, ora nominais²⁵⁸. A sintaxe delas será investigada em momento adequado.

36. Dado que qualquer das demais partes da oração é remetida (ἀνάγω) à sintaxe do nome e do verbo, a partir da qual se fixa a respectiva colocação do nome²⁵⁹, é preciso fazer distinção entre os casos em que essas partes apenas co-adjungem-se ao nome e ao verbo e os casos em que podem tanto coadjungir-se²⁶⁰ a eles quanto substituí-los. Os pronomes, por exemplo, coadjungem-se aos nomes e também os substituem; os participios, coadjungem-se aos verbos e os substituem; e assim para as demais partes da oração.

²⁵⁷ Os interrogativos.

²⁵⁸ A causa não é posta de maneira clara e explícita, mas segundo as explicações dos últimos parágrafos, pode-se atribuí-la à função epitética comumente desempenhada pelos nomes, enquanto adjetivos e, portanto, internamente à parte que constituem, e pelos advérbios, funcionalmente e apenas no contexto sintático, em que já se instaura a disposição verbal.

²⁵⁹ O próprio argumento de Apolônio terá deixado claro quão importantes são os termos que designam as classes de palavras posteriores ao nome e ao verbo para a definição delas. Esses nomes em geral denotam uma relação, seja com o nome, seja com o verbo.

²⁶⁰ “%συμπααραλαμβανομένου”. Sigo na tradução o texto de Uhlig, trazendo duas ocorrências do derivado com prefixo “%συμ-”, em vez de uma com e outra sem o prefixo. Assim, não há uma marcação no corpo de um único parágrafo da oposição entre “%παραλαμβάνειν” e “%συμπααραλαμβάνειν”, como queria Lange (LANGE, 1852, pp. 20 e 21), lendo a edição de Bekker. Acredito que a relação morfológica entre os dois termos esclarece suficientemente a diferença entre eles: “%παραλαμβάνειν” significando a posição simplesmente, seja no corpo das relações frasais, seja no das relações sistemáticas entre as categorias e sub-categorias gramaticais, “%συμπααραλαμβάνειν” significando posição dependente de algo já posto. Faz sentido que o parágrafo 36 utilize somente o segundo termo, tendo em vista que cuida de colocar o nome e o verbo como os dois pilares em torno dos quais (ou, mais precisamente, em torno de cuja relação) se organizam todas as demais relações (de dependência ou substituição) dentro da frase, de modo que, tendo essas duas partes como referência, tudo o mais que se puser estará posto já no contexto de uma dependência (“%συμπααραλαμβανόμενον”).

7. CONCLUSÃO

Concluído este experimento de tradução e comentário da *Sintaxe* de Apolônio díscolo, extraio em primeiro lugar de tudo que há aí um autor que, embora certamente profundo em sua teorização, opõe frequentes desafios à compreensão do que quer dizer. Como terá ficado claro na minha exposição do método de tradução, optei aqui, como hipótese de trabalho, por interpretar esses desafios via de regra como sinais de ainda maior profundidade. Neste espaço derradeiro deixo minha confissão de que não estou certo de que isso seja realmente assim. Em outras palavras, ainda é preciso dar ouvidos a quem considere que o estilo tortuoso e inacessível seja marca ou de um autor que escreve mal, ou de problemas na transmissão do texto.

Dito isso, apesar de conceder que outras versões possam ter mérito e proporcionar leituras proveitosas, manifesto que sigo acreditando em um Apolônio rigoroso. Minha experiência foi de que o respeito aos termos e a confiança em que o gramático “sabia o que estava fazendo” me ajudaram em minha leitura. Com isso, é claro, não pretendo afirmar que essa leitura seja ótima ou mesmo boa, apenas que os pressupostos que escolhi assumir possibilitaram que ela existisse.

No que concerne ao resultado sobre a tradução, acredito que essas mesmas premissas tenham colaborado para alguma obscuridade e truncamento, os quais imagino no entanto que sejam geralmente solucionáveis com acesso ao paratexto e à discussão de como se criaram. Se há ainda proveito a ser tirado de uma tradução assim, quem dirá é o leitor.

Quanto a possíveis rumos para continuação, de um lado há claramente o projeto muito mais complexo de examinar se os princípios ou axiomas colocados na introdução são aplicados consistentemente ao longo do restante da *Sintaxe* (e ainda mais além, nos demais tratados de Apolônio). Isso poderia ser feito satisfatoriamente com traduções e comentários de outras partes. De outro lado, também seguramente haveria mérito em outras opiniões produzirem suas próprias traduções ou leituras dessa mesma introdução que li e traduzi. Espero com esse trabalho ter facilitado a existência de vozes que discordem da minha, especialmente porque, tratando-se de Apolônio, talvez a principal conclusão é que há muito sobre o que discordar.

Finalmente, aproveito o derradeiro fôlego para mais uma vez fazer uma ressalva que já fiz e refiz, mas que entendo ser importante o suficiente para ser a última coisa dita neste trabalho. Ao longo do comentário recorri muito a teorias modernas sobre língua e linguagem. É claro que com um tão frequente recurso não posso ocultar que vejo nessas teorias algum valor explicativo, desde que elas sejam honestas e coerentes tanto em relação ao que trazem para a conversa, quanto especialmente em relação ao que propositalmente deixam de lado. Não conheço teoria que não precise deixar alguma coisa de lado. Sou forçado, pois, a discordar do

subtexto²⁶¹ de Atherton (ATHERTON, 1993, p. 266) que sugere serem essas teorias modernas geralmente procustianas, no sentido de ignorarem de modo possivelmente malicioso fatos de linguagem para avançarem seus modelos simplificados.

Por outro lado, filio-me integralmente, sem quaisquer ressalvas, à posição da mesma autora quando diz que

“em todo caso, o jogo de comparação - seja de gramáticas ou de lógicas - só vale a pena enquanto o manual explicitar que o que está em jogo são analogias e desanalogias, não semelhanças e dessemelhanças diretas, entre sistemas, disciplinas, teorias e metodologias largamente diferentes”²⁶² (*id.*, *ibid.*)

Joguei o jogo da comparação e espero ter contribuído com algo ao fazê-lo. Agora mais uma vez deixo claros os termos em que foi jogado: apenas como analogia, sem esperar que teorias deslocadas temporalmente tenham obtido conclusões iguais ou sequer semelhantes.

²⁶¹ Destaque para a qualificação de “subtexto”. Não se trata de um ponto explicitamente avançado, mas de um que interpreto por trás do restante que está dito. Pode certamente haver falha na leitura que fiz.

²⁶² No original: “In any case, the comparisons game - whether of grammars or logics - is worth the candle only so long as the rule-book is explicit that what are in play are analogies and disanalogies, not straightforward similarities and dissimilarities, between widely different systems, disciplines, theories, and methodologies.”

8. REFERÊNCIAS

Traduções e textos primários consultados:

BEKKER, Immanuel (ed.). *Apollonii Alexandrini de constructione orationis libri quatuor*. Berlim: Ge. Reimer, 1817

BOTAS, Vicente Becares. *Apolonio Díscolo. Sintaxis*. Madrid: Gredos, 1987.

BURNET, John (ed.). *Platonis Opera*. Oxford: Oxford University Press, 1900 a 1907. Disponível em <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>>, acesso em 10/05/2021

BUTTMANN, Alexander. *Des Apollonios Dyskolos vier Bücher über die Syntax*. Berlin: Ferd. Dümmlers Verlagbuchhandlung, 1877.

GODLEY, A.D. *Herodotus, with an English translation*. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

KREHL, Augustus. *Prisciani caesariensis grammatici opera*. V. 2. Leipzig: Weidmann, 1820.

SCHNEIDER, R.; UHLIG, G. *Grammatici graeci*. Leipzig: Teubner, 1867-1910.

Literatura secundária:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLANK, David. *Ancient philosophy and grammar: the syntax of Apollonius Dyscolus*. Chico: Scholars Press, 1982.

BOBZIEN, Susanne. Stoic Logic. In INWOOD, Brad (ed.). *The Cambridge companion to the stoics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BRAÜNER, Torben. *Introduction to linear logic*. Relatório técnico BRICS LS-96-6, Instituto de Pesquisa Básica em Ciência da Computação, Universidade de Aarhus (1996). Disponível em <<https://www.brics.dk/LS/96/6/>>, acesso em 27/12/2020

BREHME, New look at the Ptolemaic system. *American Journal of Physics*, v. 44, no. 6, p. 506-514, 1976.

BRUNSCHWIG, Jacques. Stoic Metaphysics. In INWOOD, Brad (ed.). *The Cambridge companion to the stoics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CASTAGNOLI, Luca; DI LASCIO, Ermelinda Valentina. Ancient philosophy of language. In: RUSSEL, Gillian; FARA, Delia Graff (eds.). *The Routledge companion to the philosophy of language*. New York: Routledge, 2012.

CHARLES, David. Aristotle on names and their signification. In: EVERSON, Stephen. *Language, Companions to Ancient Thought 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. Mansfield Centre: Martino Publishing, 2015. Reimpressão da edição The Hague: Mouton & co., 1957.

CORCORAN, John. Future Research on Ancient Theories of Communication and Reasoning. In: CORCORAN, John (Ed.). *Ancient logic and its modern interpretations: proceedings of the buffalo symposium of modernist interpretations of ancient logic, 21 and 22 april, 1972*. Dordrecht: D. Reidel, 1974.

EGLI, Urs. Stoic Syntax and Semantics. In: *Historiographia Linguistica* 13:2-3 (1986), p.281-306.

FARACO, Carlos Alberto. Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?. *Calidoscópio*, v. 4, n.1, p. 15-26, jan./abr. 2006

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. *Caminhos para fora do labirinto*. Dissertação de mestrado. 142 páginas. Curitiba, 2004. Disponível em <<https://hdl.handle.net/1884/32774>>, acesso em 14/02/2021

GRAESER, Andreas. A propos ὑπαρχεῖν bei den Stoikern. In: *Archiv für Begriffsgeschichte*. Vol. 15 (1971), pp. 299-305.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2013

LALLOT, Jean. Syntax in MONATANARI, Franco; MATTHAIOS, Stephanos e RENGAKOS, Antonios (eds.). *Brill's companion to ancient greek scholarship*. Leiden: Brill, 2015.

LANGE, Ludwig. *Das System der Syntax des Apollonios Dyskolos*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1852.

LAPINI, Walter. Philological observations and approaches to language in the philosophical context in MONATANARI, Franco; MATTHAIOS, Stephanos e RENGAKOS, Antonios (eds.). *Brill's companion to ancient greek scholarship*. Leiden: Brill, 2015.

LUHTALA, Anneli. Imposition of names in ancient grammar and philosophy. In: MATTHAIOS, Stephanos; MONTANARI, Franco; RENGAKOS, Antonios. *Ancient scholarship and grammar: archetypes, concepts and contexts*. Berlin/New York: De Gruyter, 2011

MATES, Benson. *Stoic logic*. Los Angeles: University of California Press, 1973

NASCENTES, Antenor. *Método prático de análise lógica*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987

PULLUM, Geoffrey K. Formalism, grammatical rules and normativity. In: McELVENNY, James (Ed.) *Form and formalism in linguistics*. Berlin: Language Science Press, 2019.

QUINE, Willard van Orman. *Set theory and its logic*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

RILEY, Kathleen. Euripides: Heracles. In: ROISMAN, HANNA (ed.). *The encyclopedia of greek tragedy*. V. 1. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014.

ROBINS, H. R. *The byzantine grammarians: their place in history*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1993.

RODIN, Andrei. *Axiomatic method and category theory*. Suíça: Springer International Publishing, 2014.

RYBAKOV, V. V. *Admissibility of logical inference rules*. Amsterdam: Elsevier, 1997.

SCHENKEVELD, Dirk; BARNES, Jonathan. Language. In: *The Cambridge history of hellenistic philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

<<http://schmidhauser.us/apollonius/>>, acesso em 07/05/2020.

SCHMIDT, Rudolph. *Stoicorum grammatica*. Halis, 1839.

SLUITER, Ineke. *Ancient grammar in context: contributions to the study of ancient linguistic thought*. Amsterdam: VU University Press, 1990.

TAYLOR, Daniel J. *Classical linguistics: an overview*. In: KOERNER, E. F. K. e ASHER, R. E. (eds.). *Concise history of the language sciences: from the sumerians to the cognitivists*. Oxford: Pergamon, 1995.

VALENTE, Stefano. Typology of Grammatical Treatises in MONATANARI, Franco; MATTHAIOS, Stephanos e RENGAKOS, Antonios (eds.). *Brill's companion to ancient greek scholarship*. Leiden: Brill, 2015.

VIVANTE, Bella. Euripides: Helen. In: ROISMAN, HANNA (ed.). *The encyclopedia of greek tragedy*. V. 1. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014.